

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ

SEBRAE/PI

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relatório de Gestão Exercício de 2016

Teresina/PI, 2016

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ –

SEBRAE/PI

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU 154/2016, da Portaria TCU 59/2017.

Unidade de Gestão Estratégica – UGE
Unidade de Gestão Orçamentária e Contábil – UGOC
Unidade de Auditoria Interna - UAUD

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	11
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	13
2.1. Finalidade e Competências.....	13
2.2. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade	13
2.3. Ambiente de Atuação.....	14
2.4. Organograma.....	18
2.5. Macroprocesso Finalísticos.....	23
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	27
3.1. Planejamento Organizacional.....	27
3.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	29
3.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	68
3.1.3. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos.....	69
3.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos.....	72
3.3. Desempenho Orçamentário	73
3.3.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....	73
3.3.2. Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário	73
3.3.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	73
3.3.4. Informação sobre a Realização das Receitas	75
3.3.5. Informação sobre a Execução das Despesas	77
3.4. Desempenho Operacional.....	79
3.5. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	80
4. GOVERNANÇA.....	86
4.1. Descrição das Estruturas de Governança.....	86
4.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados.....	86
4.3. Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	89
4.4. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	91
4.5. Gestão de Riscos e Controles Internos.....	92
4.6. Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados.....	93
4.7. Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada.....	94
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	96
5.1. Canais de Acesso do Cidadão.....	96
5.2. Cartas de Serviços ao Cidadão.....	96
5.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários.....	97
5.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade.....	97

6.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	99
6.1.	Desempenho Financeiro no Exercício.....	99
6.2.	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	100
6.3.	Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.....	102
6.4.	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas.....	103
7.	ARÉAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	105
7.1.	Gestão de Pessoas.....	105
7.2.	Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.....	113
7.2.1	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	113
7.2.2.	Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros.....	113
7.3.	Gestão da Tecnologia da Informação.....	114
7.3.1.	Principais Sistemas de Informações.....	117
7.3.2.	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).....	118
7.4.	Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	119
7.4.1.	Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras.....	121
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	123
8.1.	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	123
8.2.	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno	123
8.3.	Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidades por Dano ao Erário.....	125
8.4.	Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993.....	125
9.	ANEXOS	128

Lista de Figuras, Quadros, Gráficos e Tabelas

Figura	Nome	Página
1	Organograma do SEBRAE/PI	19
2	Mapa Estratégico do SEBRAE/PI	30

Quadro	Nome	Página
1	Normas Relacionadas a Unidade Jurisdicionada	13
2	Macroprocessos Finalísticos	23
3	Macroprocesso Atendimento a Mercado e Clientes	24
4	Macroprocesso Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios	25
5	Macroprocesso Promoção da Educação e Cultura Empreendedora	25
6	Macroprocesso Desenvolvimento Produtos e Soluções	25
7	Estratégias de Atuação: Vinculação	28
8	Repasse Metodológicos das Soluções Locais	66
9	Repasse Metodológicos das Soluções Nacionais	66
10	Empresas Aprovadas Chamada Pública Inovação	66
11	Valores Projetos Aprovados Chamada Inovação	67
12	Vinculação dos Planos	69
13	Composição do Conselho Deliberativo Estadual	87
14	Composição do Conselho Fiscal em 2016	87
15	Composição Diretoria Executiva em 2016	88
16	Acompanhamento das Recomendações da Auditoria Independente	91
17	Principais Sistemas de Informação Existentes	115
18	Plano de Capacitação do Pessoal de TI – Capacitações Realizadas	116
19	Força de Trabalho	116
20	Tratamento de Recomendações	123
20.1	Tratamento de Recomendações	123
20.2	Tratamento de Recomendações	124
20.3	Tratamento de Recomendações	124
20.4	Tratamento de Recomendações	124
20.5	Tratamento de Recomendações	125
20.6	Tratamento de Recomendações	125

Gráfico	Nome	Página
1	Participação das Carteiras de Projetos - %	35
2	Situação das Manifestações Registradas através da Ouvidoria	92
3	Índice de Atividade Física Regular – IAFR	111
4	Índice de Massa Corporal Normal – IMCN	112
5	Índice do Nível de Estresse - INE	112
6	Índice de DOR - ID	112

Tabela	Nome	Página
1	Expectativas do Mercado	14
2	Crescimento Econômico por Região	14
3	Crescimento Região Nordeste por Variável Macroeconômica	15
4	Demonstrativo da Execução Orçamentária dos Objetivos Estratégicos	30
5	Demonstrativo da Execução Orçamentária das Prioridades Estratégicas do SEBRAE/PI	31
6	Execução dos Recursos e Metas de Atendimento dos Programas Nacionais	32
7	Aplicações de Recursos por Carteira de Projetos	35
8	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira do Agronegócio	36
9	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira do Agronegócio	37
10	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira Comércio e Serviços	46
11	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira Comércio e Serviços	46
12	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira da Indústria	51
13	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira da Indústria	51
14	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira de Atendimento Territorial	56
15	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira de Atendimento Territorial	57
16	Contribuição do Projeto de Desenvolvimento Empresarial para as Metas Mobilizadoras	62
17	Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício 2016	74
18	Balanço Patrimonial	75
19	Composição da Origem dos Recursos – SEBRAE/PI	76
20	Composição Aplicação de Recursos – SEBRAE/PI	77
21	Evolução Despesas Pagas por Modalidade de Licitação – 2015-2016	79
22	Indicadores de Desempenho	80
23	Indicadores Institucionais	80
24	Metas Mobilizadoras	81
25	Grupos de Clientes	81
26	Instrumentos de Atendimento	82
27	Índice de liquidez	83
28	Limites Orçamentários	84
29	Execução das Ações do Plano de Auditoria	90
30	Natureza das Ocorrências da Ouvidoria	91
31	Remuneração de Membros da Diretoria Executiva em 2016	94
32	Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	99
33	Balanço Patrimonial	100
34	Capacitações Ofertadas aos Empregados do SEBRAE/PI	107
35	Demonstrativo das Despesas com Pessoal	109
36	Imobiliário Próprio	113
37	Patrimônio Imobiliário Locado de Terceiros	114

Sigla	Nome
ACIP	Associação Comercial e Industrial de Piri-piri
ADAPI	Agência de Defesa Agropecuária do Piauí
AIP	Associação Industrial do Piauí
ALI	Agentes Locais de Inovação
AOE	Agentes de Orientação Empresarial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BACEN	Banco Central do Brasil
BNTM	Brazil National Tourism Mart
BPF	Boas Práticas de Fabricação
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNAE	Cadastro Nacional de Atividade Empresarial
Casa APIS	Central de Cooperativas Apícolas do Semi-Árido Brasileiro
CDE	Conselho Deliberativo Estadual
CDN	Conselho Deliberativo Nacional
CGU	Controladoria-Geral da União
CGM	Comitê Gestor Municipal
COCAJUPI	Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COMAPI	Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de Simplício Mendes
COOPARN	Cooperativa Apícola da Macrorregião de São Raimundo Nonato
CSN	Contribuição Social Nacional
CSO	Contribuição Social Ordinária
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DN	Decisão Normativa
DIREX	Diretoria Executiva
DITALPI	Distrito de Irrigação de Tabuleiros Litorâneos do Piauí
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EINNE	Encontro Internacional de Negócios do Nordeste
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FMI	Fundo Monetário Internacional
FAEPI	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí
FAPEPI	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí
FCDL	<i>Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas</i>
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Piauí
FISPAL	Feira Internacional de Embalagens, Processos e Logística para as Indústrias de Alimentos e Bebidas
FENEART	Feira Nacional de Negócios do Artesanato
FIEPI	Federação das Indústrias do Estado do Piauí
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
Fundação Cepro	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
GED	Gerenciamento Eletrônico de Documentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IFPI	Instituto Federal do Piauí

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
ISO	Organização Internacional para Padronização
JUCEPI	Junta Comercial do Estado do Piauí
JEPP	Jovens Empreendedores Primeiros Passos
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ME	Microempresa
MCPN	Movimento Compre do Pequeno Negócio
MEI	Microempreendedor Individual
MPE	Micro e Pequena Empresa
MEG	Melhoria da Excelência em Gestão
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAPPE	Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas
PAS	Programa de Alimento Seguro
PBQP-H	Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PPP	Parceria Público Privada
PSEG	Programa SEBRAE de Excelência em Gestão
PIB	Produto Interno Bruto
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PPA	Plano Plurianual
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEI	SEBRAE Empreendedor Individual
SEBRAE/PI	Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas do Piauí
SELIC	Taxa Referencial de Juros
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESCOOP/PI	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Piauí
SEMDEC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
SESI	Serviço Social da Indústria
SFA	Superintendência Federal de Agricultura
SGE	Sistema de Gestão Estratégica
SIACWEB	Sistema Integrado de Atendimento ao Cliente
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SME	Sistema de Monitoramento Estratégico
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UAF	Unidade de Administração e Finanças
UEAGRO	Unidade Estadual de Agronegócio
UAUD	Unidade de Auditoria Interna
UPS	Unidade de Produtos e Soluções
UEAIM	Unidade Estadual de Atendimento Individual e Mercado
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UGE	Unidade de Gestão Estratégica
UGOC	Unidade de Gestão Orçamentária e Contabilidade

UGP	Unidade de Gestão de Pessoas
UMC	Unidade de Marketing e Comunicação
UPP	Unidade de Políticas Públicas
UTIP	Unidade de Tecnologia da Informação e Processos

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

1. Apresentação

1 APRESENTAÇÃO

A elaboração do Relatório de Gestão do ano de 2016 do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí – SEBRAE/PI – atendeu às exigências contidas nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU 154/2016, da Portaria TCU 59/2017.

O Relatório de Gestão apresenta os elementos identificadores da unidade prestadora de contas e também algumas informações para melhor caracterizar a unidade, tais como sua estruturação, a identificação da entidade, incluindo as normas de sua criação e finalidades bem como os principais macroprocessos, incluídos no item 2. A seguir no item 3 trata do planejamento organizacional do SEBRAE/PI, demonstrando como planeja sua atuação, os programas e projetos propostos para dar conta da sua missão, a partir dos objetivos e metas programados para o exercício do relatório de gestão. Além disso, dá uma visão da lógica de alocação de recursos adotada para a consecução dos objetivos, demonstrando a relação entre o orçamento programado e o executado e as variações significativas ocorridas.

O documento descreve ainda as estruturas de governança e de controles internos (item 4), o relacionamento com a Sociedade, focando nas medidas relativas à acessibilidade dos usuários e os mecanismos de transparência (item 5), as informações relativas ao desempenho financeiro e contábil (item 6). A seguir contempla informações sobre gestão de pessoal, infraestrutura patrimonial, tecnologia da informação e critérios de sustentabilidade ambiental (item 7), discorrendo no item 8 sobre o atendimento de demandas de órgãos de controle.

Em 2016, as atividades e projetos realizados pelo SEBRAE/PI, alcançaram resultados significativos para a própria instituição e, principalmente, para os pequenos negócios e a sociedade. Consolidados, os resultados alcançados pelo SEBRAE/PI se apresentam nas Tabelas 22, 23, 24, 26 e 28, por meio dos indicadores de desempenho e institucionais, das metas mobilizadoras, metas de atendimento e dos limites orçamentários. Destaca-se que todas as Metas Mobilizadoras alcançaram índices de desempenho superiores em relação ao planejado para o período, mesmo considerando os enormes desafios impostos pelo crescente universo de clientes a serem atendidos, pelas distâncias percorridas e pela diversidade e quantidade de municípios do estado, bem como pelo cenário econômico e incertezas apresentadas para o referido exercício.

Foram atendidos 23,5 mil pequenos negócios, focando na melhoria da gestão, ampliação de mercados e em processos de inovação. Outros 24,5 mil potenciais empresários receberam atendimentos direcionados aos temas citados e a outros como, por exemplo, empreendedorismo e formalização. Os clientes foram capacitados por meio de instrumentos de atendimento reconhecidos pela qualidade, totalizando mais de 85 mil horas de consultorias, 37,2 mil orientações, 1.900 palestras/oficinas/seminários realizados, 10 Rodadas de Negócios e 1.427 cursos.

No que tange ao ambiente legal para os pequenos negócios, o foco das ações foi a implementação estratégica da Lei Geral atingindo 35 novos municípios piauienses em 2016 com a Lei Geral implementada. Assim o Piauí atinge 209 municípios com a Lei Geral regulamentada, sendo que em 119 municípios já se encontra implementada. Os resultados decorrentes são a melhoria do ambiente de negócios a partir do fortalecimento do uso do poder de compras, ação mais efetiva da rede de Agentes de Desenvolvimento e aumento do número de Salas do Empreendedor instaladas e fortalecimento da parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

2. Visão Geral da Unidade

2 VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 Finalidade e Competências

O SEBRAE/PI faz parte de um sistema criado em 1972 – Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae) vinculado ao Governo Federal. A partir de 1990, a entidade desligou-se do setor público, transformando-se num serviço social autônomo, denominado Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Na realidade, este foi o primeiro organismo afinado com o antigo Programa Nacional de Desestatização, embrião de uma nova prática de gestão de determinados serviços controlados pelo Estado, ou seja, a privatização.

Formalmente, trata-se de uma entidade civil sem fins lucrativos, criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 99.570, de 9 de outubro de 1990, posteriormente, alterada pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990.

A atuação do SEBRAE/PI está compreendida num conjunto de iniciativas públicas e privadas voltadas à ampliação de oportunidades econômicas. Em razão da importância dos micro e pequenos negócios, a instituição colabora com ações e projetos para a consolidação de um modelo de desenvolvimento territorial e estadual baseado na facilitação do acesso aos insumos produtivos (conhecimento, crédito, tecnologia e capacitação) em favor das micro e pequenas empresas e de empreendimentos emergentes. Busca, com isso, contribuir para a geração de condições favoráveis à valorização e ao melhor aproveitamento do esforço humano, com aumento da competitividade dos pequenos negócios e estímulo ao empreendedorismo.

2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

Quadro 1 – Normas Relacionadas a Unidade Jurisdicionada

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	
Denominação completa: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí	
Denominação abreviada: SEBRAE/PI	
Vinculação Ministerial: Presidência da República	
CNPJ: 06.665.129/0001-03	
Situação: ativa	
Natureza Jurídica: Serviço Social Autônomo	
Principal Atividade: Entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo.	Código CNAE: 7020-4/00
Telefones/Fax de contato: (86) 3216-1300 / (86) 3223-0200 - 3216-3753 - 3216-1349	
Endereço Eletrônico: ouvidoria@sebrae.com.br	
Página na Internet: www.sebrae.com.br/uf/pi	
Endereço Postal:	
NORMAS RELACIONADAS A UNIDADE JURISDICIONADA	
<ul style="list-style-type: none">• Estatuto Social• Plano Plurianual• Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE• Lei nº 8029 de 12/04/1990 - DOU 13/04/99• Decreto nº 99570 de 09/10/1990 - DOU 10/10/90• Estrutura: Conselho Deliberativo Estadual, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal• Regulamento do Sistema de Gestão de Pessoas• Regulamento do Sistema de Gestão de Credenciados (Aprovado 11/09/2014 – Resolução 1.471/2014)	

2.3 Ambiente de Atuação

A contextualização do Plano de Trabalho para 2016 contemplou um estudo de cenários possíveis para as MPE's piauienses. A cada ano é verificado o nível de aderência entre o cenário de atuação escolhido pelo SEBRAE/PI em sua estratégia e a trajetória real das MPE's. Dessa forma, apresentou-se o seguinte cenário:

2.3.1. Panorama Nacional

A expectativa dos analistas do mercado financeiro previa contração da economia em 2016. Segundo o Boletim Focus, o PIB deveria fechar 2015 com retração de 2,0% e de 0,15% em 2016. Para a inflação, os analistas projetavam alta de 9,32% em 2015 com IPCA já acumulando 6,83% em agosto do referido ano.

A taxa de câmbio, por sua vez estava projetada num patamar acima de R\$/US\$3,50, sendo que o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa básica de juros (Selic) para 14,25% a. a. com expectativa de fechar 2015 neste patamar, segundo os analistas do mercado, conforme tabela 1.

Tabela 1: Expectativas do Mercado

	Unidade de Medida	2015	2016	2017	2018	2019
PIB	% a.a. no ano	-2,00	-0,15	1,50	2,00	2,15
IPCA	% a.a. no ano	9,32	5,44	4,55	4,50	4,50
Taxa Selic	% a.a. no dez.	14,25	11,88	10,50	10,00	10,00
Taxa de câmbio	R\$/US\$ em dez.	3,48	3,60	3,53	3,60	3,61

Fonte: Banco Central do Brasil – Boletim FOCUS, de 14/08/2015

2.3.2. Panorama Regional – Nordeste

A região Nordeste, que até 2010 vinha crescendo mais que a média nacional, sobretudo em decorrência das políticas públicas compensatórias e dos investimentos em infraestrutura e produtivos, terá, de acordo com a simulação (2010-2025) apresentada, conforme a seguir, o menor crescimento no período (4,01% a.a) com perda de participação de 0,2 pontos percentuais no PIB nacional ao final de 2025 com tendência de crescimento abaixo da média nacional.

Tabela 2: Crescimento Econômico por Região

Regiões	Taxa Média de Crescimento (%)	Var. Participação (p.p) PIB Brasil
Norte	5,17	0,2
Nordeste	4,01	-0,2
Centro-Oeste	4,93	0,4
Sudeste	4,42	0,0
Sul	4,02	-0,5
Brasil	4,36	-

Fonte: Simulação própria a partir dos resultados das simulações com o modelo IMAGEM-B

O crescimento da região Nordeste, entre 2010 e 2025, pode ser compreendido pela variação de alguns fatores macroeconômicos, tal como apresentado na tabela a seguir:

Tabela 3: Crescimento Região Nordeste por Variável Macroeconômica

Componente da Simulação	2010-2015		2016-2020		2021-2025	
	Var. % PIB	Contribuição	Var. % PIB	Contribuição	Var. % PIB	Contribuição
Todos	3,63	100%	4,12	100%	4,30	100%
Investimento	0,69	19%	0,34	8%	0,18	4%
Demanda interna	1,35	37%	1,77	43%	2,25	52%
Consumo do Governo	0,51	14%	0,71	17%	0,79	18%
Exportações	0,25	7%	0,53	13%	1,16	27%
Efeito Produtividade	0,65	18%	0,60	15%	0,18	4%
Deslocamento regional e setorial.	0,02	0%	0,02	0%	-0,45	-10%
Preferências e Tecnologia	0,17	5%	0,14	4%	0,03	1%

Fonte: Simulação própria a partir dos resultados das simulações com o modelo IMAGEM-B

Apresenta-se, a seguir, a análise realizada pelos autores do estudo:

O consumo do governo, e notadamente as exportações, se mostram mais significativas para o crescimento do Nordeste nos dois últimos períodos, passando de 7% de contribuição em 2010-2015 para 13% e 27%, em 2016-2020 e 2021-2025, respectivamente.

Outro resultado a se ressaltar é a contribuição negativa do efeito de deslocamento do investimento regional e setorial (-10%) para a determinação do crescimento em 2021-2025, podendo ser justificado pelos efeitos competitivos de investimentos em outras regiões do país, que foram considerados nas simulações (como por exemplo, do Pré-Sal no Sudeste, Mínero-Metalúrgico no Pará e em Minas Gerais, e de hidroelétricas na Região Norte).”

2.3.3. Panorama Piauí

- **PIB**

O último dado do Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí refere-se a 2014 e teve uma expansão de 5,3% em relação ao ano anterior. Em valores correntes, o PIB foi de R\$ 37,7 bilhões. Os dados do Piauí, divulgados pela Fundação CEPRO, são melhores do que o PIB nacional. No Brasil, o PIB registrou um leve incremento de 0,5% em 2014, atingindo um patamar de R\$ 5,7 trilhões em valores correntes.

Depois de obter uma taxa de crescimento de 2,3%, em 2013, o Piauí continua expandindo, em função, sobretudo, das atividades da agropecuária. Nos últimos três anos (2012-2014), o Estado acumulou um crescimento de 13,7%, o que representa uma média anual de 4,6%, enquanto o país, no mesmo período, acumulou um crescimento de 5,4%, representando uma média 1,8 % ao ano.

Considerando o valor do último PIB apurado, o Piauí ocupa a 22ª posição no ranking das maiores economias do Brasil, com 0,7% na participação da riqueza nacional e é o 8º do ranking do Nordeste.

No ano de 2014, o Piauí alcançou um PIB per capita de R\$ 11.808,08, ante R\$ 9.824,74 em 2013. Em termos comparativos, o PIB per capita do Brasil é de R\$ 28.500,24. A maior renda per capita do país é a de Brasília (R\$ 69.216,80) e a menor do Maranhão (R\$ 11.216,37).

- **Registro Mercantil**

Segundo os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC sobre a movimentação de Constituição, Alteração e Extinção de empresa no Estado do Piauí, em 2015, foram constituídas 4.687 empresas, o que representa um aumento de 4,8% em relação a 2014. Em 2015, o Piauí registrou 3.979 microempresas e 240 empresas de pequeno porte.

Em 2016 foram registradas 5.531 empresas, representando um aumento de 18% em relação ao número de empresas criadas em 2015. O número de empresas extintas totalizou 1.435.

O número de alterações cadastrais em 2014 caiu em 2% e o número de extinções de empresas em 3% em relação ao ano anterior. Nesses dados, não estão incluídos os empreendedores individuais.

Dados disponibilizados pelo Ministério da Fazenda, sobre a distribuição do ICMS através da arrecadação pelo SIMPLES, mostra que foi repassado a todas as Unidades da Federação no ano de 2014, mais R\$ 9,45 bilhões de reais. O Nordeste participou com mais de R\$ 1,26 bilhão de reais que corresponde a 13,4%. O Piauí recebeu em 2014 o montante de R\$ 50,2 milhões de reais que corresponde a 4,0% e 0,5%, Nordeste e Brasil, respectivamente.

Em 2016 foram registrados 7.247 microempreendedores individuais contra 9.244 MEI's de 2015. Observa-se uma queda bastante significativa em relação ao ano anterior. A densidade dos MEI's no Piauí é maior na capital Teresina seguida das cidades de Parnaíba, Campo Maior, Floriano e Picos.

Com relação aos Empreendedores Individuais, em 2015 o Piauí totalizou 49.745 formalizações. Os dados 2016 mostram a existência de 56.992 Microempreendedores Individuais no Estado do Piauí, o que corresponde a 4,72% do Nordeste e a 0,86% do Brasil.

As projeções feitas pelo SEBRAE-NA, a partir de dados da Receita Federal, indicavam crescimento relevante do número de MEI com um crescimento de 27,1% no período de 2016 a 2019, seguido do número de ME (+7,0%) e EPP (+1,6%).

Em 2016, foram repassados aos Estados mais de R\$ 9,9 bilhões de reais, o Piauí recebeu R\$ 62,8 milhões de reais. Em comparação ao mesmo período de 2015, houve um aumento de 4,3%.

No Nordeste em ordem de recebimento destes recursos em 2016: Bahia (R\$ 454,6 milhões), Pernambuco (R\$ 276,9 milhões), Ceará (R\$ 152,6 milhões), Maranhão (R\$ 140,1 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 126,9 milhões), Paraíba (R\$ 117,6 milhões), Piauí (R\$ 62,8 milhões), Alagoas (R\$ 57,1 milhões) e Sergipe (R\$ 47,3 milhões).

- **Mercado de Trabalho**

Segundo os dados do CAGED, o número de empregos formais no estado alcançou 447,9 mil em dezembro de 2016, configurando uma redução de 2,8% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2015. Em números absolutos, esse total representa uma redução de 12,9 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.

No tocante à geração de empregos, somente a administração pública apresentou saldo positivo (+2), os demais setores apresentaram registrados saldos negativos: Construção Civil (- 4,6 mil postos de trabalhos), Serviços da Ind. de Utilidade Pública (-2,2 mil postos), Comércio (-1,9 mil postos), Indústria da Transformação (-1,6 mil postos), Serviços (-1,6 mil postos) e Agropecuária (-0,9 mil postos).

Os dados consolidados do Brasil, em 2016 mostram saldo negativo de 1.321.994 postos de trabalhos. Na região Nordeste o saldo foi negativo de 239.239 postos. Por ordem no Nordeste: Bahia (-67.291), Pernambuco (-48.486), Ceará (-37.499), Maranhão (-18.036), Rio Grande do Norte (-15.806), Sergipe (-15.653), Piauí (-12.893), Paraíba (-11.810) e Alagoas (-11.765).

Para o Estado do Piauí, os dados consolidados do ano de 2016 há admissão de 93.837 pessoas e demissão 106.730, gerando saldo negativo de 12.893 vínculos trabalhistas.

Os saldos por setores em 2016 no Estado do Piauí: **Positivos:** Administração Pública (2); **Negativo:** Construção Civil (4.639), Serviços da Indústria de Utilidade Pública (2.183), Comércio (1.939), Indústria da Transformação (1.638), Serviços (1.559), Agropecuária (906) e Extrativismo Mineral (31).

Os dados consolidados do Brasil, em 2016 mostram saldo negativo de 1.321.994 postos de trabalhos. Na região Nordeste o saldo foi negativo de 239.239 postos. Por ordem no Nordeste: Bahia (-67.291), Pernambuco (-48.486), Ceará (-37.499), Maranhão (-18.036), Rio Grande do Norte (-15.806), Sergipe (-15.653), Piauí (-12.893), Paraíba (-11.810) e Alagoas (-11.765).

• **Sobrevivência das Empresas**

A taxa de sobrevivência de empresas no Piauí divulgada pela última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 79,7%. O levantamento foi feito pelo Instituto com base em dados de 2013 divulgado em setembro de 2015. A média nacional foi de 81,7%.

De acordo com o IBGE, a sobrevivência de uma empresa é caracterizada pela permanência em atividade daquele empreendimento por mais de um ano. O que significa que no Piauí, das empresas ativas no ano de 2013, 79,7% já existiam no ano anterior.

Em números absolutos, havia no ano pesquisado 43.591 empreendimentos em atividade, sendo que 34.754 já atuavam no mercado piauiense havia pelo menos um ano. No ano de 2013, as aberturas de novas empresas representaram 20,3% do total, somando 8.837 novos CNPJs.

Quanto à saída de empresas do mercado, o percentual foi de 14,5%, um total de 6.335 empreendimentos a menos no estado do Piauí.

Ainda segundo a pesquisa, a média nordestina de sobrevivência foi semelhante à do Piauí, 79,3%. O estado do Nordeste com maior percentual foi a Paraíba, com taxa de 81,6%. A Bahia, contudo, lidera em números absolutos: mais de 190 mil empresas se mantiveram em funcionamento por mais de um ano.

• **Comércio Exterior**

No acumulado de 2016, o valor exportado foi de US\$ 175,0 milhões e importou US\$ 92,9 milhões, gerando um saldo na balança comercial de US\$ 82,08 milhões de dólares. O valor

exportado foi inferior 56,5% em relação ao ano de 2015. Isso se deve principalmente a redução nas exportações de soja, que no mesmo período reduziu em 66,0%.

Quanto ao destino das exportações do Piauí em 2016, destacam-se: China (44,0%), EUA (14,20%), Japão (4,63%), Alemanha (4,41%), Países Baixos – Holanda (4,21%), Taiwan (3,9%) e Tailândia (3,68%).

As participações dos principais produtos exportados em 2016 são: Soja (55,79%), Ceras Vegetais (24,49%), Mel Natural (6,49%), Pilocarpina (3,3%), Algodão (2,96%) e Milho (2,68%).

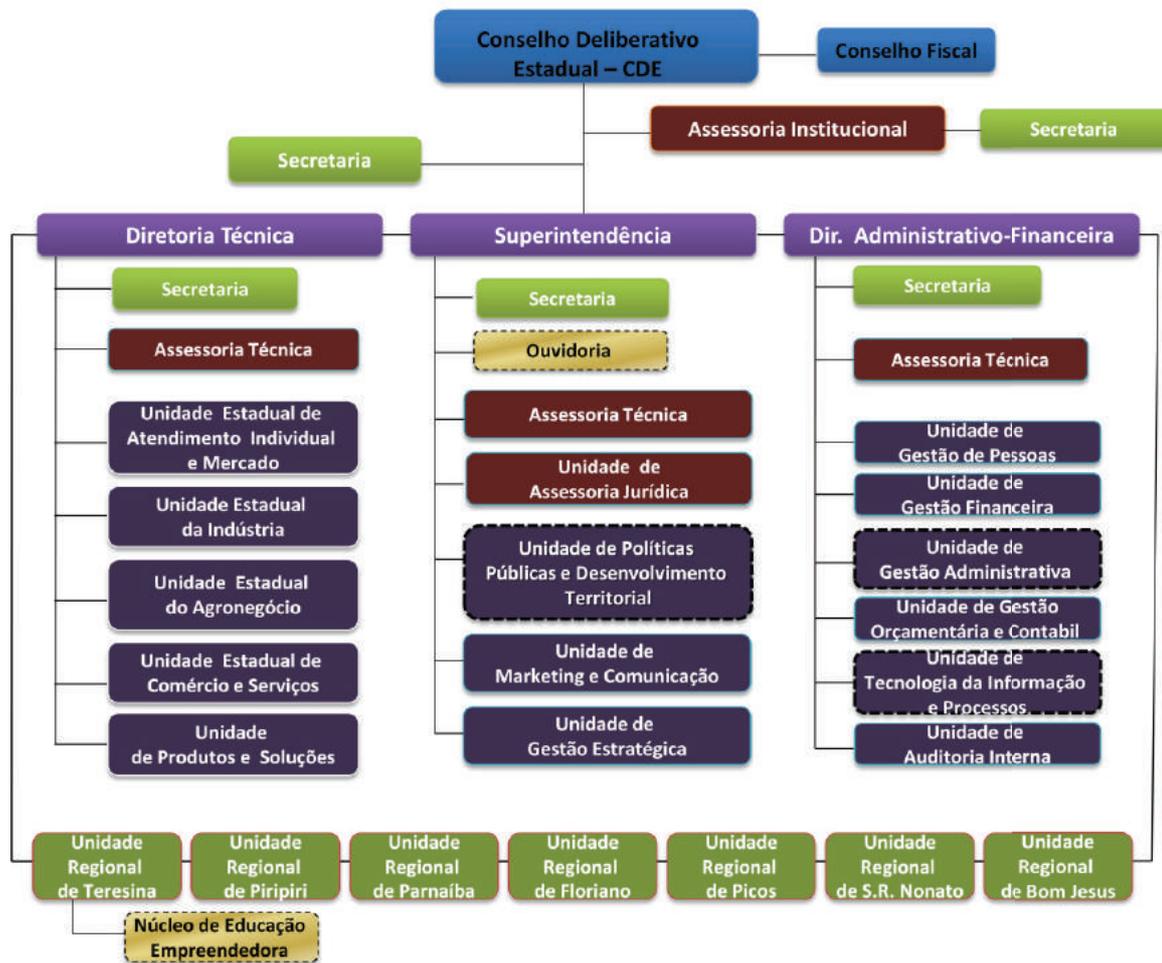
2.4 Organograma

A estrutura básica de gestão da entidade é formada por um Conselho Deliberativo, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva.

O Conselho Deliberativo, órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade, compõe-se de 15 (quinze) representantes de entidades vinculadas a pesquisa, desenvolvimento, associações comerciais, agricultura, comércio, indústria, instituições financeiras e o governo. O Conselho Fiscal, órgão de assessoramento do Conselho Deliberativo Estadual, para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira, composto de três membros efetivos e três suplentes. Diretoria Executiva, órgão colegiado de natureza executiva, responsável pela gestão administrativa e técnica, composta por três Diretores: Diretor Superintendente, Diretor Administrativo–Financeiro e Diretor Técnico.

A estrutura operacional atual, aprovada na 148ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Estadual realizada em 29/2/16 está composta por Assessorias, Unidades Estaduais, Unidades de Comunicação e Marketing, Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial, Unidade de Gestão Estratégica, Unidades de Gestão Interna e Unidades Regionais.

Figura 1 – Organograma do SEBRAE/PI



- **Unidades Estaduais:** Unidade Estadual de Atendimento e Mercado, Unidade Estadual da Indústria, Unidade Estadual do Agronegócio, Unidade Estadual de Comércio e Serviços e Unidade Estadual de Produtos e Soluções.

Unidades de Gestão Interna: Unidade de Gestão de Pessoas, Unidade de Gestão Administrativa, Unidade de Gestão Financeira, Unidade de Tecnologia da Informação e Processos, Unidade de Gestão Orçamentária e Contábil e Unidade de Auditoria Interna.

- **Unidades Regionais:** Teresina, Parnaíba, Piri-piri, Floriano, Picos, São Raimundo Nonato e Bom Jesus

As áreas estratégicas do SEBRAE/PI estão agrupadas em Unidades Estaduais, Regionais e de Gestão, conforme destacadas a seguir:

Unidade Estaduais:

Unidade Estadual de Atendimento Individual e Mercado:

Competências: Formular estratégias de integração e articulação entre os projetos da carteira e redes de apoio ao desenvolvimento dos pequenos negócios nos territórios de atuação, incentivando o desenvolvimento de ações coletivas e articulando parcerias internas e externas no âmbito do atendimento.

Titular: Francisco das Chagas da Costa Holanda

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2016

Unidade de Produtos e Soluções:

Competências: Identificar, formular, adequar, desenvolver e/ou disponibilizar produtos e soluções com respectivas metodologias e estratégias educacionais e tecnológicas, para atender as necessidades identificadas pelas demais unidades.

Titular: Érika Freitas Rocha Lopes

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2016

Unidades Estadual da Indústria:

Competências: Formular estratégias de integração e articulação entre os projetos da carteira e redes de apoio ao desenvolvimento dos pequenos negócios nos territórios de atuação, incentivando o desenvolvimento de ações coletivas e articulando parcerias internas e externa, no âmbito da indústria.

Titular: Mirna Vaz da Rocha

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2016

Unidade Estadual de Comércio e Serviços:

Competências: Formular estratégias de integração e articulação entre os projetos da carteira e redes de apoio ao desenvolvimento dos pequenos negócios nos territórios de atuação, incentivando o desenvolvimento de ações coletivas e articulando parcerias internas e externas, no âmbito do comércio e serviços.

Titular: Maria Alreni Lima Silva

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2016

Unidade Estadual do Agronegócios:

Competências: Formular estratégias de integração e articulação entre os projetos da carteira e redes de apoio ao desenvolvimento dos pequenos negócios nos territórios de atuação, incentivando o desenvolvimento de ações coletivas e articulando parcerias internas e externas, no âmbito do agronegócio.

Titular: Geórgia Alcântara Costa de Pádua

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2016

Unidade Regional de Teresina:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Ana Lúcia Pereira Oliveira

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2016

Unidade Regional de Picos:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Ana Mary Leal Dias Bezerra
Cargo: Analista Técnico - Gerente
Período de Atuação: desde julho/2001

Unidade Regional de Floriano:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Mary Correia Moreira Kalume
Cargo: Analista Técnico - Gerente
Período de Atuação: desde julho/2001

Unidade Regional de Piripiri

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Ismael de Avelar Bastos
Cargo: Analista Técnico - Gerente
Período de Atuação: desde maio/2016

Unidade Regional de Parnaíba:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Isabela Karinne Sousa Ribeiro
Cargo: Analista Técnico - Gerente
Período de Atuação: desde abril/2016

Unidade Regional de São Raimundo Nonato:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Felipe de Sousa Vieira
Cargo: Analista Técnico - Gerente
Período de Atuação: desde setembro/2013

Unidade Regional de Bom Jesus:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Kássio Castelo Branco Silva
Cargo: Analista Técnico - Gerente
Período de Atuação: desde maio/2015

Unidades Estratégicas:

Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial

Competências: Criar ambiente favorável ao surgimento e fortalecimento das micro e pequenas empresas em larga escala e com forte impacto nos resultados institucionais.

Titular: Solange Lopes Azevêdo
Cargo: Analista Técnico - Gerente
Período de Atuação: desde outubro/2012

Unidade de Gestão Estratégica

Competências: Articular, promover e catalisar a atuação estratégica do SEBRAE/PI, com foco em resultados, para assegurar o cumprimento da missão e do Plano Plurianual da instituição.

Titular: Carlos Jorge Silva Gomes
Cargo: Analista Técnico – Gerente
Período de Atuação: desde março/2012

Unidade de Marketing e Comunicação:

Competências: Fortalecer a imagem institucional e o nível de relacionamento e comunicação com as micro e pequenas empresas, entidades associadas, governamentais e privadas, parceiros e profissionais internos e externos, promovendo os produtos e serviços do SEBRAE/PI.

Titular: Maria das Graças de Sousa Batista
Cargo: Analista Técnico - Gerente
Período de Atuação: desde julho/2001

Unidade de Gestão Interna:

Unidade de Gestão Orçamentária e Contábil:

Competências: Promover a integração dos dados contábeis e financeiros, visando a elaboração de fluxo de informações de caixa do SEBRAE/PI e subsidiar a Direx e as demais unidades, de informações estratégicas sobre o desempenho orçamentário do SEBRAE/PI.

Titular: Marilda Maria Portela Santos Moita
Cargo: Analista Técnico - Gerente
Período de Atuação: desde março/2012

Unidade de Gestão de Pessoas:

Competências: Assegurar a captação, manutenção e desenvolvimento de talentos profissionais de acordo com o perfil e competências que forem exigidas no Sistema de Gestão de Pessoas – SGP, necessários ao cumprimento da missão do SEBRAE/PI.

Titular: Valéria Moraes de Sousa Ribeiro
Cargo: Analista Técnico - Gerente
Período de Atuação: desde junho/2008

Unidade de Gestão Administrativa:

Competências: Prover o SEBRAE/PI de infra-estruturas física e administrativa e realizar o controle e a gestão patrimonial da entidade.

Titular: Antonio de Pádua Evelin Rodrigues
Cargo: Analista Técnico - Gerente
Período de Atuação: desde outubro/2013

Unidade de Gestão Financeira:

Competências: Gerir com alta estratégia tática e operacional as finanças e recursos materiais buscando a otimização dos seus rendimentos, assim como a aplicação adequada dos investimentos e custeios do SEBRAE/PI.

Titular: Diogo Chaves Lima
Cargo: Analista Técnico - Gerente
Período de Atuação: desde abril/2016

Unidade de Tecnologia da Informação e Processos:

Competências: Disponibilizar soluções informatizadas adequadas às necessidades do SEBRAE/PI, planejando, orientando, coordenando, acompanhando e avaliando o desenvolvimento das ações voltadas para a informática e para a comunicação de dados.

Titular: Juliana Lira da Fonsêca
Cargo: Analista Técnico - Gerente
Período de Atuação: desde junho/2008

Unidade de Auditoria Interna:

Competências: Assistir ao Conselho Deliberativo Estadual, Conselho Fiscal, à Diretoria Executiva e às Unidades Operacionais e de Gestão, em matéria relacionada à orientação, acompanhamento e controle dos atos de gestão do SEBRAE/PI.

Titular: José Fernandes Almeida Neto
Cargo: Analista Técnico - Gerente
Período de Atuação: desde setembro/2011

2.5 Macroprocessos Finalísticos

Para execução das suas atividades finalísticas, o SEBRAE/PI mantém quatro macroprocessos vinculados diretamente às suas competências institucionais: Atendimento a Mercado e Clientes, Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios, Promoção da Educação e Cultura Empreendedora e Desenvolvimento de Produtos e Soluções.

O quadro abaixo apresenta sucintamente os macroprocessos ligados às áreas fins da instituição:

Quadro 2 - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Atendimento a Mercado e Clientes	O Atendimento Individual representa o principal <i>locus</i> de escuta das necessidades do cliente e, portanto, o elemento de tração do processo contínuo de definição de estratégias de gestão do conhecimento em prol da gestão do relacionamento com o cliente.	<ul style="list-style-type: none"> • Informação • Orientação Técnica • Consultoria • Curso • Palestra • Oficina • Seminário • Eventos de Mercado • Publicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedor Individual • Microempresa • Pequena empresa • Produtor Rural • Potencial Empresário • Potencial Empreendedor 	<p>Unidades Estaduais</p> <p>Unidade de Comunicação e Marketing</p> <p>Unidade de Produtos e Soluções</p>
Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios	Macroprocesso voltado para a criação e institucionalização de um ambiente legal e favorável ao desenvolvimento e fortalecimento empresarial, ampliando as políticas de apoio aos pequenos negócios.	<ul style="list-style-type: none"> • Curso • Consultoria 	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedor Individual • Microempresa • Pequena empresa • Produtor Rural • Gestores Públicos 	Unidade de Políticas Públicas

Quadro 2 - Macroprocessos Finalísticos – Cont...

Promoção da Educação e Cultura Empreendedora	Macroprocesso voltado para disseminar a cultura empreendedora em diferentes espaços sociais e de produção da sociedade piauiense e capacitar proprietários de pequenos negócios visando a elevação do nível de eficiência, eficácia e efetividade dos empreendimentos	<ul style="list-style-type: none"> •Curso •Palestra •Oficina 	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedor Individual • Microempresa • Pequena empresa • Produtor Rural • Potencial Empresário • Potencial Empreendedor 	<p>Unidades Estaduais</p> <p>Unidade de Produtos e Soluções</p>
Desenvolvimento de Produtos e Soluções	Desenvolvimento e adequação das soluções da matriz educacional local e nacional voltadas para atender as necessidades dos clientes e contribuir para elevar o nível de eficiência, eficácia e efetividade dos empreendimentos.	<ul style="list-style-type: none"> •Orientação Técnica •Consultoria •Curso •Palestra •Oficina •Seminário 	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedor Individual • Microempresa • Pequena empresa • Produtor Rural • Potencial Empresário • Potencial Empreendedor 	<p>Unidades Estaduais</p> <p>Unidade de Produtos e Soluções</p>

Apresenta-se abaixo, breve descrição da condução de cada macroprocesso ao longo de 2016:

a) Macroprocesso Atendimento a Mercado e Clientes:

O SEBRAE/PI, por meio da Unidade Estadual de Atendimento Individual e Mercado e a Gerência da Regional de Teresina, atuou fortemente no intuito de fortalecer e ampliar as ações de atendimento as demandas dos clientes, propiciando o aumento do número de pequenos negócios atendidos bem como a melhoria contínua da qualidade.

Quadro 3 – Macroprocesso Atendimento a Mercado e Clientes

Linhas de Atuação	Principais Atividades
Ampliação do índice de cobertura do atendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Inauguração da Sede da Unidade Regional de Bom Jesus • Reformulação do atendimento itinerante “SEBRAE Mais Perto de Você”
Ampliação dos instrumentos de avaliação da satisfação e qualidade do atendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria dos instrumentos de avaliação do cliente; • Acompanhamento e avaliação das consultorias realizadas nas empresas (durante e após sua finalização).

b) Macroprocesso Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios

Através da Unidade de Políticas Públicas e das Unidades Regionais o SEBRAE/PI desenvolveu um conjunto de ações voltadas para a criação e institucionalização de um ambiente legal e favorável ao desenvolvimento e fortalecimento empresarial dos pequenos negócios, principalmente nos municípios do interior do estado.

Quadro 4 – Macroprocesso Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios

Linhas de Atuação	Principais Atividades
Institucionalização da Lei Geral nos municípios	<ul style="list-style-type: none"> • Consultoria de suporte aos gestores públicos; • Fortalecimento das Salas do Empreendedor; • Capacitação dos Agentes de Desenvolvimento • Ações conjuntas com o Tribunal de Contas do Estado principalmente relativas a regulamentação das compras públicas.
Fomento ao Empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> • Realização do Prêmio Prefeito Empreendedor, Implantação da Rede Simples e parceria com o Tribunal de Contas do Estado.

c) Macroprocesso Promoção da Educação e Cultura Empreendedora

Incorpora atividades voltadas para prover o SEBRAE/PI de conhecimento e soluções de informação, consultoria e educação nas áreas de gestão empresarial e educação empreendedora, para o alcance dos resultados pelos pequenos negócios.

Quadro 5 – Macroprocesso Promoção da Educação e Cultura Empreendedora

Linhas de Atuação	Principais Atividades
Fortalecimento da parceria entre as áreas de Educação, Unidade de Produtos e Soluções e Unidades de Regionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de facilitadores estaduais para todas as soluções, ampliando o banco de profissionais nas principais cidades do interior com o objetivo de diminuir a necessidade de deslocamento e, conseqüentemente, o custo da aplicação das soluções. • Capacitação periódica da equipe técnica, credenciados e demais colaboradores sobre os Referenciais Educacionais do SEBRAE, de modo a garantir a correta aplicação dos produtos e soluções.

d) Macroprocesso: Desenvolvimento de Produtos e Soluções

As atividades consistiram na continuidade do processo de adequação das soluções da matriz educacional local e nacional voltadas para atender as necessidades dos clientes e contribuir para elevar o nível de eficiência, eficácia e efetividade dos empreendimentos, de forma a prover o SEBRAE/PI de soluções, conhecimento e mecanismos de promoção da inovação, sustentabilidade e acesso à tecnologia, para promover a competitividade dos pequenos negócios.

Quadro 6 – Macroprocesso Desenvolvimento de Produtos e Soluções

Linhas de Atuação	Principais Atividades
Desenvolvimento, Adequação e Revisão de Soluções	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria permanente com as Unidades Regionais, identificando as principais necessidades de soluções para atender aos Projetos. • Disseminação dos títulos existentes no Portfólio Local e Nacional disponibilizando semestralmente a matriz atualizada (nome, telefone e email de cada credenciado habilitado nas soluções disponíveis).
Repasses Metodológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de cronograma semestral de repasses e disseminação para gestores e credenciados, a fim de garantir a realização dos mesmos. • Realização de Repasses Metodológicos, a fim de disponibilizar o maior número de credenciados possíveis para aplicação das soluções junto ao público-alvo de cada Projeto.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

3. Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 Planejamento Organizacional

O processo de planejamento para a elaboração/revisão do PPA 2016-2017 seguiu, como ocorre anualmente, o processo estabelecido para esse fim, ou seja, realização de reuniões técnicas através da participação efetiva de Analistas, Gestores, Gerentes e Diretoria Executiva, além de entrevistas e consultas junto aos Conselheiros e demais partes interessadas realizadas no mês de agosto/2015.

A análise, discussão e definições das propostas (projetos e atividades) contidas no Plano Plurianual consideraram como premissas, a coerência e a continuidade da atuação orientada para resultados, a alocação de recursos a partir de estratégias de atuação explícitas, oportunidades existentes no cenário de atuação local e sintonia com as necessidades dos pequenos negócios atendidos pelo SEBRAE/PI.

Dessa forma, o plano estratégico do SEBRAE/PI para 2016, teve como referenciais os seguintes documentos:

- Cenários SEBRAE 2015/2022
- O Direcionamento Estratégico do Sistema SEBRAE 2013/2022;
- Diretrizes do PPA 2016–2019 e Orçamento 2016;
- Indicadores e Metas do PPA 2016/2019;
- O Público do SEBRAE PPA 2016/2019;
- Manual de Programas, Projetos e Atividades.

A missão do SEBRAE/PI é a de **“Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia do Estado do Piauí”** estando em consonância com o que rege seu estatuto e demonstrando a vinculação do plano estratégico da entidade com suas competências institucionais, legais ou normativas.

Através da visualização do Mapa Estratégico (Figura 2) pode-se constatar, de forma clara e transparente, o foco da estratégia elaborada e a maneira como as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e recursos estabelecidos no PPA. O mapa estratégico tem por objetivo apresentar de forma lógica e estruturada os objetivos estratégicos balanceados sobre várias perspectivas (Cumprimento da Missão, Partes Interessadas, Processos e Pessoas, Organização e Tecnologia), mantendo uma relação de causa e efeito entre si, representando o foco e os pontos relevantes da estratégia no contexto do negócio. Dessa forma, estabelece-se uma sintonia no cumprimento da missão institucional.

A partir da definição dos desafios do SEBRAE/PI, desenvolveu-se um trabalho de priorização dos objetivos estratégicos para alinhar as proposições ao contexto do Planejamento Estratégico do SEBRAE Nacional. Esses objetivos demonstram as escolhas adotadas pela organização para promover maiores conquistas e resultados em prol das MPE's no estado.

Na análise relativa às limitações internas (pessoal, recursos, infraestrutura) foram consideradas as oportunidades e pontos fortes descritos abaixo como fatores importantes no processo de definição das estratégias.

- Capacitação permanente de pessoal (interno e credenciados) através de cursos abertos e Universidade Corporativa;
- Inauguração da Sede da Regional de Bom Jesus viabilizando espaço e infraestrutura adequada para o atendimento as demandas da região dos cerrados;
- Atualização permanente do parque de TI;
- Clima organizacional demonstra que 87,8% das pessoas estão motivadas profissionalmente com as tarefas que executam e 86,5% estão satisfeitas com o ambiente e condições de trabalho.

A avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas, foi realizada através do monitoramento sistemático e acompanhamento das metas através de reuniões de avaliação crítica e de análise da estratégia, bem como através dos sistemas corporativos SGE e SME.

Para o período de 2016 a 2019, as prioridades estratégicas do SEBRAE/PI estabeleceram a continuidade da estratégia de atuação integrada da instituição, com ênfase no fortalecimento da gestão dos projetos voltada para melhoria da qualidade dos resultados estabelecidos para o período, conforme demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7 – Estratégia de Atuação: Vinculação

Objetivos Estratégicos SEBRAE/NA	Objetivos Estratégicos SEBRAE/PI	Prioridades Locais do SEBRAE/PI
P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente	P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente	Ampliar e aprimorar a rede de atendimento no Estado do Piauí, de forma integrada e continuada, ofertando produtos e soluções que gerem oportunidades, aumento da competitividade e sustentabilidade dos pequenos negócios.
		Ampliar as oportunidades de acesso à mercados dos pequenos negócios das cadeias da apicultura, fruticultura e piscicultura, a partir da inclusão produtiva, inovação tecnológica e competitividade.
		Aumentar a competitividade dos pequenos negócios da Indústria de Alimentos e Bebidas e da Cadeia da Construção Civil no Território de Teresina com foco na sustentabilidade, produtividade e inovação.
		Promover a competitividade e a sustentabilidade dos pequenos negócios do comércio e serviços dos segmentos de saúde, artesanato e da cadeia do turismo dos Territórios de Teresina e Litoral Piauiense, a partir da agregação de valor com foco em mercado
P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios	P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios	Sem contribuição
P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	Disseminar a cultura da educação empreendedora no meio empresarial e junto as instituições de ensino (fundamental, médio e superior), promovendo o acesso dos pequenos negócios, potenciais empresários e potenciais empreendedores, através de soluções educacionais com foco no empreendedorismo.

Quadro 7 – Estratégia de Atuação: Vinculação – Cont...

P4 - Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios	P4 - Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios	Sem contribuição
P5 - Articular e fortalecer a rede de parceiros estratégicos.	Sem contribuição	Sem contribuição
P6 - Ter excelência no desenvolvimento de produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes	P6 - Ter excelência no desenvolvimento de produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes	Sem contribuição
P7 - Assegurar a efetividade e a transparência na aplicação dos recursos e na comunicação de resultados	P5 -Promover a cultura da gestão com foco na sustentabilidade	Sem contribuição
	P8 - Aprimorar a excelência da gestão interna	Aperfeiçoar os processos operacionais e gerenciais internos com ênfase na excelência da gestão, por meio de práticas empresariais sustentáveis e da gestão do conhecimento.

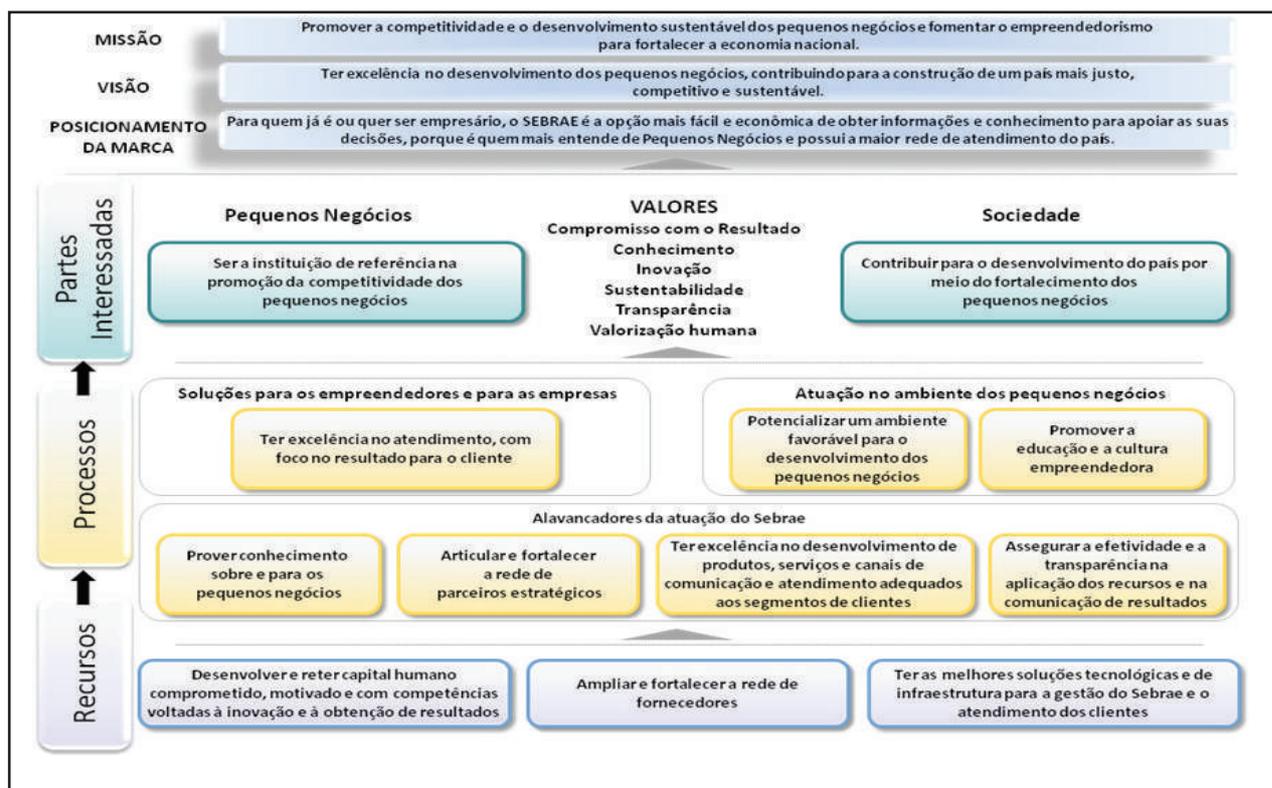
Objetivos Estratégicos SEBRAE/NA	Objetivos Estratégicos SEBRAE/PI	Prioridades Locais do SEBRAE/PI
R1 - Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados	R1 - Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados	Promover a valorização dos colaboradores a partir do aprimoramento das competências das equipes internas e credenciados voltadas para a excelência do atendimento e o alcance dos resultados.
R2 - Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.	R2 - Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.	Sem Contribuição
R3 - Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do SEBRAE e o atendimento dos Clientes	R3 - Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do SEBRAE e o atendimento dos clientes	Sem contribuição

3.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

3.1.1.1. Objetivos Estratégicos

A leitura do Mapa Estratégico segue uma lógica vertical de vinculação entre os objetivos e temas estratégicos, demonstrando uma relação de causa e efeito entre eles, conforme o impacto e a forma de contribuição entre os desafios retratados na forma de objetivos. Ressalte-se que em 2016, o SEBRAE/PI continuou adotando o Mapa vigente de 2015, onde foi delimitado um conjunto de dez objetivos a partir do Mapa Estratégico do Sistema SEBRAE, conforme demonstrado na figura 2.

Figura 02 – Mapa Estratégico do SEBRAE/PI



A Tabela nº 4 apresenta a execução orçamentária prevista e realizada por objetivos estratégicos, que traduzem às escolhas adotadas pelo SEBRAE/PI para promover maiores conquistas e resultados para as MPE no horizonte do PPA 2016/2019.

Tabela 4 – Demonstrativo da Execução Orçamentária dos Objetivos Estratégicos em R\$ Mil

Estratégia Objetivo Nacional	Previsto Original	Previsto Ajustado 2016	Total Executado 2016	% Executado Ajustado 2016	% Participação
P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	19.540	23.129	17.758	76,78%	68,70%
P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	954	2.298	860	37,42%	3,30%
P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora.	0	400	249	62,25%	1,00%
P6 - Ter excelência no desenvolvimento de produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes.	250	290	235	81,03%	0,90%
P7 - Assegurar a efetividade e a transparência na aplicação dos recursos e na comunicação de resultados.	930	1.641	1.492	90,92%	5,80%
R1 - Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados.	632	632	413	65,34%	1,60%
R3 - Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do SEBRAE e para o atendimento dos clientes.	3.008	5.081	4.852	95,50%	18,80%
Total vinculado a Objetivos Estratégicos	25.314	33.471	25.859	77,30%	100,00%

Estratégia Macroprocesso Local	Previsto Original	Previsto Ajustado	Total Executado	% Executado Ajustado	% Participação
Gestão Administrativa	5.024	5.465	4.949	90,55%	17,80%
Gestão da Estratégia	400	370	276	74,60%	1,00%
Gestão de Pessoas	21.379	20.302	20.022	98,62%	72,20%
Gestão Financeira	1.059	1.309	1.245	95,03%	4,50%
Governança	400	450	450	100,00%	1,60%
Marketing e Comunicação	827	827	790	95,52%	2,80%
Total não vinculado a Objetivos Estratégicos	29.089	28.723	27.732	96,54%	100,00%
Total Geral	54.403	62.194	53.591	86,17%	100,00%

Fonte: SME

3.1.1.2. Prioridades Estratégicas

As prioridades locais servem de referência para a identificação das iniciativas estratégicas que podem incluir programas, projetos e planos de ação. Explicitam segmentos de clientes a serem trabalhados e possibilitam o alinhamento dos projetos e seus resultados.

Tabela 5 – Demonstrativo da Execução Orçamentária das Prioridades Estratégicas do SEBRAE/PI em R\$ Mil

Estratégia Atuação	Previsto Original Ano	Valor Previsto Ajustado (2015)	Valor Realizado (2015)	% de Execução (2015)	% Participação
Ampliar e aprimorar a rede de atendimento aos pequenos negócios, de forma integrada e continuada, ofertando produtos e soluções voltadas para geração de oportunidades, aumento da competitividade e fortalecimento das empresas.	6.674	6.893	5.469	79,34%	28,20%
Ampliar o mercado dos pequenos negócios das cadeias da apicultura, fruticultura e piscicultura, organizados em redes de cooperação/centrais de negócios, através da difusão de tecnologias apropriadas a convivência com o semiárido, gestão, inovação e competitividade	8.812	11.737	9.003	76,70%	46,50%
Aperfeiçoar os processos operacionais e gerenciais internos com ênfase na modernização e na excelência da gestão	850	1.561	1.464	93,79%	7,60%
Aumentar a eficiência produtiva dos pequenos negócios dos segmentos da indústria da Construção Civil e Panificação no Território de Teresina com foco na inovação, certificação, mercado e sustentabilidade.	1.523	1.586	1.199	75,60%	6,20%
Promover a competitividade dos pequenos negócios do comércio e serviços dos segmentos do Turismo, Saúde, Artesanato e Tecnologia da Informação dos Territórios de Teresina, Litoral Piauiense com foco em inovação, certificação e mercado.	2.530	2.636	1.977	75,00%	10,20%
Promover a educação empreendedora junto aos alunos de ensino fundamental, médio e superior, em parceria com instituições de ensino público e privado do Piauí	450	450	265	58,89%	1,40%
TOTAL	20.839	24.863	19.377	77,93%	100,00%

Fonte: SME

3.1.1.4. Programas Nacionais

Os Programas Nacionais de Atendimento foram concebidos para potencializar a execução da estratégia do Sistema SEBRAE, direcionando ações e recursos no provimento de conhecimento para os pequenos negócios, articulando e fortalecendo a rede de parceiros, promovendo a cultura empreendedora, potencializando um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios todos com o objetivo de alcançar a excelência no atendimento com foco nos resultados para o cliente.

Esses programas estão direcionados ao atendimento do público-alvo por meio de uma lógica de segmentação de clientes, permitindo um amplo provimento de soluções a todos os perfis atendidos pelo SEBRAE.

Os Programas Nacionais impactam significativamente no alcance dos objetivos estratégicos, trabalhando com um público segmentado e estratégias definidas, de modo a impulsionar o atingimento dos indicadores e metas estipulados no Direcionamento Estratégico, através da segmentação dos clientes (microempresas, empresa de pequeno porte e empreendedor individual).

Os recursos aplicados para atender aos Programas Nacionais foram transferidos pelo SEBRAE Nacional através da Contribuição Social Nacional - CSN. O total de recursos liberados para o SEBRAE/PI para a execução dos programas totalizou R\$ 2,3 milhões deste total foram executados 63,4% equivalente a R\$ 2,0 milhões.

Tabela 6 – Execução dos Recursos e Metas de Atendimento dos Programas Nacionais em R\$ Mil

Programa	SEBRAE NA (CSN)			SEBRAE/PI				
	Prevista	Transferida	%	CSN		Nº de Empresas Atendidas		
				Realizada R\$	% Realização	Previsto	Executado	%
PG - Agentes Locais de Inovação	307	307	100,00%	246	80,20%	720	745	103,50%
PG - Educação Empreendedora	602	451	75,00%	396	65,60%	8.625	16.089	186,50%
PG - Negócio a Negócio	920	920	100,00%	866	94,20%	7.660	9.169	119,70%
SEBRAE Mais	0	0	0	0	0	0	0	0
PG - SEBRAETec	1.365	598	43,80%	496	37,30%	928	185	20,30%
Total	3.194	2.276	71,30%	2.004	63,40%	17.933	26.022	145,10%

Fonte: SME

Devem ser destacadas as seguintes considerações sobre a execução dos programas em relação as metas de atendimentos realizadas:

a) Agentes Locais de Inovação - ALI

Em 2016, o Programa ALI atendeu a 745 empresas que tiveram acesso às soluções do SEBRAE como consultorias e/ou cursos na área tecnológica, a partir da atuação intensiva dos agentes junto aos gestores dos projetos de atendimento individual e coletivo na capital e interior.

Segundo pesquisa realizada junto as empresas beneficiadas, dentre os principais resultados de 2016 apresentam-se:

- Foram concluídas 2.081 ações de inovações nas empresas atendidas;
- Das 2.081 ações de inovação, 40,3% ocorreram nas áreas de Inovação de produtos e serviços, Tecnologia da Informação, Design, Qualidade, Produtividade, Propriedade Intelectual e Sustentabilidade;
- Os índices do Radar 0 e 2/3 (Indicativo de incorporação da gestão da inovação nas empresas), mostram que a evolução do grau médio de inovação das empresas acompanhadas pelos ALI's no Estado do Piauí em 2016 saiu de 2,1 para 2,8;
- 73% das empresas implantaram ações de melhoria;
- Das empresas atendidas 54,8% tiveram aumento de faturamento;
- 68,5% informaram que tiveram aumento da carteira de clientes;
- 41,1% aumentaram pontos de venda;
- 11,1% implantaram filial;
- 9,6% transformaram as empresas em franquia;
- 53,4% aumentaram o número de funcionários;

Apesar do cenário econômico vivenciado em 2016, os indicadores mostram que a execução do 3º Ciclo do Projeto ALI foi exitosa do ponto de vista de metas e de resultados alcançados com as ações de inovações. As mudanças de atitude dos empresários na abordagem da temática de inovação nas empresas mostram que o conceito de inovação foi incorporado junto aos pequenos negócios. Outro legado do Projeto é o crescente aumento do capital intelectual na área de inovação e de recursos humanos atuando nessa área no Estado do Piauí.

b) Educação Empreendedora

O objetivo do Programa é ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas escolas de ensino fundamental, médio e superior por meio de conteúdos de empreendedorismo nos currículos, objetivando a consolidação da cultura empreendedora na educação. O público-alvo assistido consistiu de alunos - potenciais empreendedores de escolas da rede pública e privada.

Em 2016, o Programa de Educação Empreendedora atendeu 16.089 (alunos), totalizando 186,5% da meta prevista. A variação acima da previsão deve-se ao fato de erro na estimativa da contagem do número de alunos/turmas por escola durante o planejamento por ocasião do repasse dos conteúdos dos professores para os alunos.

As ações foram direcionadas para os níveis fundamental e médio em 26 municípios do interior do Estado do Piauí, atingindo 49 escolas atendidas (39 de ensino fundamental e 10 de ensino médio) em 14 (quatorze) municípios do estado com a capacitação de 258 professores.

Como aspectos decorrentes da ação do programa nas escolas destacam-se: a educação empreendedora como fator de estímulo a autonomia do aluno perante o conhecimento; o papel assumido pelos professores como facilitador deste processo; a criação de espaços de aprendizagem nas escolas que favorecem o protagonismo infantil e o incentivo aos comportamentos empreendedores dos alunos.

c) Programa Negócio a Negócio

Em 2016 foram atendidas 9.169 empresas *in loco* com perfil de microempreendedor individual e microempresas. A meta do programa de atender a 7.660 empresas foi superada, chegando-se a 119,7% de execução. Vale destacar que a demanda adicional gerada pelo público-

alvo, foi atendida através do aporte de CSO pelo SEBRAE/PI, tendo em vista suprir as necessidades das empresas de orientação e consultoria num ano de dificuldades para superar a crise.

Vale ressaltar que em 2016, o Piauí novamente foi destaque entre os SEBRAE/UF pela forma de condução do programa, bem como pela amplitude do atendimento realizado. Nesse aspecto, o programa se constituiu num instrumento bastante efetivo de atendimento, principalmente aos microempreendedores individuais.

d) SEBRAETec

No ano de 2016, o programa alcançou 20,30% de realização de atendimento às empresas previstas. A baixa execução das ações de consultorias previstas relacionadas ao Programa ocorreu devido principalmente aos seguintes fatos:

- a) A demora na definição e repasse dos recursos (maio/2016) por parte do Nacional reduziu o tempo de execução, ocasionando desmotivação e desistência por parte de algumas empresas;
- b) O aumento do percentual de participação das empresas no custo total da consultoria acarretou adiamento ou desistência das empresas em relação a contratação dos serviços;
- c) O novo sistema operacional do SEBRAETec exigiu tempo para implantação, ajustes e adaptação operacional;

A nova modalidade do Edital de âmbito Nacional, com recrutamento e operacionalização em sistema nacional, embora tenha ampliado e diversificado o quadro de empresas habitadas, onerou mais o serviço e a relação distância consultor/empresário, uma vez que o rodízio de prestadores de serviços passou a ser nacional, sendo muitas vezes fatores limitantes para concretização do contrato, em muitos casos ocasionando contestação do contratante.

Dentre os serviços demandados 90% se enquadraram na modalidade adequação e 10% na modalidade orientação. Dentro dessa modalidade os serviços mais demandados foram de clínicas tecnológicas e cursos tecnológicos, cujo objetivo é proporcionar às empresas respostas rápidas para problemas pontuais, de forma coletiva.

As áreas mais demandadas na modalidade adequação foram: produtividade - com maior destaque para consultorias em métodos e técnicas de produção; Qualidade – ênfase na normalização/regulamentação técnica e Design - com foco em ambientes (arranjo de espaços físicos, fachada, planejamento de espaços).

e) SEBRAE Mais

O Programa implementou em 2016 as soluções Estratégias Empresariais, Gestão da Qualidade, Ferramenta de Gestão Avançada – FGA e Líder Coach.

A aplicação das soluções oportunizou demandas espontâneas para outras ações da programação do SEBRAE/PI e outros produtos do banco de soluções da instituição, principalmente consultorias gerenciais, reforçando assim a geração de receitas com empresas beneficiadas. A partir das ações do Programa foram atendidas 262 empresas de pequeno porte.

Ações desenvolvidas em 2016:

- Realização das soluções Estratégias Empresariais (1), Gestão da Qualidade (1), Ferramentas de Gestão Avançada (1), Líder Coach (3);

- Realização de consultorias e orientação personalizada para as empresas participantes das soluções Estratégias Empresariais, Gestão da Qualidade e sessões de coaching;
- Realização de 03 palestras de divulgação das soluções SEBRAE Mais.

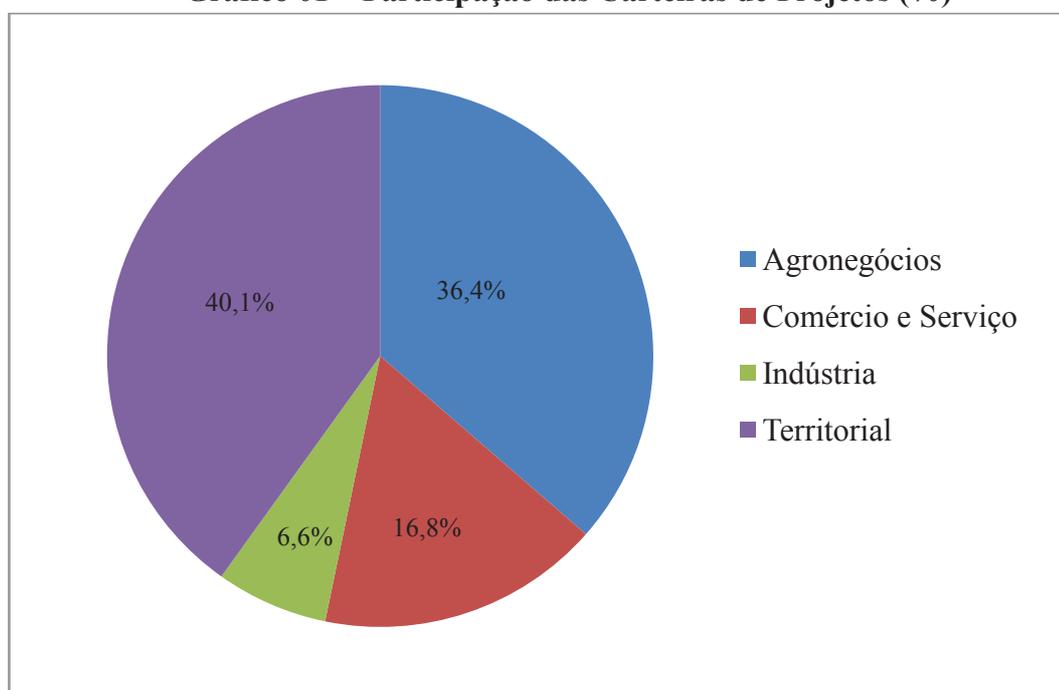
3.1.1.5. Carteiras de Projetos

3.1.1.5.1. Projetos de Atendimento

Os investimentos planejados para as carteiras de projetos de atendimento foram da ordem de R\$ 30,6 milhões, com realização de R\$ 21,3 milhões (77,5% do SEBRAE/PI e 40,9% de parceiros). A Carteira de Atendimento Territorial é a que responde pela maior fatia dos recursos previstos (R\$ 12,3 milhões).

A execução final das carteiras (SEBRAE/PI e parceiros) foi de 69,8%, decorrente principalmente da baixa execução dos recursos de parceiros, em sua totalidade contrapartida econômica, que não foi efetivada, como também pela baixa execução do SEBRAETec no âmbito projetos.

Gráfico 01 – Participação das Carteiras de Projetos (%)



Fonte: SME

Tabela 7 – Aplicações de Recursos por Carteiras de Projetos em R\$ Mil

SETOR	Previsto Ajustado			Execução			
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total	% Execução
Agronegócios	7.459	2.889	10.348	5.777	1.998	7.776	75,1%
Comércio e Serviço	3.979	701	4.679	3.268	322	3.590	76,7%
Indústria	1.963	1.329	3.292	1.418	0	1.418	43,1%
Territorial	10.769	1.493	12.262	8.265	302	8.567	69,9%
TOTAL	24.170	6.412	30.582	18.728	2.622	21.351	69,8%

Fonte: SME

a) Agronegócio

A atuação do SEBRAE/PI no agronegócio se deu através de 10 projetos, atingindo 3.244 produtores rurais e 70 empresas (em sua maioria empreendedor individual). O montante de recursos previstos para serem aplicados por parceiros e pelo SEBRAE/PI foi da ordem de R\$ 10,3 milhões.

O foco principal da ação foi a promoção do agronegócio no Estado do Piauí, considerando a necessidade de implementação de ações que gerassem melhorias nos processos de produção e gestão dos negócios locais, permitindo a inserção dos produtores no mercado.

A carteira atendeu aos segmentos apicultura, piscicultura, ovinocaprinocultura, suinocultura e fruticultura nas regiões de Picos/Araripe, São Raimundo Nonato, Litoral Piauiense, Floriano, Piripiri e Teresina. Neste sentido, o SEBRAE/PI deu continuidade ao trabalho conjunto com as instituições parceiras como a Associação Piauiense de Piscicultores, ADAPI, Associação Piauiense de Suinocultura, SENAR, CODEVASF, FIEPI, DNOCS, EMBRAPA, Fundação Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Governo do Estado, MAPA/SFA-PI, SESCOOP/PI e outras a fim de cumprir com as demandas geradas em vários municípios do estado.

Tabela 8 – Previsão e Execução dos Recursos da Carteira do Agronegócio em R\$ Mil

Projeto	Previsto Ajustado Anual			Executado			Execução %
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total	
APIS do Norte do Piauí	415	1.100	1.515	317	1.100	1.417	93,5%
APIS Semiárido Empreendedor	800	173	973	625	66	691	71,0%
AQUINordeste - Estado Piauí	276	0	276	111	0	111	40,3%
Desenvolvimento da Piscicultura no Território de Teresina	280	60	340	279	60	339	99,7%
Setorial Agronegócios da Região de Picos	330	300	630	286	300	586	93,0%
Setorial Agronegócios de S. Raimundo Nonato	508	300	808	400	267	667	82,5%
Setorial Agronegócios de Teresina	629	60	689	575	60	635	92,2%
Desenvolvimento Setorial Agronegócios de Floriano	290	150	440	198	145	343	78,0%
PNSC - Negócio Certo Rural - NCR-Piauí	1.681	360	2.041	1.020	0	1.020	50,0%
PI - Sertão Empreendedor	2.250	386	2.636	1.966	0	1.967	74,6%
TOTAL	7.459	2.889	10.348	5.777	1.998	7.776	75,1%

Fonte: SME

A execução orçamentária da Carteira do Agronegócio de 75,1% conforme Tabela 8, deve-se principalmente ao fato de estar sendo considerada a parcela referente aos recursos de parceiros, em sua totalidade contrapartida econômica, que não foi efetivada (Projeto Negócio Certo Rural e PI-Sertão Empreendedor conforme pactuada nos Acordos de Resultados dos projetos, influenciando assim no índice de execução verificado, bem como pela baixa execução das ações relativas ao SEBRAETec, principalmente nos projetos Setorial Agronegócios de S. Raimundo Nonato e APIS do Norte do Piauí.

Tabela 9 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira do Agronegócio

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Previsto ajustado para 2016	Execução 2016	% Realizado 2016
Consultoria	Nº de horas	35.858	28.890	81%
Curso	Nº de cursos	405	371	92%
Feira	Nº de feiras do SEBRAE	4	0	0%
Missão/caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos do SEBRAE	6	6	100%
	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	14	21	150%
Oficina	Nº de oficinas	221	226	102%
Orientação	Nº de orientações	5202	5292	102%
Palestra	Nº de palestras	171	170	99%
Seminário	Nº de seminários	68	66	97%

Fonte: SME

A variação relativas relacionada ao “Nº de horas” em consultoria decorre da baixa realização das consultorias relativas ao SEBRAETec, face aos fatores mencionados na letra “d” do item 3.1.1.4.

Os principais destaques dos projetos da carteira em 2016 foram:

Apis do Norte do Piauí

As principais ações implementadas foram:

- Capacitações (cursos, palestras e oficinas) e consultorias sobre gestão do agronegócio, mercado, cooperativismo / associativismo, técnicas de produção, técnicas de extração e beneficiamento de produtos apícolas (mel, pólen, própolis, cera e apitoxina) e sobre os eventos realizados pelo SEBRAE;
- Formalização da Associação dos Apicultores dos Municípios de Porto e Campo Largo;
- Realização de 09 (nove) oficinas sobre preparo e utilização de alimentação natural com plantas nativas da região, nas cidades atendidas;
- Realização de 19 palestras sobre inovação, motivação e empreendedorismo;
- Realização de 1.032 horas de consultorias SEBRAETEC, com 952 horas para implantação do programa MAIS MEL, com visitas aos produtores individualmente e reuniões coletivas mensais, nos Municípios de Piripiri, Domingos Mourão, Brasileira, Piracuruca, Batalha e Esperantina;
- Realização de 80 horas de consultorias para certificação OCS de produtores orgânicos de mel, nos Municípios de Piripiri, Domingos Mourão, São João da Fronteira e Pedro II.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Maior percentual de enxames mantidos no período de estiagem;
- Aumento do número de apicultores com produção e outros produtos da colméia como pólen, própolis e apitoxina;

- Melhoria da governança e da integração dos apicultores atendidos no território dos cocais, com a criação e funcionamento como fórum permanente da Câmara Setorial Territorial da Apicultura;
- Aumento das migrações dentro do território e entre territórios próximos (carnaubais e planície litorânea), especialmente para áreas com plantio de eucalipto, no período seco (julho a dezembro);
- Melhoria das estruturas de extração de mel, com adequação conforme exigências do MAPA, nos Municípios de Batalha (01) e Piracuruca (02), com investimento dos parceiros;
- Através da Parceria com Cooperativa de Desenvolvimento Rural do Vale do Rio Piracuruca, foram implementadas ferramentas de gestão para permitir a melhoria automação e da transparência da gestão da cooperativa, com uso de planilhas integradas, criação de site próprio, página em mídia social (facebook) e melhoria dos canais de comunicação grupais (WhatsApp), considerando que mesmo na zona rural vários apicultores estão utilizando redes sociais para comunicação, mesmo em locais sem energia convencional;
- Implementação da apicultura como atividade laboral para auxiliar no tratamento de dependentes químicos pela Fundação Terapêutica Monte Tabor, no Município de Piripiri - parceria SEBRAE, CODEVASF e a Associação dos Apicultores de Piripiri.

Apis Semiárido Empreendedor

As principais ações implementadas foram:

- Capacitação em cooperação e liderança, visando melhoria no perfil das lideranças e fortalecimento da governança do segmento apícola;
- Disseminação do Conhecimento através de visitas técnicas para *Benchmarking* Apícola, com vistas à profissionalização da atividade;
- Melhoria na Gestão, visando maior eficiência na gestão dos empreendimentos e conseqüente melhoria dos ganhos;
- Transferência de tecnologias de manutenção dos enxames na estiagem, em parceria com a EMBRAPA, voltadas para a melhoria de produtividade e viabilidade econômica dos empreendimentos;
- Manutenção das certificações Orgânica e *Fair Trade*, inclusive, assegurando regularidade na oferta de mel orgânico, no período de estiagem no Piauí com a produção na migração coletiva dos enxames;
- Capacitação de 200 jovens de Bela Vista do Piauí, filhos de apicultores, capacitados em Manejo Tecnológico da Apicultura - Associativismo, Gestão e Boas Práticas na Colheita do mel;
- Acesso a Mercado através da realização e participação em eventos com foco no aumento das exportações e ampliação do mercado interno.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Aplicação de recursos pelos apicultores no valor de R\$ 34.809,00, na implementação do Manejo Apícola de convivência com a estiagem em apiários de 180 produtores rurais da região de Simplício Mendes, reduzindo em 70%, as perdas dos enxames;
- Perenização da produção de mel no período da estiagem no Piauí, com a produção de 100 ton. de mel através da apicultura migratória coletiva da CASA APIS;
- Aumento de 13 para 20 no número de casas de mel com habilitação para comercializar com o mercado europeu;
- Aumento de 64,95% no volume de exportação de mel da CASA APIS e COMAPI (1.605 toneladas de mel contra 973 toneladas em 2015);

- Incremento de 31 % no volume das vendas para o mercado interno, para grandes, médias e pequenas redes do varejo (109 toneladas num total de R\$ 1.476.831,00).

AQUINordeste - Estado Piauí

- Implantação e Acompanhamento de Unidade de Avaliação de Desempenho de Distintas Raças e Alevinos - Município de Amarante/PI
- Realização de Capacitação para Consultores e Gestores
- Realização de Capacitação para Consultores e Gestores
- Missão Técnica a Palmas/TO
- Desenvolvimento de material técnico – peixes redondos

Desenvolvimento da Piscicultura na Região de Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Desenvolvimento de um software gerencial, voltado para controle de custos, tempo de produção e utilização dos insumos;
- Atualização e produção de um Manual de Criação de Peixe em Viveiros Escavados, abordando: tipos de piscicultura, espécies cultivadas, escolha do local para implantação de projetos, construção de viveiros, qualidade de água, manejo alimentar, despesca e comercialização.
- Realização de 24 palestras abordando temas como: nutrição e saúde da tilápia, patologias e sanidade, biosegurança na piscicultura, software de gestão na piscicultura, linhas de crédito para piscicultura, licenciamento ambiental, comercialização, serviços de inspeção na piscicultura, boas práticas de produção de alimentos, nutrição e alimentação de peixes, manejo de peixes redondos, como implantar uma unidade de produção de peixes em viveiros escavados, planejamento da produção, beneficiamento, atendimento qualificado ao cliente, beneficiando aproximadamente 600 produtores, empreendedores, técnicos, pesquisadores, e encarregados de fazendas;
- Ampliação das ações relativas integração da piscicultura no município de José de Freitas, tendo como foco a reutilização da água e proporcionando o cultivo de 2 hectares de milho, feijão e melancia consorciado com a piscicultura;
- Realização do dia de campo no Município de José de Freitas, tendo como objetivo disseminar a tecnologia integração da piscicultura e Agricultura com a participação de 350 piscicultores/produtores do Território Entre Rios;
- Realização de 13 cursos de gerenciamento da propriedade rural, técnicas avançadas de piscicultura, processamento do pescado, culinária do peixe, construção de viveiros escavados, cultivo de peixes em tanques rede, associativismo, capacitando 200 produtores, empreendedores, encarregados de fazendas e técnicos através de modernas técnicas de produção e gerenciamento;
- Realização de 1.934 horas consultorias tecnológica, ambiental e gerencial, *in-loco*, através de técnicos especialistas, voltadas para a seleção de locais visando à implantação de projetos de cultivo de peixes em viveiros escavados, produção intensiva de peixes, orientações sobre qualidade de água, cálculo de ração, densidade adequada, planejamento da produção, georeferenciamento de propriedades para licenciamento ambiental, implantação de controles administrativos e financeiros nas pequenas propriedades rurais beneficiando diretamente 90 produtores e empreendedores, além da implantação de boas práticas de manipulação de alimentos e introdução de pratos a base de peixes, beneficiando 10 restaurantes;
- Realização de Mostra Gastronômica a base de peixe, nos municípios de Beneditinos, Lagoa Alegre e Nazária. As mostras gastronômicas contaram com a participação de aproximadamente

300 pessoas, dentre donos de bares, restaurantes, frigoríficos, merendeiras escolar, técnicos de instituições parceiras e convidados;

- Realização do I Seminário Piauiense de Tilapicultura, II Simpósio de Piscicultura de Nazária, Feiras de Produtores de José de Freitas, Beneditinos, Miguel Alves e Lagoa Alegre, beneficiando aproximadamente 670 produtores/empreendedores.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- 50 piscicultores integrados no processo de compras governamentais e institucionais;
- 80 piscicultores dos beneficiários do projeto, utilizando planilhas de gestão da produção, na compra e controle de ração, densidade de estocagem e prática de biometria mensal, resultando no aumento de produtividade da ordem de 20%;
- 20 afiliados da Associação dos Aquicultores de Nazária realizando compras em conjunto de ração, alevinos e outros insumos, resultando na redução dos custos de produção em 10%.

Desenvolvimento Setorial Agronegócios de Picos

As ações realizadas beneficiaram 642 produtores dos segmentos da ovinocaprinocultura, fruticultura e piscicultura.

As principais ações implementadas foram:

- Realização de 15 cursos abordando os temas: empreendedorismo; redes associativas; manejos de caprinos e ovinos: sanitário, alimentar, reprodutivo e de crias; consultorias de gestão e tecnológica; tecnologias de convivências no semiárido;
- Realização de 1.042 horas de consultoria;
- Realização de 05 palestras e 16 oficinas;
- Realização de 06 missões para participação em eventos de mercado.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

No âmbito da ovinocaprinocultura:

- Implantação de cinco (3) Unidades Produtivas experimentais – Betânia, Queimada Nova e Paulistana;
- Implantação de uma (1) Unidade de terminação – Betânia do Piauí.
- Aumento da renda dos produtores atendidos com a ampliação dos canais de comercialização onde podemos destacar: venda direta para CONAB – ovinocaprinocultura; Elaboração de Projeto PAA (CONAB) para os municípios de Betânia – Comunidade Emparedada - Projeto PAA (CONAB) em análise R\$ 150.000,00; Paulistana – Associação de Caprinos e ovinos – Projeto PAA (CONAB) – Recurso Liberado e em fase de abate e entrega dos animais as famílias cadastradas R\$ 130.000,00; Queimada Nova – Associação de Caprinos e ovinos – Projeto PAA (CONAB) – Recurso liberado e em fase de abate e entrega dos animais as famílias cadastradas R\$ 139.000,00.
- Aumento do número de animais comercializados para o frigorífico Piauí com fornecimento semanal de 120 animais: em 2016, 145 produtores atendidos pelo projeto comercializaram R\$ 1.163.000,00 (um milhão cento e sessenta e três mil reais), equivalente a 78 toneladas de carne;
- Todas as associações com seus associados com registro DAP - Declaração de Aptidão do PRONAF que é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar

políticas públicas, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar – PRONAF;

- Melhoramento genético com padronização de carcaça de caprinos e ovinos que favoreceu o fornecimento sistemático e contínuo de caprinos e ovinos para o Frigorífico Piauí.

No âmbito da piscicultura:

- Aumento no volume de produção e comercialização dos grupos de piscicultores dos municípios de Wall Ferraz, Itainópolis, Patos, Francisco Macedo e Conceição do Canindé, atingindo os seguintes números:
 - Patos do Piauí – produção 80 toneladas – Valor R\$ 740.000,00;
 - Francisco Macêdo – Produção 37,3 Toneladas - Valor R\$ 321.955,00;
 - Wall Ferraz – Total da Produção 15 Toneladas – Valor R\$ 150.000,00;
 - Elaboração de Projeto PAA (CONAB) no valor de R\$ 69.700,00;
 - Vendas para terceiros – 8 Toneladas R\$ 80.300,00;
 - Itainópolis – Produção 24,5 Toneladas – R\$ 245.500,00

No âmbito da fruticultura:

- Exportação de amêndoa de Castanha de Caju da COCAJUPI para Cooperativa Chico Mendes, com destino a Modena na Itália, através do Comercio Justo, com a comercialização de 20 toneladas de castanha totalizando R\$ 910.000,00;
- 02 toneladas de castanha vendidas para o mercado interno, totalizando R\$ 170.000,00.

Desenvolvimento Setorial Agronegócios de São Raimundo Nonato

As principais ações implementadas foram:

- Realização de capacitações tecnológicas, abordando aspectos como: apicultura básica, manejo de colméias e alimentação de abelhas, além de oficinas de produção de própolis, produção de cera e alimentação de abelhas;
- Realização de capacitações em associativismo, através do curso juntos somos fortes - agronegócios, para os grupos de produtores/apicultores do município de Campo Alegre do Fidalgo/PI;
- Realização de palestras e clínicas tecnológicas que resultaram na inspeção de animais e emissão de atestados sanitários em feiras nos municípios de Dom Inocêncio e São Raimundo Nonato/PI;
- Participação na V Feira de Ovinos e Caprinos de São Raimundo Nonato/PI, realizada pela ASCCO/Associação Sanraimundense dos Criadores de Caprinos e Ovinos;
- Participação na IV Expofeira de Ovinos e Caprinos de Dom Inocêncio/PI, realizada pela Prefeitura Municipal;
- Participação no Festival da Uva de São João do Piauí/PI, realizado pelo Governo do Estado do Piauí;
- Realização de Palestras, abordando temas como: Manejo de Colméias, Produção de Própolis e Alimentação de Abelhas;
- Realização do Seminário Como Reduzir Custos na Empresa através da Energia Solar em São Raimundo Nonato/PI, em parceria com o Banco do Nordeste;
- Realização de consultorias tecnológicas através do SEBRAETec no segmento de ovinocaprinocultura no município de Dom Inocêncio/PI, abordando a melhoria da produção e a produtividade;

- Realização de consultorias tecnológicas através do SEBRAETec no segmento de apicultura para aproximadamente 70 apicultores do Território Serra da Capivara, utilizando a metodologia do Programa MAIS MEL, com ênfase na abordagem da melhoria da produção e a produtividade;
- Realização de missões e caravanas de produtores, através de participação no V Feira de Ovinos e Caprinos de São Raimundo Nonato/PI e missão técnica para participação de produtores no I Seminário de Mandioca.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

No âmbito da apicultura:

- Comercialização de 500 toneladas de Mel através da COOPARN, movimentando aproximadamente R\$ 4 Milhões;
- Diminuição da perda dos enxames dos apicultores atendidos pelo MAIS MEL (observando-se que os participantes permanecem no mínimo com a quantidade de enxames do início da entressafra, enquanto que outros apicultores da região têm perda média de mais de 50 % de enxames);
- Maior povoação dos enxames, com o fortalecimento dos mesmos durante o período de seca;
- Melhoria da representatividade dos produtores através da organização/comercialização pelas cooperativas, observando um aumento na quantidade de filiação as entidades;
- Estruturação de Casa de Mel em parceria com a CODEVASF e Aquisição de colméias apropriadas por 20 Apicultores de Campo Alegre do Fidalgo, com uma marcenaria para produção própria das colméias.

No âmbito da ovinocaprinocultura:

- Diminuição da taxa de mortalidade em mais de 40% nas comunidades atendidas pelo projeto no município de Dom Inocêncio/PI;
- Introdução de reprodutores/seleção de matrizes, proporcionando melhoramento genético dos rebanhos, beneficiando os produtores do projeto, em parceria com a Prefeitura de Dom Inocêncio/PI;
- Distribuição de kits de irrigação para produtores atendidos pelo projeto, em parceria com a CODEVASF e Prefeitura de Dom Inocêncio/PI;
- Distribuição de raquetes de palma forrageira para produtores atendidos pelo projeto, em parceria com a CODEVASF e Prefeitura de Dom Inocêncio/PI;
- Comercialização de animais durante as Feiras de Ovinos e Caprinos realizadas na região de São Raimundo Nonato – 500 animais e de Dom Inocêncio – 700 animais.

No âmbito da fruticultura:

- Aperfeiçoamento/adequação das embalagens dos Produtos da APFRUTAS (geléias e doces) e comercialização dos mesmos durante Festival da Uva 2016.

Desenvolvimento Setorial Agronegócios de Teresina

Durante todo o ano foram intensificadas ações de capacitações, consultorias e apoio a comercialização, com foco na melhoria do plantel de animais, estratégias para convivência com estiagem prolongada e melhoria dos sistemas de comercialização dos produtores.

As principais ações implementadas foram:

- Orientação e consultoria voltadas para a solução do problema dos abates não inspecionados;
- Participação nas Feiras CACHAÇA FEST de Castelo do Piauí e IV Festival da Cajuína do Piauí, com Caravanas de criadores, Palestras, Orientações Tecnológicas e Encontro de Negócios;
- Participação na Exposição Feira Agropecuária de Teresina – EXPOAPI 2016, evento multi-atividades de capacitação e de apoio a comercialização dos produtores, alcançando grande repercussão junto aos produtores. Mais de 350 produtores e empreendedores participaram das ações;
- Palestras para os permissionários de venda de carne dos mercados públicos;
- Campanha de estímulo ao consumo de carnes inspecionadas;
- Seminário “CAMINHOS DA OVINOCAPRINOCULTURA NO PIAUÍ”, Evento que teve a coordenação do SEBRAE/PI e da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos do Piauí. O Evento foi realizado no âmbito da EXPOAPI 2016 e teve mais de 350 participantes com uma programação que contemplou os diversos elos da cadeia produtiva;
- Constituição da Cooperativa Piauiense dos Suinocultores - COOPSUI, que congrega 21 produtores com propostas iniciais de incrementar cortes padronizados no mercado da carne suína, bem como implantar uma unidade de produção de ração.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Após orientações, capacitações e consultorias a Empresa J FREIRE - ME (Cortes OVINOS), comercializou cerca de 1.200 carcaças em 2016, totalizando 15.000 kgs. de carne ovina para restaurantes, churrascarias e pequenas lojas e mercadinhos;
- Piauí Frigorífico adquiriu a certificação de Inspeção Estadual pela Agencia de Desenvolvimento Agropecuário/ADAPI. Com o registro no Serviço de Inspeção Estadual/SIE, proporcionando a comercialização dos produtos para os demais municípios do Estado, através de uma grande rede de supermercados do local;
- A partir da intervenção do projeto, o FRIGOREIS, abatedouro que possui registro no Serviço de Inspeção Municipal/SIM, passou a abater caprinos e ovinos. O estabelecimento possui uma rede de fornecimento para permissionários de açougues públicos e lojas de carne;
- Reativação das Câmaras Setoriais de Caprinos e Ovinos, Suínos e Cajucultura, medida governamental com o forte apoio do SEBRAE/PI e demais entidades privadas e públicas;
- Empresários que possuíam abatedouros não inspecionados estão abatendo em frigorífico com inspeção.

Desenvolvimento Setorial Agronegócios de Floriano

As principais ações implementadas foram:

- Realização de 10 cursos, capacitando 123 produtores, abordando os temas: Aprimoramento da Gestão/Produção/Organização; Redes Associativas Na Medida - Módulo IV - Legalizando o Empreendimento Coletivo; Produção e Beneficiamento de Cera de Abelha; Produção e Introdução de Rainhas; Técnicas de Produção – Apicultura; Gastronomia Básica; Técnicas Avançadas de Cultivo de Peixes em Viveiros Escavados;
- Realização de 15 palestras com a participação de 406 produtores, abordando os temas: Empreendedorismo e Inovação; Manejo de Entressafrá; Nutrição de Peixe; Manejo e Qualidade da Água; Aproveitamento Integral do Peixe; A Importância da Biometria e da Repicagem; Mude Você, Mude o Mundo; Lei Geral e o Micro Empreendedor Individual; Controle dos Parâmetros de Qualidade de Água em Viveiros Escavados;
- Realização de 01 seminário com a participação de 31 produtores;

- Realização de 764 horas de consultoria gerencial;
- Realização de 06 missões técnicas.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Criação de 3 (três) Associações;
- Aquisição de equipamentos para beneficiamento de mel junto a CODEVASF para três associações de Apicultores dos municípios de Pavussú, São José do Peixe e São Miguel do Fidalgo;
- Aproximação dos produtores de mel com a casa APIS e COMAPI;
- Aumento da produção/productividade do mel, através de consultorias tecnológicas tais como: captura de enxames nidificados, colheita do mel, alimentação artificial de abelhas, sombreamento, multiplicação de enxames povoados, substituição de rainhas, manejo de entressafra, fornecimento de água e redução de alvado;
- Aumento do peso médio do peixe, através de técnicas desenvolvidas junto aos produtores tais como: aquisição de alevinos de qualidade; aplicação da biometria, diminuição de peixes nos tanques e repicagem.

PNSC - Negócio Certo Rural - NCR-Piauí

O SENAR/AR/PI e o SEBRAE/PI trabalham em conjunto, a gestão da propriedade rural por meio desta ferramenta – NCR, que facilita a aquisição de competências e de conteúdos técnicos e humanos por todos os membros da família para que as mesmas consigam adquirir maiores rendas e melhor qualidade de vida.

As principais ações implementadas foram:

- Realização de 132 com a participação de 2.887 produtores rurais.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Produtores rurais com maior competência na produção animal e vegetal, otimizada por meio da administração do tempo;
- Melhoria na eficiência da gestão da propriedade rural por meio da utilização da ferramenta apresentada e distribuída pelo Programa – Caderno de Campo;
- Diagnóstico da propriedade rural levantado com sua infraestrutura existente e as ações cotidianas;
- Produtor com capacidade de planejar a melhoria das atividades atuais ou de sua nova idéia de negócio através da construção do Plano de Negócio da atividade escolhida;
- Adoção do hábito do apontamento de todas as atividades realizadas na propriedade, com as receitas e as despesas realizadas mensalmente;
- Produtores conscientes e aptos à definição de metas a serem atingidas de imediato e para prazos futuros da propriedade;
- Propriedade rural com a previsão dos resultados, permitindo-se mitigar eventos prejudiciais ao bom rendimento das atividades do campo;
- Produtor apto a verificar se a nova idéia de negócio ou a atividade principal da propriedade pode ser lucrativa e trazer melhoria da qualidade de vida para ele e para sua família.

PI - Sertão Empreendedor

As principais ações implementadas foram:

- Realização de 18.074 horas de consultoria *in loco* em 36 municípios, no total de 600 empreendimentos rurais;
- Realização de 134 capacitações em atendimento à promoção da competitividade e sustentabilidade dos empreendimentos rurais através do fomento à inovação, ao empreendedorismo e a difusão das tecnologias sociais, de produção, gestão e boas práticas de convivência com o semiárido;
- Realização de 61 oficinas do conjunto de soluções educacionais abordando a melhora na gestão das propriedades e temas com situações de ganho real na formação dos custos operacionais para facilitar a negociação de compra e venda de produtos com ganhos compartilhados;
- Realização de 76 palestras tratando da conscientização e da importância da responsabilidade sócio ambiental e da legalização ambiental dos empreendimentos rurais, de práticas de produção de reserva alimentar estratégica para o período de estiagem, relacionando manejo de engorda nas diferentes categorias animais para o aumento da eficiência da conversão alimentar, apresentando a importância da higiene e a legalidade no abate de animais, atendendo à legislação;
- Realização de 05 caravanas com beneficiários e técnicos do projeto para conhecimento de novas tecnologias de produção para inovação, gestão, práticas de convivência com o semiárido, novas modalidades de comercialização.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Ganhos Técnicos: evolução gradativa no melhoramento das técnicas de manejo alimentar, sanitário e reprodutivo, pela formação dos bancos de proteínas, formação de reserva estratégica de alimentos para a estiagem com a silagem e fenação, aquisição de sementes crioulas, melhoramento da qualidade dos alimentos – sem agroquímicos, periodicidade e calendário de vacinação e vermifugação, construção de bretes, apriscos e currais, cercas, preparação de piquetes, confecção de bebedouros e comedouros adequados, adoção de boas práticas para seleção de animais, controle de monta, castração e melhoramento genético dos rebanhos. Em resposta a essa mudança e profissionalização da postura dos produtores;
- Ganhos Econômicos: Incremento na receita média mensal dos produtores pela redução da sazonalidade de oferta de produtos, valorização do animal, tanto vivo quanto abatido e pela redução do tempo de abate, com as seguintes médias: horticultura (média de R\$ 1.300,00 por mês); ovinocaprinocultura (média de R\$ 1.500,00 por mês); apicultura (média de R\$ 500,00 por mês); bovinocultura (média de R\$ 1.500,00 por mês) e fruticultura (média de R\$ 600,00 por mês);
- Ganhos Sociais: melhoria da qualidade de vida do produtor rural pela elevação da auto-estima por reconhecimento do seu grande potencial, reforma de residências, aquisição de eletrodomésticos e eletrônicos, modernização na comunicação pela instalação de internet, aquisição de veículos (bicicletas, motos e carros).

b) Comércio e Serviços

A carteira do Comércio e Serviços implementou 7 projetos, atingindo 713 empresas (42,63% microempresas, 14,3% empresas de pequeno porte e 42,77% microempreendedor individual). O montante de recursos previstos (SEBRAE/PI e parceiros) foi da ordem de R\$ 4,7 milhões, com alavancagem de R\$ 0,7 milhões de parceiros. A execução orçamentária da carteira foi de 76,7%. Considerando somente recursos do SEBRAE/PI a execução atinge 82,1%.

A execução apresentada, conforme já mencionado anteriormente foi decorrente principalmente da baixa execução dos recursos de parceiros, em sua totalidade contrapartida econômica que não foi efetivada, como também pela baixa execução do SEBRAETec no âmbito dos projetos.

Tabela 10 - Previsão e Execução dos Recursos da Carteira Comércio e Serviços em R\$ mil

Projeto	Previsto Ajustado Anual			Executado			Execução %
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total	
Piauí - Brasil Original	1.297	0	1.297	921	0	921	71,0%
Serviço de Alimentação Fora do Lar no Território de Teresina	1.342	225	1.567	1.291	0	1.291	82,4%
PI - Cadeia de Valor da Rota das Emoções	410	0	410	378	0	378	92,2%
Revitalização de Espaços Comerciais – Floriano	150	150	300	84	96	180	60,0%
Fortalecimento do Pólo Empresarial de Saúde em Teresina	314	0	314	246	0	246	78,4%
Serviços de Educação em Teresina	178	100	278	162	0	162	58,3%
PI - Desenvolvimentos das Startups no Território de Teresina	287	226	513	186	226	412	80,4%
TOTAL	3.978	701	4.679	3.268	322	3.590	76,7%

Fonte: SME

Tabela 11 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira de Comércio e Serviços

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Previsto ajustado para 2016	Execução 2016	% Realizado 2016
Consultoria	Nº de horas	10.861	9.297	86%
Curso	Nº de cursos	78	85	109%
Feira	Nº de feiras do SEBRAE	10	11	110%
Missão/caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos do SEBRAE	7	6	86%
	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	25	27	108%
Oficina	Nº de oficinas	48	56	117%
Palestra	Nº de palestras	50	61	122%
Seminário	Nº de seminários	3	3	100%
Rodada	Nº de rodadas	5	6	120%

Fonte: SME

As ações dos projetos, dando continuidade ao foco estratégico dos projetos, foram voltados para o aumento da competitividade nas empresas atendidas, incorporando produtos e soluções de mercado, feiras e missões técnicas, inovação e tecnologia, capacitação empresarial e consultorias tecnológicas através do SEBRAETec.

As variações mais significativas na execução física dos instrumentos de atendimento são relativas aos indicadores “número de palestras, número de oficinas e número de rodadas” e foram decorrentes do número de ações ocorridas na programação da unidade quando da realização da ação “Festival Gastronômico Maria Isabel”.

Os principais destaques dos projetos integrantes da Carteira de Comércio e Serviços foram:

Piauí - Brasil Original

As principais ações implementadas foram:

- Realização de capacitações (curso, oficinas e palestras) com objetivo de ampliar produtos com alto valor agregado, com a criação de novas coleções artesanais que preservam a identidade cultural dos artesãos;
- Realização de consultorias ampliando a capacidade técnica e habilidade do fazer do artesão, imprimindo qualidade e beleza ao resultado dos produtos desenvolvidos, com diversidade natural e sintonizados com o mercado contemporâneo da moda, decoração, arquitetura, utilitário e lúdico. Ressalte-se a consultoria de designers de destaque nacional como Renato Imbroisi, Fabíola Bergamo, Ana Luiza Lo Pumo, Ana Kátia Ferreira, Virgínia Scotti, Áureo Tupinambá, Clarissa Borges e Irmãos Campana;
- Exposições internacionais do artesanato produzido pela Associação das Mulheres Artesãs de Várzea Queimada, de Jaicós/PI, com articulação do consultor Marcelo Rosembaum nos países da Europa;
- Participação em eventos nacionais com o apoio do SEBRAE/NA: no Rio de Janeiro por ocasião das olimpíadas, em lojas conceito âncora no CRAB – Centro SEBRAE de Referência do Artesanato Brasileiro e em quiosques de 03 (três) shoppings da cidade, visando atender grande parcela de empreendedores do segmento do artesanato, configurando-se como vetor da geração de renda e de inclusão social;
- Participação na Feira Brasil Original realizado em São Paulo, no Pavilhão do Anhembi;
- Participação na FENEART – Feira Nacional dos Negócios do Artesanato realizada em Recife/PE e na Feira Nacional de Artesanato, em Belo Horizonte/MG (Mãos de Minas).

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Abertura de novos mercados e ampliação dos canais de comercialização a partir dos eventos realizados, configurando-se como vetor da geração de renda e de inclusão social;
- Cinco unidades de produção foram premiadas com o Projeto TOP 100 - 4º Edição, um marco no reconhecimento do artesanato piauiense e uma oportunidade de visibilidade e geração de negócios.

Serviço de Alimentação Fora do Lar no Território de Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Realização de capacitações sendo 35 cursos e 21 palestras, abordando temas nas áreas de qualidade, técnicas de produção, atendimento ao cliente, estoque, gastronomia, garçom, relações interpessoais, marketing e gestão financeira;
- Realização de 2.107 horas de consultorias de gestão e 150 horas de consultoria SEBRAETec;
- Realização da segunda Edição do Festival Maria Isabel;
- Realização de 05 missões com destaque para a FISPAL em São Paulo e a dos chefs de cozinha para o Festival Gastronômico Maria Isabel;

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Empresários e colaboradores capacitados;

- 7.417 pratos comercializados durante os 03 dias nos restaurantes participantes do Festival Maria Isabel na Rua;
- Implantação do funcionário estoquistas nas empresas;
- Criação de Fichas técnicas dos pratos dos restaurantes;
- Implantação de Boas Práticas na Cozinha por todos os restaurantes participantes do projeto.

PI - Cadeia de Valor da Rota das Emoções

As principais ações implementadas foram:

- Consultorias para elaboração dos manuais BPF e POP, capacitação empresarial e consultorias tecnológicas com destaque para a metodologia de implantação do Selo de Qualidade em Serviços;
- Parceria com Programa Litoral Mais, através da qual foram realizados os cursos de Garçom Básico, Gerenciamento de Pequenos Negócios e Relações Interpessoais;
- Realização do curso de Gestão de Risco em Turismo de Aventura;
- Realização de 06 módulos dos cursos da Rede Associativas, capacitando 90 pessoas, resultando na criação da Associação Empresarial Barra Viva, do Instituto Macapá Meu Amor e na capacitação do grupo de Panificação da Praia da Pedra Sal;
- Realização do Art na Barra – Feira de Artesanato, Negócio e Turismo em Barra Grande;
- Rodadas de Negócios durante a Feira Art na Barra;
- Participação em eventos e Feira como ABAV 2016, DBTM 2016 e FIT - ARGENTINA;
- Visitas personalizadas as principais operadoras São Paulo;
- Realização do Festival do Caranguejo 2016 na cidade de Ilha Grande;
- Concurso Gastronômico do Festival do Caranguejo;

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Renovação do selo das empresas piauienses certificadas na metodologia Selo de Qualidade em Serviços;
- Geração de negócios entre as empresas âncoras e fornecedoras, através das rodadas de negócios;
- Melhoria da competitividade das empresas assistidas, com adoção de novos modelos de gestão, controle e qualidade;
- Melhoria e ampliação da governança, através da criação das Associações Empresariais, institutos e Conventions Bureau para representar e fortalecer a participação dos empresários da Rota das Emoções;
- Aumento da taxa de permanência do turista em Parnaíba de 01(um) para 03(três) dias e injeção de cerca de 37 milhões de reais/ano na economia da região coberta pela Rota.

Revitalização de Espaços Comerciais – Floriano

As principais ações implementadas foram:

- Aprimoramento da gestão, através de cursos tais como - Gestão do Visual de Lojas – Aumentando suas Vendas, - Atendimento ao Cliente, - Liderança Estratégica, - Gestão Estratégica de Vendas (Na Medida), - Como Conduzir Negociações Eficazes, - Gestão de Estoques (Na Medida), Gestão Financeira (Na Medida), Cultilíder – cultura da Liderança, Marketing (Na Medida), Relações Interpessoais. No total de 230 (duzentos e trinta) Participantes.
- Realização de 3 (três) palestras com 225 (duzentos e vinte e cinco) participantes;

- Realização de 670 (seiscentas e setenta) horas de consultorias de desenvolvimento empresarial e marketing estratégico;
- Realização de Campanha Promocional, com a intenção de atrair público, aumentar o fluxo de clientes no território e posicionar o espaço das lojas;
- Realização de missão empresarial para o município de Tauá – CE.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Melhoria do visual das lojas através da aplicação do Diagnóstico de Loja SEBRAE (DLS) e consultorias de visual e merchadising;
- Reposicionando da imagem da região na mente do público local e de todo o entorno, tornando-a mais próxima dos consumidores na hora de decidirem por suas opções de compras em Floriano;
- Desenvolvimento do **Portal Centro Amigo** - Guia Comercial Eletrônico, que tem por objetivo fomentar o centro comercial, melhorando a visibilidade dos pequenos negócios, com o objetivo de oferecer aos consumidores, facilidade e praticidade na hora de encontrar as empresas e prestadores de serviços da região;
- Posicionamento do Centro Amigo como um centro de compras organizado, atrativo e de referência no município. Participaram da campanha 24 (vinte e quatro) empresas atendidas pelo projeto.
- Melhorias na infraestrutura tais como: pavimentação das ruas da área (novo asfalto), reforma dos canteiros e do meio fio da praça, melhoria da acessibilidade e paisagismo.

Fortalecimento do Pólo Empresarial de Saúde em Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Realização dos Cursos “Faturamento e Glosas em Serviços de Saúde”, e “Gestão Estratégica de Vendas Na Medida”, “Como Conduzir Negociações Eficazes”, “CIPA”, “Faturamento Médico – Hospitalar”, “Primeiros Socorros” e “Liderança Estratégica” e as Palestras: “Gestão da Qualidade - A Importância da Certificação”, “A Importância da Saúde Ocupacional na Sua Empresa” e “Elevando o Desempenho da Equipe Ferramentas e Técnicas para Análise de Competências na Dinâmica do Trabalho”;
- Criação da Solução Educacional “Oficinas Gestão Financeira”, que visa, de forma específica, atender o segmento de clínicas, hospitais e laboratórios abrangendo os conteúdos. Módulo 1 - Processos Financeiros; Módulo 2 – Controles e Análise Financeira; Módulo 3 – Custos e Preço de Venda; Módulo 4 – Venda e Mercado;
- Missão Técnica de benchmarking para o Cluster de Saúde Medical Valley em Porto Alegre;
- Participação no V Congresso MEDLAB - Congresso Norte-Nordeste de Medicina Laboratorial - Atlantic City – Teresina / PI.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Premiações de 3 (três) empresas de Teresina com o Great Place to Work - GPTW - as Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil em 2015;
- Premiação de uma empresa como vencedora na etapa estadual do Prêmio MPE BRASIL;
- Maior integração das empresas atendidas e de suas equipes de colaboradores, fruto das ações intensificadas pelo Clube do RH;
- Criação da Câmara Setorial do Pólo de Saúde de Teresina.

Serviços de Educação em Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Realização de cursos, consultorias, palestras e oficinas nas áreas de Relações Interpessoais, Associativismo, Gestão Financeira, Jurídico, Gestão Escolar, Liderança e Motivação, Empreendedorismo, Marcas e Patentes e Tributação;
- Realização do I Seminário de Serviços Educacionais.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Implantação de práticas pedagógicas mais justas e eficazes pelas escolas;
- Reflexão dos gestores sobre o tema “Melhor escola, melhor sociedade”;
- Gestores e professores orientados no que se refere às formas corretas de planejar e administrar a estrutura escolar, quais suas atribuições e deveres, além de conhecer conceitos sobre Gestão Administrativa, Pedagógica, de Recursos Humanos;
- Fortalecimento da parceria com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Piauí (SINEPE/PI), voltada para o aprimoramento da gestão e fortalecimento do setor.

PI – Desenvolvimento de Startups no Território de Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Realização do evento Startup Day onde foram apresentados temas inovadores ao público, tais como: Market-Fit, Inbound Market, Inside Sales, Internacionalização de Startups, transferência de tecnologia, entre outros;
- Participação no evento Interaje #32 com a divulgação dos treinamentos do projeto Teresina Digital realizado pelo Interaje/Semest como oportunidade de capacitação técnica para as startups presentes;
- Mentoria para Startups - participação de 22 Startups na mentoria SEBRAE Like a Boss para validação do modelo de negócios;
- Consultoria de articulação e desenvolvimento do comitê gestor e consultoria para fortalecimento do ecossistema das startups;
- Missão técnica ao evento Campus Party e Tech Nordeste 2016;
- Consultoria SEBRAETec para criação de Desenvolvimento de Produto Mínimo Viável para sua startup - MVP e criação de site;

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- 20 Startups obtiveram mudança de estágio a partir da mentoria SEBRAE Like a Boss: 04 startups saíram do grau de CURIOSIDADE para o grau de IDEIAÇÃO; 08 startups saíram do grau de IDEIAÇÃO para o grau de OPERAÇÃO; 04 startups saíram do grau de OPERAÇÃO para o grau de TRAÇÃO; 04 startups conseguiram acesso ao programa de aceleração Inovativa;
- Elaboração da proposta para a criação coletiva do Pólo Empresarial de Startups que terá modelo semelhante ao CUBO e Google Campus;
- Novos profissionais e novas metodologias para o SEBRAE tais como: Growth Hacking, Inbound Marketing, Market-Fit, Vendas com Pitch, Customer Development, dentro outras que normalmente não estão no portfólio principal de soluções do SEBRAE;
- Intersetorialidade com os projetos implementados pelo SEBRAE/PI, gerando negócios junto a empresas do segmento de alimentação e hotelaria.

c) Indústria

A Carteira da Indústria abrigou 7 (sete) projetos, contemplando 402 empresas (55% microempresas, 27% empresas de pequeno porte e 18% micro empreendedor individual). O montante de recursos previstos (SEBRAE/PI e parceiros) foi da ordem de R\$ 3,2 milhões com alavancagem de R\$ 1,3 milhões de parceiros. A execução orçamentária da carteira foi de 43,1% conforme tabela a seguir. Por outro lado, analisando apenas a aplicação dos recursos provenientes do SEBRAE/PI, o índice de execução atinge 72,2%.

Tabela 12 – Previsão e Execução dos Recursos da Carteira da Indústria - em R\$ mil

Projeto	Previsto Ajustado Anual			Executado			Execução %
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total	
Cadeia Produtiva da Construção Civil no Território de Teresina	566	225	791	490	0	490	62,0%
Setorial Indústria no Território de Piripiri	302	400	702	220	0	220	31,3%
Indústria de Alimentos e Bebidas do Território de Teresina	252	150	402	141	0	141	35,2%
Indústria de Panificação no Território de Teresina	352	250	602	229	0	229	38,0%
Encadeamento Produtivo SEBRAE e Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina	89	0	89	85	0	85	95,5%
Design, Moda e Decoração no Território de Teresina	327	304	631	253	0	253	40,1%
Encadeamento Produtivo Votorantim Energia e SEBRAE-PI	75	0	75	0	0	0	0,0%
TOTAL	1.963	1.329	3.292	1.418	0	1.418	43,1%

Fonte: SME

A execução apresentada, decorreu principalmente pela não efetivação de nenhum recurso de parceiro e, também como as demais carteiras, pela baixa execução do SEBRAETec no âmbito dos projetos.

Tabela 13 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira da Indústria

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Previsto ajustado para 2016	Execução 2016	% Realizado 2016
Consultoria	Nº de horas	13.694	8.620	63%
Curso	Nº de cursos	50	48	96%
Feira	Nº de feiras do SEBRAE	1	1	100%
Missão/caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	13	7	54%
Oficina	Nº de oficinas	11	11	100%
Orientação	Nº de orientações	279	254	91%
Palestra	Nº de palestras	50	52	104%
Seminário	Nº de seminários	2	1	50%

Fonte: SME

As variações observadas nos indicadores de atendimento “número horas em consultoria (63%)” foi reflexo da baixa execução das ações do SEBRAETec, enquanto que o “número

missões/caravanas para eventos de terceiros (54%)” foi decorrente do cancelamento de eventos de parceiros para os quais estavam previstas a realização de caravanas.

Os principais destaques dos projetos integrantes da Carteira da Indústria foram:

Cadeia Produtiva da Construção Civil no Território de Teresina

Foram atendidos os segmentos de argamassas, construtoras, mármore e granito, premoldados e cerâmicas. As ações foram atreladas à gestão da qualidade; mapeamento, desenvolvimento e racionalização de processos; normatização/certificação e acesso a mercados.

As principais ações implementadas foram:

- Realização da palestra – Resíduos de corte de granito, segurança pessoal e eficiência ambiental em Marmorarias;
- Realização de cursos na área de Gestão de Processos para Marmorarias, Gestão da Qualidade: Auditorias internas, Técnicas em oratória, Gestão da Qualidade: Requisitos da ISO 9001, Gestão de Estoque na Medida e Gestão e Técnicas de Produção;
- Consultorias no âmbito das ações SEBRAETec, gestão, mapeamento e racionalização de processos; Sistema de Gestão da Qualidade em conforme com os requisitos da Norma NBR ISO 9001-2008, Consultoria Técnica em Eficiência Energética nas Indústrias de Cerâmicas, Consultoria em Criação e Design Gráfico para construtora, Consultoria em Redução de Desperdícios, Consultoria para identificação e proposição de ações de melhorias nas empresas e consultoria financeira;
- Participação em feiras, missões e eventos do setor: missão empresarial a Vitória Stone FAIR em Vitória; missão empresarial à Concrete Show em São Paulo – SP; missão empresarial 19ª EXPOANICER – Campinas – SP e Encontro de Negócios da Construção Civil – Teresina – PI.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Melhoria dos processos de produção e padronização da execução dos serviços;
- Certificação de 01 (uma) construtora no PBQP-h;
- Manutenção de certificação de 11 empresas no PBQP-h;
- Redução de retrabalhos e desperdícios na execução dos serviços;
- Melhor qualidade dos produtos comercializados pelas empresas;
- Melhoria na qualificação da mão de obra;
- Maior capacidade de atender requisitos legais e normativos, tais como: saúde e segurança dos empregados, destinação adequado dos resíduos, atendimento a normas NBR relacionadas à construção civil e outros;
- Desenvolvimento da cadeia de fornecedores;
- Maior controle tecnológico dos elementos estruturais das obras (concreto e peças concretadas);
- Ampliação do canal de divulgação e comercialização das empresas.

Setorial Indústria no Território de Piripiri

Os atendimentos foram feitos nas cidades de Piripiri, Pedro II, São João da Fronteira e Esperantina, beneficiando os segmentos de vestuário, jóias e panificação.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Foram realizados 22 cursos, entre eles: Técnicas de Produção, Supervisor de Produção, Gestão Financeira, Gestão de Pessoas, Marketing, apoio para a realização de cursos técnicos de ourives e lapidário para empreendedores de Pedro II;
- Palestras com destaque para os temas sobre vitrinismo, inovação, atendimento ao cliente, motivação; Palestra Inova Moda Inverno 2017- Ciclo 05 COLAPSOS – SEBRAE/NA e SENAI/CETIQT; Inova Moda Verão 2018 – Ciclo 06 CONTATOS - SEBRAE/NA e SENAI/CETIQT;
- Consultoria SEBRAETec em chão de fábrica, layout e vitrinismo, consultorias gerenciais em gestão e finanças;
- Participação no Festival de Inverno de Pedro II e Feira de Negócios de Bom Jesus;
- Participação na rodada de negócios, durante a Feira de Negócios de Bom Jesus.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Geração de negócios através da participação em eventos realizados pelo SEBRAE/PI;
- Melhoria da produção através das consultorias de Chão de Fábrica, modificações nos espaços de vendas com a implantação das consultorias;
- Melhorias nas empresas com a participação no Programa ALI.
- Parceria com SEBRAE/NA, SENAI e IFPI para a promoção de ações estratégicas dos segmentos do vestuário e jóias.

Indústria de Alimentos e Bebidas do Território de Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Realização de 3 (três) cursos;
- Realização de 984 horas de consultoria empresarial;
- Realização de 09 (nove) seminários e palestras;
- Realização 50 horas de consultoria SEBRAETec.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Implantação e/ou renovação das Boas Práticas de Fabricação (BPF) como uma solução orientadora para a prática que atenda não somente a legislação sanitária, mas que também intervém na cultura dos colaboradores ao manipular os alimentos, fortalecendo os princípios da segurança alimentar.

Indústria de Panificação de Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Realização de cursos que possibilitaram conhecimento e ferramentas de gestão aos empresários;
- Consultoria de implantação das BPFs, como uma solução orientadora para atender a legislação sanitária, como também intervir na cultura dos colaboradores ao manipular os alimentos;
- Consultorias para trabalhar a norma do Pão Francês que possibilitou as empresas fornecer pães com melhor qualidade seguindo as exigências da norma, como crocante a casca, cor, maciez do miolo, dentre outros;
- Missão técnica para eventos de máquinas e equipamentos, diretamente dos fornecedores, promovendo a realização de negócios e aproximação entre empresários e as novas tecnologias do setor;

- As palestras/oficinas que abrangeram uma diversidade de temas focados nas principais problemáticas do cotidiano do segmento, contribuindo com as mudanças de hábitos.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Implantação de comandas eletrônicas e de sistemas de informatização/fiscal, tornando o registro das informações transparente e legal;
- Reforma das padarias (ampliação da frente de loja com mais espaço de circulação, mobiliário novo, boa iluminação, boa apresentação do mix, adequação da estrutura às normas da vigilância sanitária, novos conceitos de cores e texturas na ambientação);
- Renovação do maquinário e acessórios, com aquisição de máquinas mais modernas, ou acessórios inovadores para exposição de produtos, ou simplesmente, reforma das máquinas e equipamentos;
- Modernização na gestão financeira através da utilização de aplicativos e softwares para controle das informações;
- Manutenção da implantação das BPFs das empresas;
- Fortalecimento da identidade CLUBE DO PÃO, que reúne todos os empresários mobilizados para ações de caráter coletivo e que tem suscitado uma reformulação sobre a representatividade do segmento.

Encadeamento Produtivo SEBRAE e Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Foram realizadas 06 palestras, relacionadas às temáticas de acesso às linhas de crédito e fontes de recursos financeiros, inovação, internet e suas possibilidades, além das palestras técnicas com as seguintes temáticas: produtos e aplicações na serralheria (Gerdau), utilização correta de máquina e ferramentas (Bosch e Makita);
- Realização de 05 (cinco) cursos: D'Olho na Qualidade Na Medida, Gestão da Produção, Transforme sua idéia em modelo de negócio para Começar Bem; Como conduzir negociações eficazes e oficina de formação de preço;
- Seminário Encontro de Negócios da Construção Civil – SEBRAE/PI, SINDICER e FIEPI;
- Consultorias gerenciais voltada para melhoria da qualidade de processos, produtos e serviços, eliminação de desperdícios e redução de custos e aumento produtividade e da lucratividade das empresas;
- Missão Empresarial à Gerdau Cearense – Fortaleza/CE.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Melhoria dos processos de produção e padronização da execução dos serviços;
- Redução de retrabalhos e desperdícios na execução dos serviços;
- Melhor qualidade dos produtos comercializados pelas empresas;
- Melhoria na qualificação da mão de obra;
- Geração de negócios, novas idéias;
- Organização dos controles financeiros, possibilitando o conhecimento das informações financeiras;
- Redução e reutilização dos resíduos;
- Economia de tempo;
- Clareza na comunicação com o mercado.

Design, Moda e Decoração no Território de Teresina

Foram atendidos os segmentos de vestuário, bolsas, calçados, acessórios e decoração. As ações foram focadas em design; modelagem; planejamento e controle da produção; gestão financeira e acesso a mercados.

As principais ações implementadas foram:

- Realização dos cursos Internet Na Medida, D' Olho na Qualidade, Gestão e Técnicas de Produção e Atendimento ao Cliente;
- Realização das consultorias com as temáticas: Gestão e Técnicas de Produção Avançadas; Gestão de Montagem e Distribuição da Planta; Gestão de Modelagem de Negócios Gerencial; Administrativa e Comercial; Melhoria e Suporte Gerencial para Organização Estratégica, Tática e Operacional do Negócio; Gestão em Visual Merchandising; Racionalização da Produção nas empresas e Design de Ambientes;
- Realização de palestras e oficinas: Palestra Fórum Inspirações 2016 - parceria SEBRAE/NA e ASSINTECAL; Palestra Conexão Inspiramais - Verão 2018 - parceria SEBRAE/NA e ASSINTECAL; Palestra Inova Moda Inverno 2017 – SEBRAE/NA e SENAI/CETIQT; Palestra Inova Moda Verão 2018 - SEBRAE/NA e SENAI/CETIQT; Oficina Inova Moda Laboratório de Criação; Oficina Inova Desenvolvimento do Produto; Oficina Inova Olhar da Forma e Oficina Inova Laboratório de Ficha Técnica;
- Missão Técnica para a FEBRATEX – Feira Brasileira para Indústria Têxtil.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Desenvolvimentos de ações criativas para o fortalecimento da competitividade;
- Aumento da produção e produtividade;
- Aumento das vendas;
- Aumento do faturamento;
- Diminuição de desperdícios;
- Melhoria da posição no mercado;
- Melhoria da qualidade do processo.

d) Atendimento Territorial

O Atendimento territorial representa o contato massivo com os pequenos negócios e empreendedores, consolida a perspectiva de atender o cliente de forma padronizada, customizada e inovadora, suprimindo as necessidades de conhecimento e de gestão de cada cliente no âmbito das peculiaridades geográficas, setoriais e de segmentação do porte e da maturidade empresarial de cada um.

Através da carteira de projetos de atendimento territorial foram atendidos 21.313 empresas (6.360 microempresas, 13.321 empreendedores individuais, 1.344 empresas de pequeno porte e 288 produtores rurais) e 33.404 pessoas físicas (17.956 potenciais empresários e 15.448 potenciais empreendedores).

Em 2016, foram 13 projetos com recursos previstos (SEBRAE e parceiros) totalizando R\$ 12,2 milhões e realização de 69,9%. Esses atendimentos foram realizados presencialmente, diretamente no local do empreendimento (Programa Negócio a Negócio, Agentes Locais de Inovação), pela Central de Relacionamento, em Feiras e Eventos, além do atendimento pelas

estratégias de premiação (Prêmio MPE Brasil) e do atendimento pelo Call Center, internet, Salas do Empreendedor e unidade móvel do SEBRAE Mais perto de Você. Atualmente, o SEBRAE/PI conta com 7 pontos de atendimentos próprios em Teresina, Parnaíba, Piripiri, Floriano, Picos e São Raimundo Nonato, Bom Jesus e outros através de parcerias com entidades de representação empresarial e prefeituras municipais (Salas do Empreendedor).

Considerando a aplicação apenas dos recursos provenientes do SEBRAE/PI, o índice de execução atinge 76,7% aplicados em projetos de atendimento individual a demandas espontâneas e nos Projetos Desenvolvimento Econômico Territorial - DET, discriminados na Tabela 14.

Tabela 14 – Previsão e Execução dos Recursos da Carteira de Atendimento Territorial Em R\$ mil

Projeto	Previsto Ajustado Anual			Executado			Execução %
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total	
Atendimento Educação Empreendedora - PI	400	0	400	249	0	249	62,3%
Atendimento Empresarial no Território dos Cerrados	583	100	683	512	0	512	74,9%
Desenvolvimento Empresarial da Região de Floriano	416	113	529	294	87	381	72,0%
Desenvolvimento Empresarial da Região de Picos	598	60	658	529	10	539	81,9%
Desenvolvimento Empresarial da Região de S. Rdo Nonato	262	100	362	226	100	326	90,1%
Desenvolvimento Empresarial da Região de Parnaíba	720	375	1.095	582	0	582	53,2%
Desenvolvimento da Cultura Empreendedora	1.419	0	1.419	824	0	824	58,1%
Desenvolvimento Empresarial da Região de Piripiri	429	376	805	342	105	447	55,6%
Desenvolvimento Empresarial em Teresina	3.753	369	4.122	2.879	0	2.879	69,8%
PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Vale dos Rios Piauí/Itaueiras/Canindé	650	0	650	505	0	505	77,7%
PI-Desenvolvimento Econômico Territorial - RUBR de Teresina	356	0	356	261	0	261	73,3%
PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Litoral Piauiense	612	0	612	536	0	536	87,7%
PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Cerrado Piauiense	571	0	571	526	0	526	92,0%
TOTAL	10.769	1.493	12.262	8.265	302	8.567	69,9%

Fonte: SME

Tabela 15 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira de Atendimento Territorial

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Previsto ajustado para 2016	Execução 2016	% Realizado 2016
Consultoria	Nº de horas	44.168	37.555	85%
Curso	Nº de cursos	798	923	116%
Feira	Nº de feiras do SEBRAE	7	9	129%
Missão/caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos do SEBRAE	2	2	100%
	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	5	3	60%
Oficina	Nº de oficinas	861	853	99%
Orientação	Nº de orientações	27.046	30.396	112%
Palestra	Nº de palestras	373	390	105%
Informação	Nº de informações	30.992	32.039	103%
Rodada	Nº de rodadas	5	4	80%
Seminário	Nº de seminários	11	11	100%

Fonte: SME

A variação relativa ao indicador “Nº de cursos (116%)” foi decorrente das demandas adicionais atendidas pelo projeto RUBR executado em Teresina, enquanto que o “Nº de feiras do SEBRAE (129%)” ocorreu pela realização de eventos de mercado (ocorridos além da previsão) realizados no âmbito dos projetos Brasil Original (1 evento) e Desenvolvimento Empresarial de Piripiri (1 evento - FERIA do Bode de Cocal de Telha).

Os principais destaques dos projetos integrantes da Carteira de Atendimento Territorial foram:

Atendimento Educação Empreendedora – PI

As principais ações implementadas foram:

- Mobilização e parcerias com as escolas – estaduais e municipais;
- Capacitação de professores na metodologia do Programa de Educação Empreendedora;
- Repasse da metodologia JEPP, Despertar e Pronatec Empreendedor para os alunos das escolas beneficiadas.

Dentre os principais resultados de 2016:

- 14 municípios com escolas capacitadas: Juazeiro, Oeiras, Lagoinha, Regeneração, Parnaíba, Morro do Chapéu, Joca Marques, Buriti dos Montes, São Miguel do Tapuio, Corrente, Ribeiro Gonçalves, Cocal de Telha, Altos e Teresina;
- 49 escolas capacitadas no estado: 39 aplicando a metodologia JEPP, 06 escolas com a metodologia Despertar e 04 escolas com o Pronatec Empreendedor;
- 258 professores capacitados;
- 16.089 alunos capacitados.

Atendimento Empresarial do Território do Cerrado

As ações do projeto abrangeram 25 municípios com o objetivo de fomentar o empreendedorismo, a inovação e a sustentabilidade dos negócios existentes, além do estímulo a criação e a formalização de novos negócios na região. O projeto atendeu 113 empreendedores individuais, 176 microempresas, 33 empresas de pequeno porte e 322 potenciais empresários.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Realização de cursos, palestras e oficinas: oficina de Fabricação de Queijo; palestra sobre Associativismo e Cooperativismo; curso Aprender a Empreender, Iniciando um Pequeno Grande Negócio, Mulher Empreendedora, Empretec, Visual Merchandising, Gestão de Pessoas e Atendimento ao Cliente;
- Realização de consultorias gerenciais que totalizaram 504 horas aplicadas na melhoria da qualidade da gestão das empresas e competitividade;
- Realização de consultorias tecnológicas em inovação através do SEBRAETec;
- Participação em feiras e eventos como: Exposhow em Bom Jesus, Expocorrente em Corrente, Feira do Bode em Avelino Lopes;
- Realização da Semana do MEI em parceria com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus;
- Realização do Festival de Negócio do Cerrado Piauiense com rodadas de negócio, desfile de moda, exposição de produtos e serviços, palestras, etc;
- Realização do 1º Festival/Circuito Gastronômico de Bom Jesus;
- Realização do Workshop Estadual de Desenvolvimento Econômico e Territorial.

Dentre os principais resultados de 2016:

- Aumento da demanda de capacitações e consultorias pelas empresas;
- Amadurecimento dos pequenos Negócios atendido pelo SEBRAE/PI na região;
- Empresas incorporando inovações a partir do SEBRAETec.

Desenvolvimento Empresarial da Região de Floriano

Através das ações implementadas foram beneficiados 395 empreendedores individuais, 265 microempresas, 61 empresas de pequeno porte e 466 potenciais empresários.

As principais realizações do projeto foram:

- 452 horas de consultoria gerencial;
- 511 horas de consultoria SEBRAETec destinadas a desenvolvimento de Site, Software, layout de empresas, registro de marcas e certificação;
- 186 horas de consultorias através do programa ALI que arregimentou inovação e tecnologia para as empresas atendidas,
- 412 horas de consultoria e 351 orientações técnicas através do programa Negócio a Negócio
- 17 capacitações
- 27 palestras;
- 01 OSE – Oficina SEBRAE de Empreendedorismo;
- Inscrição de 45 empresas no Premio MPE Brasil versão 2016.

Desenvolvimento Empresarial da Região de Picos

Através das ações implementadas foram beneficiados 372 empreendedores individuais, 163 microempresas, 50 empresas de pequeno porte e 657 potenciais empresários.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Realização de 17 (dezesete) cursos nas áreas de Negociação; Empreendedorismo; Oratória; Atendimento; Vendas; Marketing, Finanças; Relações Interpessoais; Vitrinismo; Gestão e EMPRETEC.
- Realização de 17 (dezesete) oficinas nas áreas de Vendas; Atendimento; Finanças, Tecnologia; Empreendedorismo; Sustentabilidade; Certificação no Comércio Justo e oficinas SEI;
- Realização de 28 palestras nas áreas de Empreendedorismo; Motivação; Vendas; Atendimento; Mercado; Linhas de Crédito ofertadas pelos Bancos Públicos; Passo a passo sobre a formalização do MEI; Obrigações e Benefícios do Microempreendedor Individual; Finanças; Inovação e Tecnologia;
- Realização de 1.860 horas de consultorias gerenciais e tecnológicas - SEBRAETec ;
- Realização de 704 orientações técnicas, realizadas através dos Programas Negócio a Negócio e ALI, assim como também, do atendimento espontâneo na Unidade Regional, sobre: MEI – Microempreendedor Individual; abertura de empresa; linhas de crédito e outras orientações específicas;
- Realização de 01 Feira e 02 Missões/Caravanas;
- Realização de 05 seminários.

Desenvolvimento Empresarial da Região de S. Rdo Nonato

Foram beneficiadas com as ações 238 empreendedores individuais, 178 microempresas, 50 empresas de pequeno porte e 392 potenciais empresários.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Atendimento e formalização a microempreendedores individuais e microempresários da região, através do Agente de Orientação Empresarial/AOE, no âmbito do Programa Negócio a Negócio;
- Realização de oficinas sobre modelagem de negócios e Começar Bem, nas cidades de São Raimundo, Canto do Buriti e São João do Piauí;
- Realização de 40 oficinas de técnicas básicas de fabricação de produtos de higiene e limpeza no município de Dom Inocêncio/PI;
- Realização de palestras sobre inovação, motivação, empreendedorismo e atendimento;
- Capacitação de empresários, colaboradores e profissionais de diversas áreas em cursos como: Aprender a Empreender, Gestão Básica de Crédito e Cobrança, atendimento, Internet – Aplicações Na Medida, Gestão Estratégica de Vendas Na Medida, Marketing Na Medida, Gestão de Estoques Na Medida;
- Realização de consultorias nos meios de hospedagem e restaurantes de São João do Piauí, em virtude do VI Festival da Uva;
- Feira de Pequenos Negócios durante o Festival da Uva em São João do Piauí.

Desenvolvimento Empresarial da Região de Parnaíba

Foram disponibilizadas, para o público-alvo, informações, orientações técnicas, cursos, palestras e consultorias voltadas para a implantação de novos negócios e para a melhoria da qualidade e gestão das empresas, visando maior eficiência e competitividade dos empreendimentos assistidos. Foram atendidas 693 empresas (489 empreendedores individuais, 166 microempresas e 38 empresas de pequeno porte) e 1.116 potenciais empresários.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Realização de 29 cursos nas áreas de Empreendedorismo, Atendimento, Vendas, Marketing, Finanças, Relações Interpessoais, Vitrinismo, Gestão e EMPRETEC;
- Realização de 39 oficinas SEI Comprar e SEI Vender, SEI controlar Meu Dinheiro, SEI Planejar, SEI Empreender e SEI Unir Forças para Melhorar;
- Realização de 41 palestras nas áreas de Empreendedorismo; Motivação; Vendas; Atendimento; Mercado; Palestras em parceria com o CREDIAMIGO do Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal;
- Realização Seminário de Crédito em Parceria com o BNDES;
- Realização de 2.884 horas de consultorias gerenciais e tecnológicas - SEBRAETec;
- Realização de 550 orientações técnicas, realizadas através dos Programas Negócio a Negócio e ALI, assim como também, do atendimento espontâneo na Unidade Regional, sobre Microempreendedor Individual; abertura de empresa; linhas de crédito e outras orientações específicas;
- Realização da Feira de Artesanato da Praia de Barra Grande - Cajueiro da Praia e Festival do Caranguejo de Ilha Grande;
- SEBRAE Mais Perto de Você em Ilha Grande, Luis Correia, Cajueiro da Praia, Cocal e Buriti dos Lopes;
- Participação nos eventos de mercado – EXPOAPA – Exposição Agropecuária de Parnaíba;
- 8ª Semana do MEI - Parnaíba, Ilha Grande, Luis Correia e Buriti dos Lopes.

Desenvolvimento da Cultura Empreendedora

O Projeto atendeu 1.781 empresas (918 empreendedores individuais, 634 microempresas e 229 empresas de pequeno porte) e 6.454 potenciais empresários. As capacitações realizadas foram soluções da matriz educacional local, Programa SEBRAE Mais (Soluções para Pequenas Empresas Avançadas), Empretec, Na Medida (Soluções para microempresas) e SEI SEBRAE (soluções para microempreendedores individuais).

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Realização de 178 eventos de capacitação, 214 palestras/oficinas e 1.599 horas de consultorias acopladas a treinamentos, tanto no ambiente SEBRAE como “in company” com a participação de 1.368 empresas e 5.529 potenciais empresários, totalizando 7.045 participantes nas diversas capacitações oferecidas durante o ano, além da realização do Seminário Solidário, destinado às empresas locais;
- Ações e evento de premiação do “Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios - Edição de 2015”. Foram 76 empreendedoras que se candidataram ao prêmio, sendo que 68 passaram pelo processo de avaliação, resultando 3 vencedoras da etapa estadual (2 na categoria pequenos negócios e 1 na categoria produtor rural);

- Realização da Semana Empresarial de Uruçuí com a realização de palestra motivacional, oficinas SEI e capacitações para o empresariado local.

O Prêmio SEBRAE Mulher de Negócio na Etapa Estadual teve como vencedoras no Piauí: Pequenos Negócios: Maria de Fátima Pereira – Beleza & Companhia (Teresina), Produtora Rural: Marcilene Luzia Barbosa - (Jaicós) e categoria Micro Empreendedora Individual: Olívia Maria Alves – Centro de Artes Marciais – (Parnaíba).

Desenvolvimento Empresarial da Região de Piripiri

Através das ações implementadas foram beneficiados 118 empreendedores individuais, 98 microempresas, 29 empresas de pequeno porte e 670 potenciais empresários.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Realização de 260 visitas a microempreendedores individuais e microempresários da região, através da Agente de Orientação Empresarial/AOE, no âmbito do Programa Negócio a Negócio;
- Realização de 1.065 consultorias gerenciais e tecnológicas;
- Capacitação de empresários, colaboradores e profissionais de diversas áreas em cursos como: Aprender a Empreender, Gestão Básica de Crédito e Cobrança, Atendimento, Internet – Aplicações Na Medida, Gestão Estratégica de Vendas, Marketing Na Medida, Atendimento ao Cliente, Higiene e Manipulação de Alimentos e Culinária à base do Bode nos municípios de Pedro II, Piripiri, Piracuruca, Esperantina, Cocal de Telha, Batalha;
- Realização do II Festival do Peixe de Esperantina com participação de cerca de 30 mil pessoas durante os 4 dias de evento;
- Realização da IV FERIA do Bode de Cocal de Telha;
- Realização de consultorias nos meios de hospedagem e restaurantes de Pedro II, para receber os turistas e visitantes do Festival de Inverno de Pedro II, visando preparar os estabelecimentos, para um melhor serviço ofertado.
- Realização de Seminário de Crédito do BNDES com representante de Recife em Barras e Esperantina;
- Realização da I Semana Global do Empreendedorismo - Piripiri, com o tema “Conexões que Transformam Cidades”.

Dentre os principais resultados de 2016:

- 148 formalizações de Microempreendedores Individuais, sendo 92 comércios, 11 indústrias e 45 serviços.

Desenvolvimento Empresarial da Região de Teresina

As ações realizadas continuaram tendo como foco o alcance das metas correntes e mobilizadoras a partir de programas e soluções como consultorias gerenciais, Programa Negócio a Negócio, Agentes Locais de Inovação - ALI e SEBRAETec. Dessa forma foram disponibilizadas para o público-alvo informações, orientações técnicas, palestras e informações voltadas para a implantação de novos negócios e para a melhoria da qualidade e gestão das empresas, visando maior eficiência e competitividade dos empreendimentos assistidos. Foram beneficiadas com as ações 13.985 empresas (9.308 empreendedores individuais, 3.966 microempresas e 711 empresas de pequeno porte), 5.806 potenciais empresários e 2.215 potenciais empreendedores.

Vale destacar que a ampliação do atendimento reflete-se na superação da meta mobilizadora número 1, “Ampliar o Número de Atendidas pelo SEBRAE” que registrou 23.550 empresas em 2016, atingindo 103,9% de execução. A seguir registra-se a contribuição do projeto para o alcance das metas mobilizadoras do SEBRAE/PI.

Tabela 16 - Contribuição do Projeto Desenvolvimento Empresarial da Região de Teresina para as Metas Mobilizadoras

Meta	Nome	Realizado em 2016	Contribuição do Projeto	% de Contribuição do Projeto
Meta 1	Atendimento	23.550	13.985	59%
Meta 3	MEI	12.817	9.308	73%
Meta 4	ME	9.388	3.966	42%
Meta 5	EPP	1.345	711	53%

Fonte: SME

As principais ações implementadas através do projeto foram:

Através da **Central Fácil de Atendimento** foram realizados 14.704 atendimentos (registros de empresas e MEI, renovação e alteração de registros, orientação a pessoa física e jurídica). Dessa forma, o SEBRAE/PI contribuiu para a abertura de empreendimentos formalizados no estado (empresas e empreendedores individuais), abrangendo:

- Empresas registradas novas: 86
- Renovações/Alterações de Registros: 726
- MEI – Micro Empreendedor Individual: 1.655
- Orientações Relativas à Pessoa Jurídica: 9.444
- Orientações Relativas à Pessoa Física: 2.793

A **Central de Relacionamento**, outro canal de Atendimento do SEBRAE/PI, obteve uma quantidade de 3.010 ligações receptivas e 29.485 ligações ativas totalizando 32.495 atendimentos telefônicos em 2016.

O atendimento móvel itinerante através da ação o **SEBRAE Mais Perto de Você** deu continuidade as ações de descentralização do atendimento. Em 2016 atuou principalmente nos bairros de Teresina, uma vez que houve dificuldades no fechamento das parcerias junto às Prefeituras. As principais ações desenvolvidas foram: 491 horas consultorias; 427 oficinas; 2.415 orientações; 53 palestras e 02 seminários.

Através do atendimento ativo o **Programa Negócio a Negócio** atingiu 9.199 empresas (MEI e ME) através de consultorias e orientações técnicas. Foram aplicadas junto ao público-alvo 42 soluções educacionais do Programa SEI SEBRAE. O Programa se destaca pela sua significativa contribuição para as metas mobilizadoras 1, 3 e 4.

O Ciclo **MPE 2016** realizou 718 orientações técnicas que beneficiaram 733 empresas. Do total de empresas candidatas, 51 alcançaram a pontuação mínima exigida. Dessas, 12 empresas foram consideradas aptas para receber a visita da equipe de avaliadores. Os mais variados

segmentos empresariais estiveram concorrendo, destacando-se para o setor de comércio com 341 empresas, serviços em geral com 292 empresas e a indústria com 121 empresas.

O **Centro de Documentação e Informação – CDI** realizou 1.047 orientações sobre idéias de negócios através dos perfis de oportunidades além da realização do Workshop Empreendedorismo e Inovação em Gestão da Informação com 115 participantes. Outra linha de ação foi a parceria em eventos como: Semana Global de Empreendedorismo, Festival Gastronômico Maria Izabel, Programa de Gestão Sustentável e Encontro da Construção Civil.

A ação **Atendimento Presencial Rede de Consultores** atendeu demanda de 8.389 horas de consultoria de empresas de diversos segmentos voltadas para as áreas de finanças, mercado, gestão, elaboração de plano de negócios, inovação, entre outros, contribuindo para a melhoria dos negócios dos empreendimentos atendidos. O destaque foi para a utilização da ferramenta de Diagnóstico Empresarial com um aumento de mais de 50% da demanda em relação a 2015, fato atribuído à necessidade de maior controle por parte dos empresários e adoção de proposições assertivas em relação ao empreendimento. Essa ação constitui o principal instrumento de geração de receita de empresas beneficiadas no âmbito do Projeto.

No entanto, as consultorias tecnológicas no âmbito das ações ALI - SEBRAETEC, SEBRAETEC ME/EPP e SEBRAETEC MEI tiveram uma redução significativa na execução devido a um conjunto de fatores tais como: atraso na operacionalização (iniciada apenas no mês de maio), mudança no credenciamento dos consultores, crise econômica, finalização em setembro do Programa ALI, e mudanças nas regras do subsídio ao empresário.

Outros destaques:

- Realização da 8ª Semana do MEI que contribuiu com serviços de formalização, alteração e baixa da empresa, preenchimento da Declaração Anual, oficinas SEI, atendimentos e consultorias, tira-dúvidas com parceiros, sendo realizadas 24 oficinas e capacitados mais de 900 empreendedores;
- Realização do 14º SALIPI - Salão do Livro do Piauí.

Dessa forma, conclui-se que, o projeto em 2016, levando em consideração o cenário econômico concluiu com êxito as atividades propostas com geração de receitas na ordem de R\$ 297.754,00(duzentos e noventa e sete mil setecentos e noventa e quatro reais) oriundas de empresas beneficiadas, resultado do aumento do índice de satisfação do empresário em relação aos serviços prestados principalmente na ação de Consultoria Empresarial.

PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Vale dos Rios Piauí/Itaueiras/Canindé

As principais ações desenvolvidas foram:

- 1.500 horas de consultorias realizadas, incluídas o Programa Negócio a Negócio;
- 22 palestras com temas de empreendedorismo, inovação, motivação e crédito;
- 32 cursos com os mais diversos temas: gastronomia, atendimento, vendas, finanças, higiene e manipulação, marketing;
- 37 oficinas: oficinas SEI; NO Campo; Oficinas de Cooperação e de Design;
- 560 horas de orientação Técnica através do Programa Negócio a Negócio;

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Melhoria, introdução e criação de pratos na área de gastronomia em restaurantes e hotéis;
- Aumento do volume de vendas e compras públicas;
- Agregação de valor da cultura frutífera do território.

PI-Desenvolvimento Econômico Territorial - RUBR de Teresina

O Projeto Regiões Urbanas de Baixa Renda é um projeto de desenvolvimento Econômico Territorial que atende o bairro Angelim (este dividido em Vila Irmã Dulce e Conjunto Esplanada). O projeto visa o desenvolvimento e dinamização da economia do bairro através do fortalecimento dos pequenos negócios existentes. Em 2016 foram atendidos 222 empresas (186 empreendedores individuais, 32 microempresas e 4 empresas de pequeno porte) e 926 pessoas físicas (143 potenciais empresários e 783 potenciais empreendedores).

As principais ações desenvolvidas foram:

- 1.237 horas de consultorias realizadas (112% da previsão inicial);
- 06 palestras com temas de empreendedorismo, inovação, motivação e crédito;
- 35 cursos com os mais diversos temas: gastronomia, atendimento, vendas, finanças, higiene e manipulação, marketing;
- 19 oficinas: oficinas SEI; NO Campo e oficinas de Cooperação;
- 101 horas de orientação Técnica através do Programa Negócio a Negócio;

PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Litoral Piauiense

Em 2016 foram atendidos através do projeto 695 empresas (355 empreendedores individuais, 200 microempresas e 51 empresas de pequeno porte) e 807 pessoas físicas (444 potenciais empresários e 363 potenciais empreendedores). Os municípios beneficiados foram Buriti dos Lopes, Caxingó, Caraúbas, Cocal, Joca Marques, Joaquim Pires, Luzilândia, Parnaíba e Murici dos Portelas:

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de 45 cursos: Aprender a Empreender, Técnicas de Oratória, Como Conduzir Negociações Eficazes, Horticultura Básica, Curso Gestão do Visual de Loja, Curso Técnicas de Piscicultura, Atendimento ao Cliente e Gastronomia a Base de Peixe;
- 1.199 horas de consultoria gerenciais e tecnológicas (SEBRAETec);
- 42 oficinas realizadas: SEI Administrar, SEI Clicar, SEI Comprar, SEI Controlar meu Dinheiro, SEI Vender, No Campo – Controlar Meu Dinheiro no Campo, No Campo – Custos para Produzir no Campo, No Campo – Venda Direta no Campo, dentre outras;
- 03 feiras (Joca Marques);
- 16 palestras: Controlando o Fiado, Mapa de Parceria da Sala do Empreendedor, Palestra Central de Beneficiamento do Peixe
- 01 rodada de negócio com piscicultores em Parnaíba;
- 371 orientações técnicas.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Maior número de empresas que passaram a adotar a utilização dos serviços de cartão de crédito;

- Modificação de layout interno e externo através da consultoria Visual de Loja SEBRAE;
- Elaboração de nove Planos Municipais de Desenvolvimento Econômico e Territorial;
- Criação dos Comitês Gestores dos Municípios;
- Elaboração dos Planos Anuais de Compras das prefeituras;
- Elaboração dos Planos Estratégicos da Sala de Empreendedor;
- Realização de Campanha promocional para fortalecimento do Comércio Local;
- Desenvolvimento da Cultura empreendedora nas escolas;
- Plano de comercialização da piscicultura elaborado;

PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Cerrado Piauiense

Em 2016 foram atendidos através do projeto 543 empresas (255 empreendedores individuais, 211 microempresas, 30 empresas de pequeno porte e 47 produtores rurais) e 451 pessoas físicas (332 potenciais empresários e 119 potenciais empreendedores). Os municípios beneficiados foram: Bom Jesus, Cristino Castro, Eliseu Martins, Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro e Ribeiro Gonçalves por apresentarem características em comum nos aspectos econômicos, sociais e geográficos, além da necessidade de avanço no desenvolvimento local.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de 1.369 horas de consultorias: gerencial e SEBRAETec;
- Realização de 23 palestras com temas de empreendedorismo, inovação, motivação, mercado, atendimento, vendas e crédito;
- Realização de 48 cursos;
- Realização de 47 oficinas: SEI; No Campo e Cooperação;
- 320 horas de orientação técnica através do Programa Negócio a Negócio;
- 03 Feiras de Empreendedorismo e Oportunidades de Negócios (Cajazeiras, Santa Rosa e Arraial) e 02 Feiras Jovens Empreendedores Primeiros Passos – Floriano e Arraial;
- 01 Rodada de Negócios.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Inserção de práticas de controle financeiro por parte dos pequenos negócios;
- Melhoria, introdução e criação de pratos na área de gastronomia em restaurantes e hotéis;
- Aumento da dinamização da comercialização, divulgação e práticas empreendedoras dos pequenos negócios;
- Aumento do volume de vendas e compras públicas;
- Agregação de valor da cultura frutífera do território;
- Melhoria de visual de loja e layout.

e) Projetos de Desenvolvimento de Produtos e Serviços

O presente relatório descreve as atividades executadas no período de Janeiro a Dezembro de 2016 realizadas na Unidade de Produtos e Soluções incluindo os Programas Nacionais SEBRAETec, ALI e Educação Empreendedora e o Edital SEBRAE de Inovação.

A UCT também realizou ações voltadas para as unidades finalísticas, destacando-se a capacitação de 311 consultores e instrutores com 154 habilitados, através dos repasses de soluções nacionais e locais elencadas no quadro a seguir:

Quadro 8 – Repasses Metodológicos das Soluções Locais

Repasso	Período	Local
Como Validar seu Modelo de Negócio	15 a 16/01	Teresina
Internet na Medida	13 a 14 /01	Teresina
Liderança Estratégica	19 a 21/01	Teresina
Comercializar no Campo	22 a 23/01	Teresina
Gestão Estratégia de Vendas	24 a 26/01	Teresina
Cultura da Liderança	11 A 23/02	Teresina
Gestão Financeira na Medida	15 A 17/02	Teresina
Educação Ambiental	24 a 26/02	Teresina
Marketing na Medida	24 a 27/02	Teresina
Sei Administrar	18 a 19/04	Teresina
Metodologia SEBRAE de Redução de Desperdício	24 a 29/04	Teresina
Atender bem no Campo	10/05	Teresina
Controlar meu Dinheiro no Campo	09 a 10/05	Teresina
Negociar no Campo	11/05	Teresina
Transforme sua Idéia em Modelo de Negócio	11 a 12/10	Teresina
Sei Clicar	12 e 13/05	Teresina
Empreender com Sustentabilidade	24 a 25/05	Teresina
Gestão de Estoque na Medida	01 a 02/06	Teresina
Educação Ambiental Rural	09/08	Teresina

Quadro 9 – Repasses Metodológicos das Soluções Nacionais

Capacitação
Sei Administrar
Sei ser Sustentável
Sei Inovar
Crescendo e Empreendendo
Sei Produzir Alimentos Seguros

Edital SEBRAE de Inovação

O Edital teve como objetivo apoiar projetos empresariais de inovação dos pequenos negócios com potencial de alto impacto que apresentam potencial de crescimento e elevada capacidade de se diferenciar e gerar valor por meio da inovação.

Quadro 10 – Empresas Aprovadas na Chamada Pública Inovação

EMPRESA	PROJETO
1- INGETI – Inovação e Inteligência em Gestão e Tecnologia da Informação Ltda	Plataforma integrada em gestão de pessoas e produtividade
2 - Rômulo Carvalho dos Santos – EIRELI	PRO-HEALTH - Fabricação de case

Quadro 11 – Valores dos Projetos Aprovados Chamada Inovação

Empresa	SEBRAE	Participação Empresas	Valor Total
INGETI	120.000,00	81.150,00	201.150,00
PRO-HEALTH	29.400,00	19.600,00	49.000,00
TOTAL	149.400,00	100.750,00	250.150,00

f) Projetos de Articulação Institucional

Os projetos de articulação institucional foram implementados pela Unidade de Políticas Públicas, abrangendo:

Aprimoramento do Ambiente Legal e Institucional

O principal desafio em 2016 foi a continuidade do processo de regulamentação da Lei no Estado do Piauí, principalmente no aspecto relativo a aplicação do capítulo V, que trata das compras governamentais.

Após várias articulações com o governo do Estado foi aprovado o Decreto Estadual Nº 16.212, através do qual foi regulamentado o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores Individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública estadual, cujos valores estimados por item sejam de até R\$ 80 mil. Esse decreto foi assinado solenemente pelo governador do estado em cerimônia aberta ao público no dia 5 de outubro durante ação do Movimento Compre do Pequeno Negócio, em Teresina.

Neste âmbito, destacamos ainda a parceria com o Tribunal de Contas do Estado em relação a temática com a realização do Seminário de Compras com o objetivo de disseminar informações sobre o capítulo V da Lei Complementar 147/2014, que versa sobre o tratamento diferenciado às MPEs nas compras públicas.

PI DET na Implementação da Lei Geral

O projeto PI DET na Implementação da Lei Geral – Articulação, possui como objetivo potencializar o papel estratégico da implementação da Lei Geral como uma ferramenta de desenvolvimento econômico territorial ampliando a pauta de apoio aos pequenos negócios nos municípios do Território Vale dos Rios Canindé, Piauí e Itaueira e Litoral Piauiense, focando a melhoria do ambiente de negócios e fortalecendo o uso do poder de compras, a rede de Agentes de Desenvolvimento, a Sala do Empreendedor, o Comitê Gestor Municipal, governança local e os instrumentos de gestão e monitoramento.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de capacitações “Uso do poder de Compra” para fornecedores e compradores;
- Capacitação dos Agentes de Desenvolvimento;
- Planos Estratégicos dos Agentes de Desenvolvimento elaborados;
- Articulação da Rede de parceiros;
- Consultoria para implementação da Lei Geral.

Resultados gerados a partir das ações do projeto:

- 04 novos agentes nomeados e com Plano de Trabalho elaborado - Elizeu Martins, Cocal, Caxingó e Floriano;
- 04 Salas do Empreendedor modificadas e funcionando de acordo com o termo de referência - Elizeu Martins, Cocal, Caxingó e Floriano;
- 05 novos municípios com Lei implementada.

Projeto de Apoio à Implantação da Rede Simples no Piauí

As ações implementadas deram continuidade ao processo de implantação e o desenvolvimento da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIMPLES, no Estado do Piauí em parceria com a Junta Comercial do Piauí.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Continuidade do processo de digitalização do acervo de documentos da Junta Comercial;
- Participação no Seminário “**Brasil Mais Simples 2016**”, em Brasília- DF, cujo objetivo foi o alinhamento entre as diferentes entidades parceiras na formulação e execução de políticas públicas voltadas para a melhoria do ambiente de negócios.

Resultados gerados a partir das ações do projeto:

- Ampliação da Rede simples no Piauí para 40 municípios: Água Branca, Altos, Amarante, Avelino Lopes, Barras, Batalha, Bertolínia, Bom Jesus, Buriti dos Lopes, Campo Maior, Canto do Buriti, Caracol, Castelo do Piauí, Corrente, Cristino Castro, Curimatá, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Fronteiras, Gilbués, Guadalupe, José de Freitas, Luis Correia, Luzilândia, Oeiras, Palmeirais, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Piracuruca, Piripiri, São João do Piauí, São Pedro do Piauí, São Raimundo Nonato, Simplício Mendes, Teresina, Uruçuí e Valença do Piauí;

3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Em 2016 foi dada continuidade as ações do Plano de Melhoria da Gestão 2015/2018 do SEBRAE/PI, alinhando as iniciativas ao PLANO PLURIANUAL 2016-2019 como parte do processo de refinamento do alinhamento estratégico. Nesse sentido, destaca-se:

- Revisão do painel de indicadores, alinhando sua relação com o desdobramento estratégico, tático e operacional do SEBRAE/PI;
- Adequação da estrutura organizacional as mudanças estratégicas do SEBRAE/PI;
- Implantação das Reuniões de Avaliação Crítica e Reuniões de Avaliação Estratégica – RAE.

3.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

Quadro 12 – Vinculação dos Planos

Objetivo Estratégico Local	Prioridade	Vinculação dos Projetos
<p>P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.</p>	<p>Ampliar as oportunidades de acesso à mercados dos pequenos negócios das cadeias da apicultura, fruticultura e piscicultura, a partir da inclusão produtiva, inovação tecnológica e competitividade.</p>	<p>APIS do Norte do Piauí APIS Semiárido Empreendedor Desenvolvimento da Piscicultura no Território de Teresina PI - Sertão Empreendedor PNSC - Negócio Certo Rural - NCR-Piauí Setorial Agronegócios da Região de Picos Setorial Agronegócios de S. Raimundo Nonato Setorial Agronegócios de Teresina</p>
	<p>Ampliar e aprimorar a rede de atendimento no Estado do Piauí, de forma integrada e continuada, ofertando produtos e soluções que gerem oportunidades, aumento da competitividade e sustentabilidade dos pequenos negócios.</p>	<p>Atendimento Empresarial no Território dos Cerrados Desenvolvimento da Cultura Empreendedora Desenvolvimento Empresarial da Região de Floriano Desenvolvimento Empresarial da Região de Parnaíba Desenvolvimento Empresarial da Região de Picos Desenvolvimento Empresarial da Região de Piripiri Desenvolvimento Empresarial da Região de S. Rdo Nonato Desenvolvimento Empresarial em Teresina Desenvolvimento Setorial Agronegócios de Floriano Encadeamento Produtivo Votorantim Energia e SEBRAE-PI Gestão e Monitoramento - ALI PI-Desenvolvimento Econômico Territorial - RUBR de Teresina PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Cerrado Piauiense PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Litoral Piauiense PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Vale dos Rios Piauí/Itaueiras/Canindé Setorial Indústria no Território de Piripiri</p>

P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	Aumentar a competitividade dos pequenos negócios da indústria de alimentos e bebidas e da cadeia da construção civil no Território de Teresina com foco na sustentabilidade, produtividade e inovação.	Cadeia Produtiva da Construção Civil no Território de Teresina
		Design, Moda e Decoração no Território de Teresina
		Encadeamento Produtivo SEBRAE e Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina
		Indústria de Alimentos e Bebidas do Território de Teresina
		Indústria de Panificação no Território de Teresina
	Promover a competitividade e a sustentabilidade dos pequenos negócios do comércio e serviços dos segmentos de saúde, artesanato e da cadeia do turismo dos Territórios de Teresina e Litoral Piauiense, a partir da agregação de valor com foco em mercado	Fortalecimento do Pólo Empresarial de Saúde em Teresina
		PI - Cadeia de Valor da Rota das Emoções
		PI - Desenvolvimentos das Startups no Território de Teresina
		Piauí - Brasil Original
		Revitalização de Espaços Comerciais - Floriano
Sem Contribuição	Serviços de Educação em Teresina	
P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	Sem Contribuição	AQUINordeste - Estado Piauí
		Aprimoramento do Ambiente Legal e Institucional
		Implantação e Desenvolvimento da REDESIM no Estado do Piauí
P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	Disseminar a cultura da educação empreendedora no meio empresarial e junto às Instituições de Ensino (fundamental, médio e superior), promovendo o acesso dos pequenos negócios, potenciais empresários e potenciais empreendedores, através de soluções e	PI - DET na Implementação da Lei Geral
		Atendimento Educação Empreendedora - PI
P6 - Ter excelência no desenvolvimento de produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes.	Sem Contribuição	Desenvolvimento e Adequação das Soluções Educacionais e Tecnológicas

P8-Aprimorar a excelência da gestão interna	Aperfeiçoar os processos operacionais e gerenciais internos, com ênfase na excelência da gestão, por meios de práticas empresariais sustentáveis e da gestão do conhecimento.	Gestão de Documentos do SEBRAE/PI
		Núcleo de Processos e Gestão do SEBRAE/PI
		Programa SEBRAE de Excelência em Gestão no SEBRAE Piauí
		Serviço de Alimentação Fora do Lar no Território de Teresina
		Sustentabilidade na Gestão – SEBRAE/PI
R1 - Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados.	Promover a valorização dos colaboradores a partir do aprimoramento das competências das equipes internas e credenciados voltadas para a excelência do atendimento e o alcance dos resultados.	Educação Corporativa
		Qualidade de Vida e Segurança no Trabalho
R3-Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do SEBRAE e o atendimento dos clientes	Sem Contribuição	Construção do Centro de Treinamento Empresarial - SEBRAE/PI
		Gestão de Tecnologia da Informação

Fonte: SGE

3.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

O monitoramento do Plano Plurianual - PPA tem como finalidade registrar a evolução da sua implementação, destacando os fatos e dados mais relevantes, os eventuais desvios e a efetivação das oportunidades para a tomada de decisão e as medidas de gestão necessárias à implementação do Plano. É um processo contínuo e simultâneo ao gerenciamento e à avaliação e é realizado através dos sistemas corporativos via web, que possibilitam a verificação do andamento, evolução e acompanhamento dos projetos/atividades.

- SIACWEB: O Sistema Integrado de Atendimento a Clientes – SIAC (<http://siacweb>) é utilizado para registro dos atendimentos aos clientes do Sistema SEBRAE em suas modalidades de consultoria, orientação técnica, cursos, palestras, oficinas, mini cursos, seminários, acesso a eventos, promoção de eventos e informações, permitindo acompanhar/monitorar a execução física conforme estabelecido em cada projeto. O monitoramento é realizado pela unidade de atendimento com periodicidade mensal;
- CORPORE RM: Sistema web (<http://corporerm/>) é utilizado para consultas financeiras dos recursos utilizados pelos projetos/atividades. Proporciona consulta e geração de relatórios de execução dos recursos aportados informando em cada ação dos projetos/atividades, o saldo inicial, o valor realizado, o valor comprometido e quanto está disponível para execução. Esse sistema pode ser acompanhado por qualquer gestor de projeto e é monitorado pela UGE com periodicidade mensal.
- SGE: O Sistema de Gestão Estratégica (SGE) (www.sge.SEBRAE.com.br), baseado na metodologia GEOR (Gestão Estratégica Orientada para Resultados), proporciona a inserção e acompanhamento dos projetos/atividades, através de módulos: Estruturação, Planejamento, Orçamento e Gestão. O acompanhamento é realizado pela UGE com periodicidade mensal;
- SME: O Sistema de Monitoramento Estratégico (SME 3.0) (www.sme3.SEBRAE.com.br) consolida as informações do CORPORE RM, SGE e SIACWEB, e a partir de seus relatórios físicos e financeiros, mantém o Sistema SEBRAE informado a cerca de seu desempenho operacional, bem como, da visibilidade do investimento aportado em segmentos empresariais. O acompanhamento é realizado pela UGE com periodicidade mensal.

Além do monitoramento através dos sistemas corporativos a implementação dos planos de ação são monitoradas de três formas:

- Mensalmente são realizadas reuniões com os gerentes e gestores para acompanhar e avaliar a execução física e financeira dos projetos/atividades, com apresentação de relatórios de progresso na implementação da estratégia por cada gerente de unidade finalística do SEBRAE/PI.
- Bimestralmente a gerência de Gestão Estratégica - UGE, de Gestão Orçamentária e Contábil - UGOC e das Unidades de Negócio se reúnem com a Diretoria Executiva - DIREX para avaliar o desempenho das unidades.
- Trimestralmente a Unidade de Gestão Estratégica do SEBRAE Nacional envia aos SEBRAE/UF o Boletim SME que apresenta uma análise comparativa da execução física e orçamentária de todos os SEBRAE. As reuniões de acompanhamento ocorrem conforme programação previamente definida com pauta e datas informadas e comunicadas aos participantes pela UGE e/ou secretaria da DIREX;

A UGE emite, trimestralmente um relatório consolidado da gestão dos projetos e da implementação dos planos de ações de todas as unidades, identificando os principais gargalos e apresentando as principais causas de sucesso e insucesso na implementação. Esse relatório apresenta uma avaliação geral da eficácia de implementação das ações estratégicas, até o momento,

com sugestões de medidas preventivas e corretivas de controle, para assegurar o êxito final na implementação dos planos.

3.3 Desempenho Orçamentário

As informações orçamentárias relativas ao exercício de 2016 tiveram por base o Sistema de Monitoramento Estratégico (SME) apresentando compatibilidade com as informações contábeis de 100% nas receitas e despesas, contribuindo para o objetivo estratégico P7: “Assegurar a efetividade e a transparência na aplicação dos recursos e na comunicação dos resultados”.

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.

O SEBRAE/PI, por sua natureza de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, não possui atividades relacionadas com a execução física e financeira da LOA. Portanto, o referido item não se aplica ao Relatório de Gestão do SEBRAE.

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No exercício de 2016, houve redução superior a 15% nas receitas totais previstas, advindas das transferências de recursos de Contribuição Social do SEBRAE/NA-CSN, que foram de R\$ 15,0 milhões em 2015 e 7,7 milhões em 2016. Situação semelhante ocorreu nas receitas próprias oriundas de empresas beneficiadas, que passaram de R\$ 2,9 milhões para R\$ 2,8 milhões, uma redução de 6% em valores nominais.

Ao longo do exercício, em face ao cenário de redução de recursos orçamentários, foram tomadas várias medidas preventivas para redução de gastos. Citam-se entre elas: diminuição de viagens, renegociação de contratos com fornecedores, redução dos custos das capacitações para os funcionários utilizando profissionais do sistema de credenciamento e colaboradores internos, redução do número de admissões previsto e oriundas do cadastro de reserva do processo seletivo público nº 001/2014, adiamento para outubro da adequação da tabela salarial decorrente da implantação do SGP 8.0 e o direcionamento de recursos para as atividades de atendimento de modo que uma menor receita não causasse interferências aos atendimentos aos empresários de pequenos negócios.

3.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

As transferências de recursos para parceiros são realizadas através de contratos de repasses e da modalidade de convênios. Convênios são acordos firmados entre órgãos públicos ou entre órgãos públicos e privados para realização de atividades de interesse comum dos participantes, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Os convênios firmados junto ao SEBRAE Piauí seguiram orientações contidas na Instrução Normativa SEBRAE IN 41/05, editada pelo SEBRAE Nacional até a data de 13/11/2015 e acompanhamento da execução com o registro desta em sistema próprio desenvolvido especificamente para cadastro, acompanhamento e prestação de contas denominado Prestecontas, sistema que visa garantir controle efetivo da gestão dos recursos repassados pelo SEBRAE Piauí quando de convênios executados pelos parceiros.

A liberação dos recursos se dá após verificação dos itens previstos nos termos acordados nos instrumentos de convênios, da documentação legal exigida, do cumprimento do fluxo estabelecido para liberação incluindo autorização da Diretoria Executiva.

As prestações de contas são analisadas sempre sob duas vertentes: parte financeira e técnica. A parte financeira é analisada na unidade de Gestão Orçamentária e Contábil – UGOC que dispõe de um analista auxiliado por dois estagiários para acompanhar esta execução no sistema Prestecontas. Quanto a parte técnica o SEBRAE/PI possui um corpo de pessoal treinado para a função de gerenciar a execução de projetos. Cada parceria é acompanhada em sua parte técnica e de execução por analistas vinculados às Unidades Técnicas. Desta forma as verificações e fiscalizações in loco são sempre acompanhadas por técnicos ou consultores credenciados que emitem parecer sobre os níveis de conformidade de cada etapa da parceria.

Em 31 de dezembro de 2016 existe apenas 1 (um) convênio vigente firmado com o SENAR-AR/PI, cuja análise de prestação de contas da 1ª parcela liberada encontra-se em andamento.

Os Contratos de Repasse se referem ao desenvolvimento de ações ao âmbito do Programa de Apoio a Pesquisa em Empresas na Modalidade Subvenção Econômica a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PAPPE Integração, recursos captados junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, entidade integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia. Sendo que estes Projetos em 31 de dezembro de 2015 encontram-se encerrados, com a exceção do Contrato nº 004/11, cujo processo encontra-se em fase judicial.

Tabela 17 – Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2016

Instrumentos	Vigentes em 31/12/2016	
	Exercícios Anteriores	Exercício Atual
QUANTIDADE	1	1

Instrumentos	Liberados (1)		Comprovados (2)		A comprovar (3)	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
	Contr. Rep. 002/13	-	-	80.000	-	-
Contr. Rep. 004/13	-	-	79.803	-	-	-
Convênio S/N – JUCEMG	397.770	-	295.630	102.140	102.140	-
Convênio 01/2016 SENAR-AR/PI	-	1.020.000	-	-	-	1.020.000
TOTAL	397.770	1.020.000	455.433	102.140	102.140	1.020.000

Os valores acima estão demonstrados em valores originais sem a inclusão de rendimentos, contrapartidas das entidades parceiras e eventuais ajustes:

3.3.4 Informações sobre a realização das receitas

A Tabela 18 demonstra o Balanço do Orçamento de 2016 e a variação das receitas e despesas executadas com a programação do exercício.

Tabela 18 - Balanço Orçamentário –Exercício de 2016

Balanço Orçamentário Sebrae/PI - R\$ mil													
Receitas	Previsão no Ano			Execução no Ano			Despesas	Prevista no Ano			Execução no Ano		
	Original (a)	Ajustado (b)	% Δ (b/a)	(c)	% (c/a)	% (c/b)		Original (a)	Ajustado (b)	% (b/a)	(c)	% (c/a)	% (c/b)
Receitas Correntes	49.983	56.536	13,1%	51.468	103,0%	91,0%	Despesas Correntes	51.283	56.698	10,6%	48.667	94,9%	85,8%
Contribuição Social Ordinária - CSO	36.769	36.769	0,0%	38.492	104,7%	104,7%	Pessoal, Encargos e Benefícios	21.379	20.302	-5,0%	19.897	93,1%	98,0%
CSO - Saldo Exercício Anterior	0	143	0,0%	143	0,0%	100,0%	Serviços Profissionais e Contratados	18.278	25.480	39,4%	18.968	103,8%	74,4%
CSO - Ressarcimentos	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	Demais Despesas Operacionais	9.276	8.664	-6,6%	8.210	88,5%	94,8%
CS do Sebrae/NA - Aprovada	7.726	13.635	76,5%	9.162	118,6%	67,2%	Encargos Diversos	371	571	53,9%	571	154,1%	100,1%
CS do Sebrae/NA - Proposta	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	Transferências	1.980	1.681	-15,1%	1.020	51,5%	60,7%
Convênios com Sebrae/NA	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%							
Convênios com Parceiros	900	915	1,7%	104	11,5%	11,3%							
Aplicações Financeiras	800	1.877	134,6%	1.797	224,6%	95,7%							
Empresas Beneficiadas	2.800	2.808	0,3%	1.389	49,6%	49,5%							
Outras Receitas	988	388	-60,7%	381	38,6%	98,1%							
Déficit Corrente				0			Superávit Corrente				2.801		
Receitas de Capital	1.208	1.208	0,0%	1.208	100,0%	100,0%	Despesas de Capital	3.235	5.496	69,9%	4.924	152,2%	89,6%
Alienação de Bens	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	Investimentos / Outros	2.505	4.566	82,3%	4.058	162,0%	88,9%
Operações de Crédito	1.208	1.208	0,0%	1.208	100,0%	100,0%	Amortização de Empréstimos	730	930	27,4%	866	118,7%	93,2%
Saldo Financeiro de Exercícios Anteriores	6.500	6.500	0,0%	0	0,0%	0,0%	Fundo de Reserva	3.173	2.050	-35,4%	0	0,0%	0,0%
Receitas Totais	57.691	64.244	11,4%	52.676	91,3%	82,0%	Despesas Totais	57.691	64.244	11,4%	53.591	92,9%	83,4%
Déficit Total				915			Superávit Total				0		
Total Geral Receitas	57.691	64.244	11,4%	53.591	92,9%	83,4%	Total Geral Despesas	57.691	64.244	11,4%	53.591	92,9%	83,4%

Fonte: SME (15/01/2017)

A variação da receita total entre o previsto original e previsto ajustado no exercício de 2016 foi da ordem de R\$ 6,5 milhões, impactado principalmente pelo aumento da Contribuição Social do SEBRAE/NA - Aprovada, da Contribuição Social Ordinária - Saldo de Exercício Anterior e Aplicações financeiras.

Houve variação positiva de 8,9% da previsão original para a ajustada (final do exercício), quando excluídos os recursos destinados a projetos de construção e reforma e os recursos de transferências do SEBRAE NA–CSN para projetos não previstos anteriormente, assim não necessitando de repactuação junto ao SEBRAE/NA nem de aprovação junto ao Conselho Deliberativo Estadual, porque ficou abaixo do limite máximo de 15% fixado na Diretriz Orçamentária.

O Balanço Orçamentário apresentou um déficit orçamentário de R\$ 915 mil, motivado pelo baixo índice de execução de receita de parceiros e empresas beneficiadas.

3.3.4.1 Evolução e Execução das Receitas

A Tabela 19 destaca as principais Receitas do SEBRAE/PI e compara a execução de 2016 com o exercício anterior, bem como com a programação aprovada (previsão original).

Tabela 19 - Composição da Origem dos Recursos – SEBRAE/PI

Receitas	Origem da Receita -Valores em R\$ 1.000,00						
	2015	2016					% Variação (d/a)
	Execução (a)	Previsão			Execução (d)	% Variação (d/c)	
		Original (b)	Ajustada (c)	% Variação (c/b)			
Contribuição Social do Exercício		38.092	36.769	36.769			
CSO-Saldo de Exercícios Anteriores	2.648		143	0,0%	143	0,0%	-94,6%
Contribuição Social do SEBRAE/NA-CSN	16.554	7.726	13.635	76,5%	9.162	-32,8%	-44,7%
Convênios com Parceiros	-	900	915	1,7%	104	-88,6%	0,0%
Aplicações Financeiras	2.173	800	1.877	134,6%	1.797	-4,3%	-17,3%
Empresas Beneficiadas/outras Receitas	1.961	3.788	3.196	-15,6%	1.770	-44,6%	-9,7%
Alienação de Bens/Operações de Crédito	3.233	1.208	1.208	0,0%	1.208	0,0%	-62,6%
Saldo de Exercícios Anteriores		6.500	6.500	0,0%			
Total	64.661	57.691	64.244	11,4%	52.676	-166,%	-18,5%

Fonte: SME (15/01/2017)

Justificativas das variações na execução de receitas acima de 15%

O total das receitas executadas pelo SEBRAE/PI em 2016 foi da ordem de R\$ 52,7 milhões, apresentando um decréscimo de (-18,5%) em relação ao ano anterior, originado pela redução de receita de Contribuição Social Ordinária-Saldo de Exercício Anterior (-44,6%), das transferências

de recursos de CSN para execução de ações de programas e projetos de interesse do SEBRAE/NA e da queda no volume de recursos aplicados (-17,3%).

As receitas auferidas no exercício de 2016 não foram suficientes para pagar as despesas, correntes. Para suprir o déficit orçamentário de R\$ 915 mil ocorrido no período, foram utilizadas receitas de saldo de exercícios anteriores.

A receita alienação de bens/operações de crédito teve uma queda de (-62,6%), em relação a 2015, decorrente de maior volume de liberações em 2015 de parcelas do empréstimo destinado a construção do Centro de Treinamento pelo SEBRAE/NA.

3.3.5 Informações sobre a Execução das Despesas

3.3.5.1 Evolução e Aplicação dos Recursos por Natureza de Despesa

A Tabela 20 demonstra as principais despesas por natureza e compara a execução do exercício de 2016 com o exercício anterior, bem como com a programação aprovada pelo CDE/CDN.

Tabela 20 – Composição da Aplicação de Recursos - SEBRAE/PI

Natureza de Despesa	SEBRAE/PI (R\$ 1.000,00)									
	2015	2016				Execução (d)	% Execução (d/b)	% Variação (d/a)		
	Execução (a)	Previsão			Execução (d)				% Execução (d/b)	% Variação (d/a)
		Original (b)	Ajustada (c)	% Variação (c/b)						
Pessoal, Encargos e Benefícios	20.338	21.379	20.302	-5,0%	19.897	93,1%	-2,2%			
Serviços Profissionais e Contratados	27.994	18.278	25.480	39,4%	18.968	103,8%	-32,2%			
Demais Despesas Operacionais	12.629	9.276	8.664	-6,6%	8.210	88,5%	-35,0%			
Encargos Diversos	631	371	571	54,0%	571	154,1%	-9,4%			
Transferências para Parceiros	398	1.980	1.681	-15,1%	1.020	51,5%	156,3%			
Investimentos /Outros	3.690	2.505	4.566	82,3%	4.058	162,0%	10,0%			
Amortização de Empréstimo	280	730	930	27,4%	866	118,6%	209,3%			
Fundo de Reserva		3.173	2.050	-35,4%						
Total	65.960	57.691	64.244	11,4%	53.591	92,9%	-18,8%			

Fonte: SME (15/01/2017)

O montante de despesas realizadas em 2016 foi da ordem de R\$ 53,6 milhões. Esse valor foi inferior em (-18,8%) quando comparado com 2015.

Justificativas das variações na execução de despesas acima de 15%

O decréscimo de 32,2% em **Serviços Profissionais Contratados** foi ocasionado pela redução nas seguintes despesas:

Instrutoria e Consultoria (-31,15), decorrente da diminuição da carteira de projetos na elaboração do PPA 2016/2019, em razão da redução das receitas de contribuição social ordinária e contribuição social do Nacional e conseqüentemente, da redução de metas de horas consultoria de 33,7% e nº de cursos de 11,7%, esta última influenciada pela não operacionalização no primeiro semestre de 2016 dos cursos do programa Educação Empreendedora.

Capacitação e treinamento de pessoal (-66,02): esta redução de despesa foi motivada pela estratégia adotada de utilizar mais os próprios empregados como multiplicadores de conhecimento, como também aproveitar soluções educacionais ofertadas por outras unidades e ofertas on line sem custo de aquisição via Universidade Corporativa.

Gastos com publicidade (-56,36%): esta redução foi decorrente da diminuição de eventos realizados em 2016 em face da diminuição de recursos de Contribuição Social e Contribuição Social Nacional.

Manutenção, segurança e limpeza (-56,32%): Em 2015 houve um acréscimo nestas despesas por conta da implementação do plano de combate a incêndio, com vários gastos na parte de obras e implantação de aparelhos preventivos. Em 2016, sem estes gastos, as despesas retornaram ao patamar normal.

A variação negativa das **Demais Despesas Operacionais** (-35,0%) foi ocasionada pela redução nas despesas de viagens de (-42,93%), resultante das medidas de gestão adotadas em 2016, dando ênfase nos deslocamento para o interior de estado e na realização de reuniões técnicas através de videoconferências on line, queda nas despesas com serviços gráficos e de reprodução (-62,43%) e materiais de consumo (-36,30%) como conseqüência da desaceleração dos cursos SEBRAE MAIS e do número menor de capacitações em 2016.

O aumento em 2016 da despesa de **Transferências para Parceiros** de 156,3% foi devido a efetivação do convenio Negocio Certo Rural com o SENAR-AR PI -Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

A variação positiva de 209,3% na despesa com Amortização de Empréstimo está relacionada ao pagamento do empréstimo junto ao nacional destinado a Construção do Centro de Treinamento.

3.3.5.2 . Execução das Despesas por Modalidade de Licitação

A **Tabela 21** demonstra o total das despesas por modalidade de licitação, no Exercício de 2016.

Tabela 21 - Evolução de Despesas Pagas por Modalidade de Licitação – 2015 a 2016

LICITAÇÃO 2	2014		2015		2016	
	VALOR EM R\$ MIL		VALOR EM R\$ MIL		VALOR EM R\$ MIL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Concorrência	1.246	3,91%	4.096	10,51%	5.037	15,31%
Convênio/Pagamento	610	1,91%	160	0,41%	-	0,00%
Convite	1.513	4,75%	483	1,24%	437	1,33%
Credenciamento	11.545	36,23%	13.927	35,75%	11.079	33,67%
Dispensa	4.808	15,09%	6.990	17,94%	2.696	8,19%
Inexigibilidade	1.349	4,23%	671	1,72%	1.552	4,72%
Pregão	10.791	33,87%	12.630	32,42%	12.105	36,79%
TOTAIS	31.862	100,00%	38.957	100,00%	32.906	100,00%

Fonte: Sistema RM Nucleus.

A tabela acima demonstra os valores pagos pelos SEBRAE/PI entre os exercícios de 2014 e 2016, classificados por modalidade de licitação praticada.

Entre 2015 e 2016 as variações positivas mais significativas ocorreram nas modalidades Concorrência (22,97%) e Inexigibilidade (131,3%). O principal motivo da variação na concorrência foi a construção do Centro de Treinamentos (obra de engenharia), referente ao Contrato CD 01/2014 e na inexigibilidade os serviços de transmissão de dados em Rede, com a aquisição para as regionais e sede de links mais velozes e com qualidade na transmissão de dados.

A variação negativa mais significativa ocorreu na modalidade dispensa que sofreu uma redução de 61,43%. A redução nas despesas contratadas nessa modalidade deu-se em função da implantação do Manual de Aquisições do SEBRAE/PI. As rotinas e controles implantados fortaleceram ações de planejamento e execução das aquisições, resultando num maior número de contratações executadas nas demais modalidades, principalmente na modalidade Pregão.

3.4 Desempenho Operacional

Os indicadores operacionais relativos ao exercício de 2016 apresentaram os seguintes resultados:

- Execução orçamentária de 86,2% considerando o orçamento ajustado anual;
- A execução orçamentária de parceiros atingiu apenas 32,2 % da previsão estabelecida inicialmente;
- Dos nove limites orçamentários apenas o relativo à capacitação de recursos humanos não foi cumprido, uma vez que o de contrapartida apenas este ano foi considerado isento;
- Os Programas Nacionais apresentaram execução – física e orçamentária dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes com exceção do Programa de Encadeamento Produtivo haja vista o início da sua implementação (após o 2º semestre de 2016) e SEBRAETec pelos fatores já mencionados anteriormente;
- Todas as metas relativas aos instrumentos de atendimento propostas para 2016 foram executadas.

3.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho mensuram os resultados das atividades realizadas pelo SEBRAE, vinculadas aos objetivos estratégicos das Perspectivas “Processos” e “Recursos”. O conjunto de indicadores de desempenho para o PPA 2016–2019 é demonstrado na Tabela 22.

Tabela 22– Indicadores de Desempenho

Indicadores Institucionais	Métrica	Planejado para 2016	Realizado em 2016
Índice de aplicabilidade de produtos e Serviços	0 – 10	8,0	(*)
Índice de satisfação do cliente	0 – 10	8,5	(*)
Número de Potenciais Empreendedores Atendidos	Nº	2.500	15.451
Número de Potenciais Empresários Atendidos	Nº	18.000	24.494
Taxa de pequenos negócios atendidos.	0 - 100%	24%	22,6%
Acessos /downloads aos conteúdos do Portal SEBRAE	Acessos	120.000	133.200
Comportamento organizacional (ICO)	%	85,0	(*)
Índice de Satisfação com os Fornecedores	0 – 10	7,0	(*)
Índice de Satisfação dos clientes Internos	0 – 10	7,0	(*)
Transparência Percebida pela Sociedade	%	70,0	(*)

Fonte: SME

(*) Resultado ainda não divulgado pelo SEBRAE

3.5.1. Metas

O desempenho do SEBRAE/PI na execução de sua estratégia é monitorado por meio de indicadores denominados Resultados Institucionais e Metas Mobilizadoras.

3.5.1.1. Indicadores Institucionais

Os objetivos estratégicos das perspectivas “Cumprimento da Missão” e “Partes Interessadas” são monitorados por meio de indicadores denominados Indicadores Institucionais. O desempenho obtido nesses indicadores é demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 23 – Indicadores Institucionais

Indicadores Institucionais	Métrica	Planejado para 2016	Realizado em 2016
Índice de competitividade dos peq. neg. atendidos	0 - 100	25	32,4
Índice de efetividade do atendimento	0 - 10	7,9	8,8
Índice de imagem junto à sociedade.	0 - 10	8,0	8,69
Índice de imagem junto aos pequenos negócios	0 - 10	8,0	8,60
Taxa de contr. para abertura de pequenos negócios	0 - 100%	25	54,1
Taxa de resultados alcançados em projetos de atendimento	%	50	(*)

Fonte: SME

(*) Resultado ainda não divulgado pelo SEBRAE

3.5.1.2. Metas Mobilizadoras

Tabela 24 – Metas Mobilizadoras

Meta	Nome	Planejado para 2016	Realizado em 2016	% Realizado
Meta 1	Atendimento	22.670	23.550	103,90%
Meta 2	Inovação	2.235	2.643	118,30%
Meta 3	MEI	12.534	12.817	102,30%
Meta 4	ME	9.356	9.388	100,30%
Meta 5	EPP	780	1.345	172,40%
Meta 6	Políticas Implantadas	10	0	0,00%
Meta 7	Fidelização	11.335	13.953	123,10%

Fonte: SME

3.5.1.3. Metas de Atendimento

O SEBRAE segmenta seus clientes em dois grandes grupos: Empresas e Potenciais Empresários. A tabela abaixo demonstra o desempenho do SEBRAE/PI no atendimento desses públicos. Os resultados obtidos são decorrentes principalmente das estratégias de gestão adotadas.

Tabela 25 – Grupos de Clientes

Indicador de Desempenho	Realizado em 2015	Planejado para 2016	Realizado em 2016
Número de potenciais empresários atendidos	28.731	2.500	15.451
Número de empresas atendidas	26.470	18.000	23.550

Fonte: SME

Os resultados obtidos decorreram principalmente das estratégias adotadas e do sucesso dos eventos realizados que priorizaram ações que geram demandas por parte dos pequenos negócios e dos empreendedores.

O atendimento é feito por meio de seis instrumentos, que são apresentados na Tabela 26 a seguir, com seus indicadores de desempenho.

Tabela 26 – Instrumentos de Atendimento

Instrumento	Indicador	Realiza do em 2015	Previsto Ajustado para 2016	Realizado em 2016	% Realizado 2016
Consultoria	Nº de Horas	128.347	107.553	85.137	79,20%
Curso	Nº de Cursos	1.617	1.333	1.427	107,10%
Feira	Nº de feiras do SEBRAE	48	22	21	95,50%
Missão/caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos do SEBRAE	40	15	14	93,30%
	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	64	57	58	101,80%
Oficina	Nº de oficinas	1.309	1.152	1.146	99,50%
Orientação	Nº de orientações	59.896	32.527	37.247	114,50%
Palestra	Nº de palestras	897	644	673	104,50%
Rodada	Nº de rodadas	16	10	10	100,00%
Seminário	Nº de seminários	71	84	81	96,40%

Os resultados de 2016 demonstram que apenas as ações relativas ao instrumento de atendimento “Número de horas aplicadas em consultoria” não atingiu o percentual mínimo de execução estabelecido nas diretrizes orçamentária, sendo decorrente da não execução das metas relativas ao SEBRAETec, ocorrida principalmente pelos aspectos já mencionados quando da justificativa do referido programa, ou seja:

- a) A demora na definição e repasse dos recursos por parte do Nacional para execução do SEBRAETec, ocasionando desmotivação e desistência por parte de algumas empresas;
- b) Redução no prazo para execução das metas pactuadas;
- c) A crise econômica e o aumento do percentual de participação das empresas no custo total da consultoria acarretou adiamento ou desistência das empresas em relação a contratação dos serviços;
- d) O novo sistema operacional do SEBRAETec exigiu tempo para implantação, ajustes e adaptação operacional, acarretando demora na execução.

3.5.2. Indicadores de Desempenho Financeiro

A Tabela 27 demonstra os Índices de Liquidez do SEBRAE Piauí de 2014 a 2016.

Tabela 27 – Índices de Liquidez

ÍNDICE	INDICA	INTERPRETAÇÃO	2014	2015	2016
Liquidez Corrente $\frac{AC}{PC}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de obrigações a curto prazo.	Quanto Maior, Melhor	2,64	1,88	1,66
Endividamento $\frac{PC + ELP}{Ativo Total}$	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 1,00 de ativo total.	Quanto Menor, Melhor	40%	54%	56%
Capital de Terceiros $\frac{PC+ELP}{PL}$	Quanto a empresa possui de capitais de terceiros para cada R\$ 1,00 do Patrimônio Líquido	Quanto Menor, Melhor	66%	116%	125%

Fonte: Contabilidade

O índice de liquidez corrente superior a 1,0 (um) contribui para imagem positiva do SEBRAE frente aos seus fornecedores pelo fato de ter capacidade de honrar seus compromissos financeiros nos prazos acordados. Este índice indica de quantos Reais dispomos de forma imediata e/ou conversíveis em dinheiro a curto prazo, para fazer face às dívidas contraídas pela empresa.

O crescimento em 2016 nos índices de capital de terceiros e endividamento foi decorrente do acréscimo de provisões e obrigações com o SEBRAE/NA, devido ao empréstimo para Construção do Centro de Treinamento Empresarial.

3.5.3. Indicadores de Desempenho Orçamentário

Os limites orçamentários estabelecidos pelo Conselho Deliberativo Nacional (CDN) para o Sistema SEBRAE estão divididos em dois grupos.

No primeiro grupo temos os indicadores que estabelecem limite efetivo para a ação dos SEBRAE UF e do SEBRAE Nacional. Neste conjunto estão os limites de gastos com Pessoal, Encargos e Benefícios, Custeio Administrativo e Bens Móveis.

No segundo grupo, os indicadores que impõem um desafio de gestão, neste conjunto estão os Projetos Finalísticos Coletivos, a aplicação em Inovação e Tecnologia, a Capacitação de Recursos Humanos e o Esforço de Captação de Recursos Próprios da ordem de 10% (dez por cento) das receitas de Contribuição Social do exercício que no exercício de 2016 foi considerado isento nas diretrizes Nacionais.

A Tabela 28 apresenta os limites orçamentários do SEBRAE/PI alcançados no exercício de 2016.

Tabela 28 – Limites Orçamentários em 2016 - SEBRAE/PI

Limites Orçamentários – Piauí			
Limite	% Realizado	Estabelecido	Situação
Inovação e Tecnologia	21,3%	Mín. de 20%	OK
Capacitação de Recursos Humanos	1,3%	Mín. 2%	Abaixo do Limite
Pessoal Encargos e Benefícios	47,0%	Máx. 55%	OK
Divulgação, Anúncio, Publicidade e Propaganda	1,9%	Máx. 3,5%	OK
Bens Móveis	9,9%	Máx. 100%(1)	OK
Custeio Administrativo	65,5%	Máx. 100%(3)	OK
Contrapartida da Contribuição Social Ordinária	3,9%	Mín. 10%	Isento
Tecnologia da Informação e da Comunicação	3,2%	Mín. 2%	OK
Projetos coletivos	29,2%	Min. 20%	OK
Fundo de Reserva	3,2%	Máx. 20%	OK

Fonte: SME

(1) Receita de Alienação de Bens + 3% (Receita CSO + Receitas Próprias)

(2) Aprovação prévia do CDN

(3) 5% Lei 8.154/90 + Receitas Próprias

Justificativas dos Limites não alcançados em 2016

Limite Capacitação de Recursos Humanos (1,3%) - Decorreu da estratégia adotada em utilizar mais os próprios empregados como multiplicadores de conhecimento; aproveitar soluções educacionais ofertadas por outras Unidades e explorar ofertas on line sem custo de aquisição via Universidade Corporativa.

Limite de Contrapartida da Contribuição Social Ordinária (3,9%) – Em 2016 o SEBRAE/Na considerou este limite como isento, o não alcance foi ocasionada pela redução significativa de recursos provenientes de convênios/parcerias com o Governo Estadual e Prefeituras Municipais em face de crise econômica; não realização de eventos geradores de receita; atraso na execução das ações de consultorias tecnológicas relacionadas ao Programa SEBRAETec, um dos principais geradores de receita dessa natureza no SEBRAE/PI, devido a problemas ocorridos na implantação e operacionalidade do novo programa de contratação.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

4. Governança

4 GOVERNANÇA

4.1 Descrição das Estruturas de Governança

No SEBRAE/PI a estrutura de Governança é encabeçada pelo Conselho Deliberativo Estadual (CDE), composto por 15 membros titulares e seus respectivos suplentes. Para auxiliar na Gestão do SEBRAE/PI o CDE elege a Diretoria Executiva, composta por um Superintendente e dois Diretores (uma para a Diretoria Administrativo Financeira e outro para Diretoria Técnica).

Para acompanhar a execução da Gestão, o CDE conta com a atuação do Conselho Fiscal, composto por 3 membros.

A interlocução entre o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva é executada pela Unidade de Auditoria Interna subordinada à Diretoria Administrativo Financeira.

Os controles internos contam ainda com o apoio da Auditoria Independente contratada pelo SEBRAE Nacional. No exercício de 2016 a auditoria independente foi realizada pela empresa KPMG Auditores Independentes.

Os trabalhos de auditoria interna e independente são monitorados pelo Conselho Fiscal, órgão de assessoramento ao Conselho Deliberativo Estadual. O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente a cada trimestre para receber da Unidade de Auditoria Interna os relatórios trimestrais contábeis, a carta de controles internos com recomendações da Auditoria Independente e comentários do SEBRAE/PI e/ou planos de ação. Em caso de aprovação, o Conselho Fiscal emite o parecer de aprovação das contas trimestrais.

O normativo que rege a estrutura de governança é o Estatuto Social do SEBRAE/PI. Existem ainda os normativos complementares:

- a) Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE
- b) Regulamento do Sistema de Gestão de Pessoas – SGP
- c) Regulamento de Auditoria Interna do SEBRAE Nacional
- d) Regimento Interno do SEBRAE/PI
- e) Instruções Normativas.

4.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados

4.2.1.1. Composição do Conselho Deliberativo Estadual

O CDE é composto por 15 instituições que são responsáveis por indicar, cada uma, um Conselheiro Titular e outro suplente. As instituições que compõe o CDE do SEBRAE/PI são:

- a) Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE;
- b) Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí;
- c) Federação do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Piauí;
- d) Federação das Indústrias do Estado do Piauí;
- e) Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado do Piauí;
- f) Associação Comercial Piauiense;
- g) Associação Industrial do Piauí;
- h) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR;
- i) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;

- j) Instituto Euvaldo Lodi – IEL Núcleo Regional do Piauí;
- k) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico – SEDET;
- l) Universidade Federal do Piauí;
- m) Banco do Brasil S/A;
- n) Caixa Econômica Federal;
- o) Banco do Nordeste do Brasil S/A;

No exercício de 2016, atuaram no CDE os seguintes representantes:

Quadro 13 – Composição Conselho Deliberativo Estadual

Nome	Segmento	Entidade	Função	Período de Gestão	
				Início	Fim
José Rivaldo de Sousa	Comércio	FCDL	Não Informado	21.03.2015	23.05.2016
Evandro Cosme Soares de Oliveira	Comércio	FCDL	Não Informado	24.05.2016	31.12.2018
José Moacy Leal	Comércio	ACP	Não Informado	24.09.2015	31.12.2018
Ezequias Gonçalves Costa	Indústria	AIP	Presidente	01.01.2015	31.12.2018
Carlos Augusto Melo Carneiro da Cunha	Agricultura	FAEPI	Presidente	01.01.2015	31.12.2018
Antonio Leite de Carvalho	Comercio	SENAC	Não Informado	01.01.2015	31.12.2018
João dos Santos Andrade	Comércio	FECOMERCIO	Não Informado	10.12.2015	26.02.2016
Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante	Comércio	FECOMERCIO	Presidente	27.02.2016	31.12.2018
José Icemar Lavôr Neri	Estado	SEDET	Secretário	01.01.2015	08.07.2016
Lucile de Souza Moura	Estado	SEDET	Não Informado	09.07.2016	06.12.2016
Olga Ariadne Bezerra de Sousa	Estado	SEDET	Não Informado	07.12.2016	31.12.2018
Humberto Paulo Cronemberger	Indústria	FIEPI	Não Informado	01.10.2015	29.02.2016
Robério de Barros Cantalice	Indústria	FIEPI	Não Informado	01.03.2016	31.12.2018
Luiz de Souza Santos Junior	Educação	UFPI	Reitor	01.01.2015	09.05.2016
Pedro Vilarinho Castelo Branco	Educação	UFPI	Docente	10.05.2016	31.12.2018
Luiz Alberto da Silva Junior	Financeiro	BNB	Superintendente	01.01.2015	31.12.2018
João Henrique de Almeida Sousa	Indústria	IEL	Não Informado	23.06.2015	31.12.2018
Augusto Togni de Almeida Abreu	MPE's	SEBRAE/NA	Gerente -UAGRO	18.08.2015	31.12.2018
Sérgio Luiz Bortolozo	Agricultura	SENAR	Presidente	01.01.2015	31.12.2018
Rosélio Arnold Furst	Financeiro	BB	Superintendente	01.01.2015	29.02.2016
Pio Gomes de Oliveira Junior	Financeiro	BB	Superintendente	01.03.2016	31.12.2018
Emanuel do Bonfim Veloso Filho	Financeiro	CEF	Superintendente	01.01.2015	26.08.2016
Francisco Elizomar Nunes Guimarães	Financeiro	CEF	Superintendente	27.08.2016	31.12.2018

4.2.1.2. Composição do Conselho Fiscal em 2016

No exercício de 2016, atuaram no Conselho Fiscal os seguintes representantes:

Quadro 14 - Composição do Conselho Fiscal em 2016

Nome	Segmento	Entidade	Função	Período de Gestão	
				Início	Fim
Paulo Sérgio Muniz Nery	Comércio	FGDL	Não Informado	01.12.2015	31.12.2015
Pedro de Oliveira Barbosa	Comércio	FECOMÉRCIO	Não Informado	01.01.2015	31.12.2018
Francisco de Sousa Neto	Indústria	FIEPI	Não Informado	01.01.2015	31.12.2018

4.2.1.3. Composição da Diretoria Executiva em 2016

No exercício de 2016, atuaram na Diretoria Executiva do SEBRAE/PI:

Quadro 15 - Composição da Diretoria Executiva em 2016

Nome	Segmento	Entidade	Função	Período de Gestão	
				Início	Fim
Mário José Lacerda de Melo (1)	Mpe's	SEBRAE/PI	Superintendente	01.01.2015	31.12.2018
Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes (2)	Mpe's	SEBRAE/PI	Diretor Administrativo Financeiro	01.01.2015	31.12.2018
Delano Rodrigues Rocha (3)	Mpe's	SEBRAE/PI	Diretor Técnico	01.01.2015	31.12.2018

(1) Gozou férias no período de 11/07/2016 a 09/08/2016.

(2) Gozou férias no período de 15/07/2016 a 13/08/2016.

(3) Gozou férias no período de 01/11/2016 a 30/11/2016.

4.2.2. Papeis e Funcionamento dos Colegiados

4.2.2.1. CDE

O Conselho Deliberativo Estadual tem o papel de exercer o poder soberano no SEBRAE/PI, elegendo a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. A descrição de todas as atribuições e prerrogativas do CDE esta posta no Estatuto Social do SEBRAE/PI em seu Capítulo II, Artigos 11 a 12.

Para execução de suas atribuições o CDE reúne-se mensalmente na forma ordinária e extraordinariamente, sempre que o seu Presidente julgue necessário, ou haja a solicitação formulada por pelo menos 03 (três conselheiros).

4.2.2.2. Conselho Fiscal

O papel do Conselho Fiscal é o assessoramento ao CDE para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira. A descrição de todas as atribuições e prerrogativas do Conselho Fiscal está posta no Estatuto Social do SEBRAE/PI em seu Capítulo II, Artigos 14 e 15.

Para execução de suas atribuições o Conselho Fiscal reúne-se trimestralmente na forma ordinária e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do CDE.

4.2.2.3. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela gestão administrativa e técnica do SEBRAE/PI. A descrição de todas as atribuições e prerrogativas do Conselho Fiscal está posta no Estatuto Social do SEBRAE/PI em seu Capítulo IV, Artigos 16 a 20.

Para execução de suas atribuições a Diretoria Executiva reúne-se 2 vezes por mês na forma ordinária e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Superintendente.

4.2.3. Processo de Escolha de Dirigentes e Exigências quanto ao Perfil.

4.2.3.1. CDE

No CDE a escolha dos membros titulares e respectivos suplentes é feita pela Entidade Associada. O indicado precisa ser pessoa física capaz civilmente.

Dentre os indicados é eleito o Presidente do Conselho, que precisa ter o voto concorde de pelo menos 08 (oito) conselheiros.

4.2.3.2. Conselho Fiscal

A escolha dos membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Fiscal é feita mediante eleição. Os candidatos precisam ser eleitos com voto concorde de pelo menos 8 (oito) membros do Conselho Deliberativo Estadual.

Para ser candidato é necessária a indicação de uma das Entidades Associadas ao CDE. O indicado precisa ser pessoa física capaz civilmente, diplomada em curso de nível universitário e residente no Brasil.

4.2.3.3. Diretoria Executiva

A escolha dos membros Diretoria Executiva é feita mediante eleição. Os candidatos precisam ser eleitos com voto concorde de pelo menos 8 (oito) membros do Conselho Deliberativo Estadual.

4.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna é subordinada à Diretoria Administrativo Financeira. O Gerente da Unidade foi indicado pela Superintendência em setembro de 2011 quando a Unidade se denominava Unidade de Controle Interno, após reformulação do Organograma a Unidade foi reestruturada como Unidade de Auditoria Interna - UAUD.

A atuação da Unidade de Auditoria Interna está em linha com o Direcionamento Estratégico do SEBRAE, com o Regulamento de Auditoria Interna do SEBRAE Nacional e com as responsabilidades funcionais da unidade. Nesse contexto, a missão da UAUD é “prover assessoramento para a efetiva aplicação dos recursos do Sistema SEBRAE em consonância com os normativos de controle interno e externo”, identificando oportunidades que possam contribuir para o aprimoramento das práticas operacionais de gestão e controles internos com foco em redução de riscos, atuando de forma independente, com ética e agregando valor aos negócios.

As revisões de processo, as auditorias de conformidade, os trabalhos especiais, as orientações consultivas, os resultados do atendimento aos órgãos fiscalizadores e demais trabalhos do planejamento anual, além dos planos de ação elaborados a partir dessas atividades, são realizados por uma equipe composta pelo Gerente da Unidade e um Analista Técnico.

No exercício de 2016 foi realizado o acompanhamento da Auditoria com Foco em Riscos no processo de gestão do fundo fixo, iniciado em 2015. A Revisão do processo de contratações no SGC foi interrompida por conta das ações de acompanhamento e implementação de planos de ação de auditorias externas. Neste sentido foram concluídos entre outras ações a elaboração de Plano de Auditoria Anual, implantação de controles internos na parte de aquisições de bens e

serviços, implantação da utilização do módulo de controle eletrônico de contratos e planejamento para ações de gestão de riscos no exercício de 2017.

A UAUD também realiza acompanhamento da implementação de planos de ação para eliminar os pontos e/ou desconformidades apontadas pela Auditoria Independente.

No campo das auditorias de conformidade a UAUD realiza trabalho preventivo de acompanhamento constante das contratações de instrutoria e consultoria realizadas nas atividades fins do SEBRAE/PI via credenciamento de instrutores e consultores na forma prevista no Art. 43 do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE.

Este acompanhamento é feito mediante conferências dos documentos eletrônicos denominados Carta Contrato e suas assinaturas digitais no aplicativo web de gerenciamento eletrônico de documentos (GED).

Tabela 29 - Execução das Ações do Plano de Auditoria

ITEM	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Grupo de Atuação	STATUS
1	Demandas DIREX/CDE	Solicitação da Administração	Realizado
2	Acompanhar PPP CGU	Atendimento de órgãos de Controle	Realizado
3	Acompanhar Auditoria Independente 4º TR/2015	Controles Internos	Realizado
4	Revisão do Rol de Responsáveis	Prestação de contas	Realizado
5	Elaboração, acompanhamento e apresentação do Relatório gestão	Prestação de contas	Realizado
6	Monitoramento de Cartas Contrato	Prevenção de fraudes	Realizado
7	Revisão de ajustes no Relatório de Gestão	Prestação de contas	Realizado
8	Elaborar normativo de Aquisição de Bens e Serviços (RE 17 Deloitte)	Atendimento de Auditorias	Realizado
9	Ministrar treinamentos aos empregados (Manual de aquisições)	Capacitação e prevenção/Planos de ação	Realizado
10	Acompanhamento da Auditoria com Foco em Riscos (FUNDO FIXO/2015)	Follow-up	Realizado
11	Acompanhar Auditoria Independente 1º TR	Controles Internos	Realizado
12	Visita a Unidade de Parnaíba (supervisão de aplicação de recursos)	Auditoria Interna	Realizado
13	Elaborar normativo para Gestão de Contratos (RE10 Deloitte)	Atendimento de Auditorias	Parcialmente realizado
14	Atendimento CGU (Contas 2015)	Atendimento de órgãos de Controle	Realizado
15	Capacitação externa	Treinamento da equipe.	Realizado
16	Acompanhar Auditoria Independente 2º TR	Controles Internos	Realizado
17	Compliance (Deloitte) segunda fase	Auditoria externa	Realizado
18	Acompanhar Auditoria Independente 3º TR	Controles Internos	Realizado
19	Auditoria na Unidade de Floriano (Aquisições de bens e serviços)	Revisão de processos	Realizado
20	Auditoria com Foco em Riscos (SGC)	Revisão de processos	Não realizado
21	Mapeamento e análises de riscos internos (RE 11 e 18 Deloitte)	Planejamento	Iniciado
22	Estruturação do PAAI 2017 (RE 11 e 18 Deloitte)	Planejamento	Realizado

O acompanhamento das recomendações da Auditoria Independente foi realizado junto às áreas Auditadas e os pontos apontados nas reuniões trimestrais foram atendidos quase em sua totalidade. As pendências restantes são:

Quadro 16 - Acompanhamento das Recomendações da Auditoria Independente

Item	Ponto	Status	Observação
1	Pendência tributária cadastrada junto ao Município de Teresina	Atendida	A Prefeitura Municipal de Teresina emitiu certidão conjunta negativa e da dívida ativa do município em favor do SEBRAE/PI

A empresa de Auditoria Independente que procedeu às atividades no âmbito do SEBRAE/PI, emitiu opinião de que o SEBRAE/PI executou suas operações e fluxos de caixa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Opinião é acompanhada do Relatório contendo comentários sobre os controles internos e procedimentos contábeis do exercício findo em 31/12/2016, onde a Auditoria Independente emite Relatório sem ressalvas.

4.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

O SEBRAE/PI possui como canais de denúncias ou reclamações a Ouvidoria SEBRAE que atua de forma sistêmica e eventuais denúncias internas.

O SEBRAE/PI possui, portanto, um Interlocutor estadual da Ouvidoria para dar tratamento e solução às manifestações estaduais, de clientes externos e colaboradores internos que tenham se dirigido de alguma forma (identificadas ou anônimas e realizadas pessoalmente, por telefone ou por meio eletrônico) à Ouvidoria Nacional.

As manifestações dos clientes externos e internos recebidas pelo Interlocutor estadual podem ser de naturezas diversas: denúncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios, e essas chegam até o interlocutor estadual através de meio eletrônico, em formulário próprio, para que haja padronização no atendimento e pronto atendimento da demanda do cliente.

Vale ressaltar que em 2016 foram registradas 67 ocorrências (11% a menos que o ano anterior) não havendo nenhuma que possa ser classificada como denúncia. A natureza das ocorrências foram assim classificadas:

Tabela 30 – Natureza das Ocorrências da Ouvidoria

Crítica	Reclamação	Sugestão	Solicitação	Improcedente
0%	9%	5%	75%	11%

Gráfico 2 - Situação das Manifestações Registradas através da Ouvidoria



4.4.1. Apuração de ilícitos cometidos por colaboradores da unidade

Constatados indícios e/ou a ocorrência de ilícitos o SEBRAE/PI abre procedimento de sindicância a ser realizada por comissão composta de 3 empregados de mesmo nível hierárquico ou superior, para apurar os fatos e emitir relatório que possa subsidiar a decisão da Diretoria sobre o encaminhamento cabível.

No exercício de 2016 não houve ocorrência deste tipo de processo.

4.4.2. Processos administrativos disciplinares

O tratamento de desconformidades disciplinares internas é feito mediante comunicação à Diretoria Executiva. O Diretor que recebe a denúncia procede à convocação da partes. Avaliada a questão, o Diretor autoriza, se for o caso a aplicação da penalidade (Advertência ou Suspensão) e encaminha o processo à Unidade de Gestão de Pessoas para elaboração da documentação de aplicação da penalidade. O documento é assinado pelo empregado punido, por seu Gerente imediato, pela Gerente da UGP e testemunha (no caso de Suspensão) .

No exercício de 2016 não houve ocorrência de processo administrativo disciplinar que culminasse com a aplicação de penalidades a empregados do SEBRAE/PI.

4.5 Gestão de Riscos e Controles Internos

No âmbito do SEBRAE/PI a gestão de riscos esta em processo de construção e encontra-se apoiada num processo de análise e mapeamento dos riscos, com vistas a implementação de ações de gestão.

A Diretoria do SEBRAE/PI entende que os controles internos existentes atualmente no SEBRAE/PI possuem adequado nível de segurança para as operações. Ressalta que tem intensificado esforços para aperfeiçoar rotinas e controles sistêmicos e informatizados que venham a aumentar o nível de segregação de funções e diminuir de forma efetiva as probabilidades e ocorrências de desconformidades.

4.5.1. Gestão de Riscos Estratégicos

Uma vez definidas as estratégias a serem implementadas no PPA, os riscos são avaliados considerando as variáveis identificadas no ambiente interno e externo que podem afetar a implementação das estratégias estabelecidas pelo SEBRAE/PI.

Inicialmente após análise do Mapa Estratégico do SEBRAE Piauí bem como da Matriz de Riscos definida pelo SEBRAE Nacional, em uma ação conjunta da Unidade de Gestão Estratégica e Unidades Finalísticas, foi elaborada a matriz de Riscos Estratégicos do SEBRAE/PI. Em seguida considerando os riscos foram avaliados aspectos impactantes na implementação das estratégias e sua probabilidade de ocorrência com a identificação de ações contingenciais de mitigação.

4.5.2. Gestão de Riscos Operacionais

No processo de gestão de riscos operacionais são utilizados controles internos. Estes controles são avaliados pela Unidade de Auditoria Interna em revisões de processo com a utilização da metodologia de auditoria com foco. Externamente os controles internos também são avaliados pela Auditoria Independente que emite a cada trimestre um relatório sobre análise de controles internos.

4.5.2.1. Atividades

- a) Controles eletrônicos de processos: implementados a partir de estudos e mapeamentos do Núcleo de Processos, tem como objetivo mitigar riscos de aquisições antieconômicas ou irregulares em produtos ou serviços de baixo isolado e alto número de transações. Ex: aquisição de passagens aéreas.
- b) Revisão de conformidade nos processos: efetua-se a revisão em cartas contrato para instrutoria e consultoria.

4.6 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

Compõe-se a Diretoria Executiva por 03 membros: Diretor Superintendente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico.

A forma e valores da remuneração dos dirigentes são estabelecidos no Manual do Sistema de Gestão de Pessoas, que é o documento que rege as políticas e procedimentos relacionados à gestão de pessoas da instituição.

O salário-base é fixado em um valor da tabela salarial e a ele é acrescido o valor de gratificação pelo exercício da função de confiança Diretor.

No exercício de 2016 o SEBRAE/PI não praticou nenhuma ação de remuneração variável.

Da mesma forma que os empregados, os dirigentes usufruem da cesta de benefícios praticada pela empresa, a qual é composta por auxílio médico-hospitalar, assistência odontológica, seguro de vida coletivo, auxílio alimentação e auxílio escola.

Anualmente, a remuneração dos dirigentes é reajustada. O período e percentual do reajuste são os mesmos concedidos para todos os demais empregados. Vários fatores definem o

percentual do reajuste, tais como a inflação acumulada do período correspondente, pesquisa salarial no mercado e no sistema SEBRAE e a possibilidade orçamentária do Agente. Os valores de remuneração estabelecidos para os dirigentes, em 2016, foram os seguintes:

Tabela 31 – Remuneração de Membros da Diretoria Executiva em 2016

Diretoria	Salário Base		Gratificação		Total	
	Valor R\$	%	Valor R\$	%	Valor R\$	%
Superintendência	12.765,47	55,56	10.212,37	44,44	22.977,84	100,00
Administrativo-Financeira	12.765,47	62,50	7.659,28	37,50	20.424,75	100,00
Técnica	12.765,47	62,50	7.659,28	37,50	20.424,75	100,00

Informamos ainda que no âmbito do SEBRAE/PI não há remuneração para Conselheiros da instituição.

4.7 Informações Sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

O SEBRAE Nacional possui os contratos listados a seguir com abrangência para todo o Sistema SEBRAE.

Contrato 107/2012 - KPMG Auditores Independentes

O contrato oriundo da Concorrência (processo licitatório) 05/2012, possui vigência de 12 meses a partir de 02 de maio de 2012, podendo ser prorrogado por iguais períodos ou fração até o limite de 60 meses, considerando o período inicial. A prorrogação do contrato se dá por meio de aditivos aprovados pelo Conselho Deliberativo Nacional, demandante do serviço.

Os serviços contratados compreendem os trabalhos de auditoria contábil, com emissão de opinião dos auditores sobre as demonstrações financeiras em período anual, bem como revisões trimestrais, para o SEBRAE Nacional e as 27 unidades federativas, ao custo de até R\$ 3.047 mil.

Contrato 76/2015–Deloitte ToucheTohmatsu Consultores Ltda

O contrato, oriundo do Pregão Presencial (processo licitatório) 02/2015, possui vigência de 12 meses a partir de 04 de março de 2015, podendo ser prorrogado por iguais períodos ou fração até o limite de 60 meses, considerando o período inicial. A prorrogação do contrato se dá por meio de aditivos aprovados pelo Conselho Deliberativo Nacional, demandante do serviço.

Os serviços contratados compreendem trabalhos visando a prevenção de riscos e a antecipação de medidas corretivas, bem como o auxílio na estruturação e padronização de um programa de integridade corporativa, para o SEBRAE Nacional e as 27 unidades federativas, ao custo de até R\$ 5.999 mil.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

5. Relacionamento com a Sociedade

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de Acesso do Cidadão

O SEBRAE/PI trabalhou no atendimento ao cidadão e às instituições públicas e privadas, por meio da disponibilização de vários canais de comunicação entre a instituição e a sociedade, tais como o portal de internet do SEBRAE Piauí (<http://www.sebrae.com.br/uf/piaui>) por intermédio da ferramenta fale conosco (com mensagem direcionada para ser respondida pela Unidade de Atendimento Individual e Mercado). O portal tem caráter informativo e de relacionamento, guardando semelhança com o Sistema SEBRAE, neste canal são publicadas informações que são de interesse do público, se constituindo em um dos principais canais de comunicação com a sociedade e os clientes SEBRAE.

O portal do SEBRAE/PI oferece as condições necessárias e suficientes para integrar o Sistema numa única plataforma, visando facilitar o acesso aos conteúdos necessários no mesmo ambiente. A sociedade poderá acessar todos os sites do Sistema, e navegar entre eles, através de um ambiente unificado. O site é divulgado em todas as peças publicitárias desenvolvidas pela instituição.

O SEBRAE/PI também recebe manifestação da sociedade através das mídias sociais: *Facebook* (desde 2011), *Twitter* (d_2011), além dos Sistemas de Ouvidoria (<http://www.ouvidoria.sebrae.com.br>), Agência SEBRAE de Notícias (ASN)(d_2008) e demais programas de atendimento (ALI, Negócio a Negócio, SEBRAETEC,...) e *Instagram* (d_2015).

As mídias sociais: Facebook (www.facebook.com/sebraepiaui) e o Twitter (@pi_sebrae) são utilizados por determinação do SEBRAE/NA, que estimula os SEBRAE UF a utilizar as mídias sociais como canal de relacionamento com a sociedade e os clientes SEBRAE. Esses perfis são divulgados tanto no portal institucional, na assinatura eletrônica de todos os e-mails corporativos, bem como, na Agência SEBRAE de Notícias (ASN) e ainda por meio de links patrocinados (publicidades nas redes sociais). O *Facebook* e o *Twitter* foram escolhidos por serem amplamente divulgados como as mídias mais abrangentes, sendo que - no ano em que foi criada a conta institucional – ambos já possuíam uma média de 6 milhões de usuários brasileiros; sendo, ainda, considerados por especialistas como mídias sociais primordiais para a estratégia de empresas no que se refere a relacionamento com a sociedade. No *Twitter* são publicados diariamente – de segunda a sexta-feira – posts relacionados às matérias veiculadas na ASN (<http://www.pi.agenciasebrae.com.br/>); também são publicados *posts* avulsos de outros assuntos de interesse do público - tendo em vista que o *Twitter* é uma rede de informação, o conteúdo que é inserido neste canal inclui notícias com caráter mais factual, serviços, eventos (agenda macro), resultados de pesquisas e matérias da Agência SEBRAE de Notícias.

O monitoramento dos canais de comunicação do SEBRAE/PI é realizado com base nos relatórios verificados a partir das visualizações e comentários dos usuários. A equipe, depois de analisar os questionamentos, encaminha às Unidades Finalísticas para as tratativas operacionais das manifestações e retorna ao cliente com a devida resposta.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

O SEBRAE/PI, por sua natureza de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos e desvinculado da entidade da administração pública, não se enquadra como órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, portanto não está sujeito ao regramento.

5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

O SEBRAE/PI, por sua natureza de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos e desvinculado da entidade da administração pública, não se enquadra como órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, portanto não está sujeito ao regramento.

A aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários é realizada pelo SEBRAE/NA através de pesquisa cuja metodologia utilizada consiste na aplicação de um questionário estruturado, por telefone, junto a uma amostra de empresários(as) clientes e não clientes dos bancos de dados fornecidos pelo SEBRAE/UF. O instrumento de coleta é composto por perguntas fechadas, e também por algumas indagações semiabertas e abertas, que permitiam aos(às) entrevistados(as) expressarem livremente as suas opiniões sobre os quesitos analisados.

São mensurados aspectos como a satisfação, aplicabilidade e a efetividade de sua atuação, bem como utiliza também o conceito NPS para mensurar o grau de indicação do SEBRAE pelo cliente como forma mais acurada de conhecer o prestígio de um produto/serviço.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O acesso as informações referentes a atuação da instituição, consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, a exemplo do relatório de gestão, pode ser encontrado no endereço <http://www.pi.sebrae.com.br/>, na aba “Sobre o SEBRAE do Piauí” no campo transparência.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

6. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Desempenho financeiro no exercício

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As Tabelas 32 e 33 apresentam respectivamente, a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial do SEBRAE/PI com a comparação entre 2015 e 2016 demonstrada em seus itens mais representativos. A estrutura apresentada esta de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09.

Os dados foram obtidos do balancete de dezembro que foi oferecido para apreciação da Auditoria Externa.

Tabela 32 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO -DRE- Valores em R\$ 1.000							
RECEITAS	EXECUÇÃO			DESPESAS	EXECUÇÃO		
	2015	2016	% Variação (c/b)		2015	2016	% Variação (c/b)
Contribuição Social Ordinária - CSO	40.740	38.635	-5,2%	Pessoal, Encargos e Benefícios	20.338	19.897	-2,2%
Contribuição Social do SEBRAE/NA-CSN	16.554	9.162	-44,7%	Serviços Profissionais e Contratados	27.994	18.969	-32,2%
Convênios com Parceiros	-	104	-	Demais Despesas Operacionais	12.629	8.210	-35,0%
Convênios com o SEBRAE/NA	-	-	-	Encargos Diversos	631	571	-9,5%
Aplicações Financeiras	2.173	1.797	-17,3%	Transferências para Parceiros	398	1.020	-
Empresas Beneficiadas/Outras	1.962	1.764	-10,1%	Diversas Não Orçamentárias	1.561	1.933	23,8%
Diversas Não Orçamentárias	2.563	1.403	-45,3%				
SOMA	63.992	52.865	-17,4%	SOMA	63.551	50.600	-20,4%
Resultado Déficit Patrimonial	-	-	-	Resultado Superávit Patrimonial	441	2.265	413,6%
SOMA	63.992	52.865	-17,4%	SOMA	63.992	52.865	-17,4%

Fonte: Contabilidade

Observação:

Receita não orçamentária: variações monetárias ativas; receita na reversão de outras contingências, receitas de exercícios anteriores.

Despesas não orçamentárias: despesas com provisões, depreciação e amortização, e variações monetárias passivas

Tabela 33 - Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EM R\$ 1.000							
ATIVO	EXECUÇÃO			PASSIVO	EXECUÇÃO		
	2015	2016	% Variação (c/b)		2015	2016	% Variação (c/b)
Circulante	13.171	12.489	-5,2%	Circulante	7.024	7.535	7,3%
Não Circulante	22.027	29.320	33,1%	Não Circulante	11.865	15.700	32,3%
Realizável de longo Prazo	8.787	12.574	43,1%	Patrimônio Líquido	16.309	18.574	13,9%
Investimentos	-	-	-				
Imobilizado	13.240	16.746	26,5%				
Intangível	-	-	-				
Total	35.198	41.809	18,8%	Total	35.198	41.809	18,8%

Fonte: Contabilidade

A seguir são justificadas as variações ocorridas no Balanço Patrimonial acima de 15%.

- (i) Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo – variação de 43,1%, motivada pelo aumento no saldo das contas depósitos judiciais relativo ao processo nº 2008.4000.003027-3 Secretaria da Receita Federal do Brasil, ajuizando ação, visando a exoneração e recuperação dos valores pagos a título de contribuição previdenciária.

Valor referente à causa judicial, transitada em julgado, em favor do SEBRAE/ PI, junto à Receita Federal relativa às contribuições previdenciárias feitas com base no art. 22 da Lei n. 8212/91, referente ao recolhimento de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços próprios, relativos a serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho. A apelação cível n. 2009.40.00.001357-9/PI de numeração 0001333-35.2009.4.01.4000 e nº 2008.40.00.003811-3 foi aceita e transitada em julgado, dando direito ao SEBRAE/ PI de utilizar este crédito por meio de compensação diretamente na GFIP para competências vincendas.

Imobilizado – variação de 26,5% ocasionada pelas despesas com o andamento da construção do Centro de Treinamento na cidade de Teresina.

Passivo Não Circulante – variação 32,3% - Esta variação correspondeu aos depósitos judiciais já mencionada acima no Ativo Realizável a Longo Prazo e pelos recursos de empréstimos recebidos do SEBRAE Nacional.

6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, publicada pela Resolução CFC nº 2015/NBCTG27 (R3), sendo que o objetivo desta Norma é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos

ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade – Resolução CFC nº 2015/NBCT27(R3) que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão, informamos que:

a) Imobilizado – Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo

b) Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais que variam entre 1,67% a 50% levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Avaliação e mensuração dos ativos e passivos

a) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo: os custos da transação dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado conforme incorridos, são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis: recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são

mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros: um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data da apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

6.3 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

O SEBRAE/PI procura manter compatibilidade conceitual das receitas e despesas orçamentárias com as contábeis ao utilizar o mesmo regime de competência contábil para as despesas e receitas correntes orçamentárias. Nesse sentido, o Sistema de Orçamento é utilizado como Sistema de Custos ao adotar o regime de competência para apurar o custo direto de projetos.

Para o custo de pessoal e o custo administrativo, o SEBRAE Nacional desenvolveu regras próprias, definidas na seção 16 da Instrução Normativa de Execução Orçamentária e Financeira IN/37, como opção para utilização pelos SEBRAE/UF e Unidades do SEBRAE/NA.

Dessa forma, a sistemática de apuração de custos é aplicada a cada projeto, considerando os seguintes itens:

- Demais custos e despesas gerais
- Despesas com viagens
- Despesas financeiras
- Serviços gráficos e de reprodução
- Materiais de consumo
- Serviços de comunicação em geral
- Custo com recursos humanos
- Custo com Suporte operacional
- Custo administrativo

6.4 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e compreendem:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado abrangente;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Notas explicativas.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

7. Áreas Especiais da Gestão

7 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1 Gestão de Pessoas

7.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

O último documento do Conselho Deliberativo Estadual que autoriza o número de empregados do SEBRAE/PI é a Resolução CDE nº. 002.01/2010, que declara o número máximo de 150 empregados.

Dentro da limitação estabelecida, o exercício de 2016 foi concluído com 129 empregados de carreira entre Assistentes, Analistas e Diretores, 01 Diretor e 05 Assessores indicados, totalizando 135 (cento e trinta e cinco) pessoas no quadro próprio.

No período, ingressaram 02 novos empregados, oriundos de processo seletivo público, e 01 assessor indicado. Também registramos a demissão de 02 empregados em 2016.

Além dos 135 profissionais do quadro próprio, contamos com a cessão de 01 empregado do SEBRAE Nacional, colaborando na estrutura do SEBRAE/PI.

No decorrer do ano, ocorreram alguns afastamentos superiores há 15 dias:

- 01 licença maternidade;
- 01 afastamento temporário com suspensão de remuneração, solicitado por motivos pessoais.

A estrutura de carreira do SEBRAE/PI é composta pelos espaços ocupacionais: Assistente (níveis I e II) e Analista (I, II e III), além destes, existem as funções de confiança Assessor indicado e Diretor.

A distribuição das pessoas ficou como demonstrado a seguir:

- Estrutura de Cargos (Espaço Ocupacional) e Funções

CARGO	QUANTIDADE	%
Assistente I	13	9,56%
Assistente II	12	8,82%
Analista Técnico I	60	44,12%
Analista Técnico II	40	29,41%
Analista Técnico III	2	1,47%
Assessor Indicado	5	3,68%
Diretor	3	2,20%
Cedido	1	0,74%
TOTAL	135	100,00%

- Perfil de Escolaridade

NÍVEL ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	%
Fundamental	6	5,00%
Médio	16	12,00%
Superior	37	27,30%
Pós-Graduação	67	48,30%
Mestrado	10	7,40%
TOTAL	136	100,00%

- Perfil de Idade

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	%
De 22 a 30	15	11,02%
De 31 a 40	27	19,85%
De 41 a 50	40	29,41%
De 51 a 60	36	26,47%
De 61 a 70	17	12,51%
Acima de 70	1	0,74%
TOTAL	136	100,00%

- Lotação Física

Sede	105
Regionais	31
TOTAL	136

- Lotação Finalidade

Área Fim	72
Área Meio	64
TOTAL	136

- Funções Gratificadas

Grupo Direção	03
Empregados de Carreira	36
Cedido	1
TOTAL	40

Numericamente o quadro de pessoal praticamente permaneceu o mesmo em relação ao ano anterior. A variação no número de empregados em relação a 2016 foi positiva, de apenas de 01 pessoa.

O *turnover* (índice de rotatividade de pessoal) ficou em 1,86%, como demonstrado a seguir:

$$\frac{\text{total de admitidos no ano} + \text{total de demitidos no ano}}{2} \times 100$$

$$\frac{\quad}{\text{quadro de funcionários do ano anterior}}$$

Forma de cálculo:

$$\frac{(03 + 02)}{134} \times 100 = 1,86\%$$

$$\frac{2}{134}$$

Um importante instrumento de gestão interna é o projeto de Educação Corporativa, por ser o principal meio de capacitação dos empregados, para desempenharem suas funções de forma a atingirem as metas propostas no Plano Plurianual.

A capacitação dos empregados tem ainda papel motivador, à medida que os indivíduos treinados se sentem reconhecidos pela empresa, por alcançarem resultados mais complexos, por serem desenvolvidos na sua capacidade de aprendizagem e realização e ainda por se encontrarem em diversos momentos de integração e troca de experiências .

Foi investido o valor total de R\$ 265.360,00 (duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta reais) na capacitação dos colaboradores, perfazendo a média de R\$ 1.965,62 (hum mil, novecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) por colaborador.

As ações educacionais levam em consideração os temas mais relevantes e demandados pelo público-alvo, e estão alinhados aos objetivos estratégicos do SEBRAE/PI e também aos aspectos integrais do conhecimento das pessoas, tais como informações sobre Benefícios, Previdência Privada, Qualidade de Vida, ou seja, capacitar para o trabalho significa não só investir nas competências técnicas, mas também no bem estar integral das pessoas dentro e fora do ambiente de trabalho.

O quadro abaixo mostra as realizações do Plano de Capacitação dos Empregados do SEBRAE/PI e os respectivos quantitativos de participantes por ação realizada.

Tabela 34 – Capacitações Ofertadas aos Empregados do SEBRAE/PI

Evento/Atividade	Participantes (quantidade)	Carga horária
Palestra “A arte de Liderar - Mario Sérgio Cortella”	65	2
Capacitação sobre Planejamento de Compras	89	4
Palestra ICMS	15	2
Capacitação dos Analistas para o atendimento na Semana do MEI	33	3
Participação da UGP o Congresso de Gestão de Pessoas do Piauí	3	12
Capacitação Novos Estagiários	31	8
Evento Dia do Estagiário	56	4
Participação de empregado em Capacitação 56º. Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho	1	20
Participação de empregado em Capacitação Gestão Tributária de Contratos e Convênios	1	24
Capacitação da Equipe da UGP - Participação no CONARH 2016	3	24
Capacitação Qualidade de Vida e Produtividade no Trabalho	19	8
Participação de empregado no Curso Completo: “Capacitação e Aperfeiçoamento de Pregoeiro e Equipe de Apoio – Pregão Presencial e Eletrônico”	1	24
Capacitação do SIAC para estagiários	16	4
Palestra sobre SEBRAE Prev	18	3
Oficina sobre Benefícios do INSS	28	4

Semana de Capacitação Jurídica	78	6
Capacitação Continuada em Consultoria Organizacional	5	82
Oficina de Relações Humanizadas geram Vendas Positivas - Parnaíba	12	16
Capacitação SAS - Sistema de Atendimento do SEBRAE	35	16
Boas Práticas do Atendimento on Line	31	8
Líder Coach 1ª. turma	8	32
Líder Coach - 2ª. turma	12	32
Oficina de Relações Humanizadas geram Vendas Positivas - Piripiri	9	16
Oficina de Relações Humanizadas geram Vendas Positivas - São Rdo Nonato	11	16
Palestra de Apresentação do Novo Modelo de Avaliação dos empregados do SEBRAE	60	2
Participação de Dirigente na HSM	1	16
Oficina COMPLIANCE	36	8
Workshop de Integração e Avaliação 2015	120	4
Total	797	400

Dentre as capacitações elencadas, mais uma vez destacamos as atividades realizadas com intuito de desenvolvimento de lideranças, pois acreditamos que com uma liderança melhor preparada temos uma equipe com melhores resultados.

7.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Os custos associados a manutenção de Recursos Humanos totalizaram R\$ 19.897.281,82 (dezenove milhões, oitocentos e noventa e sete mil, duzentos e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos), divididos nas seguintes rubricas:

Tabela 35 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Salários de Pessoal do Quadro Próprio	Ajuda de Custo	Gratificações	Enc. Sociais de Pessoal do Quadro Próprio	Salários e Enc. Sociais de Pessoal Requisitado	Indenizações	Benefícios	TOTAL
Exercícios	2016	10.620.450,48	43.840,93	1.079.900,21	3.761.438,09	328.439,66	17.314,07	4.045.898,38	19.897.281,82
	2015	10.379.262,73	55.040,59	1.072.042,62	3.701.843,07	266.877,03	1.466.449,18	3.396.847,35	20.338.362,57

Obs.: Em Salários de Pessoal do Quadro Próprio estão inclusas as despesas dos salários base, 13º. Salário e férias, de todos os empregados (de carreira, diretores e indicados).

7.1.3. Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

No anterior ao exercício de 2016, um risco relacionado ao pessoal era a não-implementação da versão atualizada do Sistema de Gestão de Pessoas – SGP, pois esse sistema rege as políticas e procedimentos relativos à gestão de pessoas, e após sua revisão e atualização coordenadas pelo SEBRAE Nacional, se fazia necessário implantar o novo modelo no SEBRAE/PI.

Após análise e discussões internas, em outubro/2016 foi apresentada para o Conselho Deliberativo Estadual a versão estadual atualizada conforme as orientações do SEBRAE Nacional, e aprovada na sua integralidade, sendo logo após, iniciada a implementação das primeiras atualizações.

Foi também identificado um risco na gestão de pessoas, que foi a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos incompatíveis com o emprego exercido no SEBRAE/PI. A Unidade de Gestão de Pessoas então elaborou um formulário com valor de Declaração, a ser respondido por todos os empregados, para checar esse tipo de situação individualmente.

Também nessa oportunidade, é averiguada a possibilidade do empregado ser proprietário, sócio ou gerente de empresa credenciada no SGC – Sistema de Gestão de Credenciados ou de empresa que é fornecedora do SEBRAE/PI de quaisquer bens ou serviços.

Ao final do formulário, o empregado declara também, ser ciente de que, nos termos do art.299 do Código Penal, é crime, punível com pena de reclusão e multa, omitir, em documento público ou particular, declaração falsa ou diversa da qual deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Na questão de riscos trabalhistas, a gestão de pessoas procura trabalhar de forma preventiva nos cuidados com a saúde ocupacional de seus empregados.

Dessa forma, em 2016 foi dada continuidade ao Projeto Qualidade de Vida no Trabalho, cujos objetivos são:

- Prevenir as doenças ocupacionais, (LER/DORT);
- Reduzir os problemas posturais;
- Aumentar a disposição física e mental para o trabalho;
- Reduzir o absenteísmo;
- Reduzir o estresse e o sedentarismo;
- Aumentar a capacidade de atenção e concentração
- Proporcionar bem Estar e qualidade de vida no trabalho
- Aumentar a motivação, criatividade e interação entre os colaboradores e, conseqüentemente, a produtividade;
- Melhorar a imagem social da Organização.

As principais ações realizadas pelo são as seguintes:

- ✓ Fisioterapia Preventiva, que é um conjunto de atividades que buscam eliminar ou minimizar riscos relacionados à saúde ocupacional, a saber:
- Ginástica laboral: realizada 3 vezes na semana, no próprio ambiente de trabalho, com exercícios de alongamento e fortalecimento de músculos exigidos na atividade laboral.

- Massagens anti-estresse: massagem expressa corporal, em torno de 15 minutos, privilegiando o relaxamento, para o combate ao estresse.
 - Acupuntura: busca pela recuperação do organismo como um todo pela indução de processos regenerativos, normalização das funções alteradas, reforço do sistema imunológico e controle da dor.
 - Estudo e Orientação Ergonômica: estudo da posição corporal nos postos de trabalho, visando a redução de dores físicas e elegendo a melhor postura física para o desempenho da função.
 - Orientação para educação corporal e educação alimentar: palestras e informativos sobre a saúde e nutrição, buscando o controle do peso corporal, o combate ao sedentarismo e a manutenção de hábitos saudáveis para corpo e mente.
 - Aferição da pressão arterial: verificação mensal da pressão arterial e do peso dos colaboradores, visando identificar prováveis doenças e, se for o caso, encaminhar para a medicina especializada.
- ✓ PPRA (Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional): visam identificar e tratar os perigos e riscos relacionados à saúde e segurança do trabalhador quais nos apontam os riscos existentes e que devem ser tratados ao longo do ano. As dependências da empresa são vistoriadas e são observadas as condições físicas do local de trabalho, que podem causar prejuízos à saúde do trabalhador, para se façam as intervenções necessárias.

A eficiência das atividades é medida por indicadores, os quais são obtidos por meio de dados levantados em questionários respondidos pelos colaboradores. Os indicadores são os seguintes:

- **Índice de Massa Corporal Normal (IMCN):** é a medida do percentual de colaboradores que está dentro dos parâmetros ideais de peso para sua estatura, avaliada a partir do IMC (índice de massa corporal) de cada colaborador individualmente;
- **Índice de Dor (ID):** é a medida do percentual de colaboradores com manifestação de dor severa na coluna cervical/lombar, nas articulações de membros superiores (ombro, cotovelo, punho e dedos) e nas articulações de membros inferiores (quadril, joelho e tornozelo);
- **Índice de Atividade Física Regular (IAFR):** é a medida do percentual de colaboradores que praticam atividade física regular, pelo menos 3 vezes por semana;
- **Índice do Nível de Estresse (INE):** é a medida percentual do nível de estresse em que se encontram os colaboradores medidas por meio de um teste.

Segue abaixo a série histórica de cada indicador:

Gráfico 3 - Índice de Atividade Física Regular – IAFR

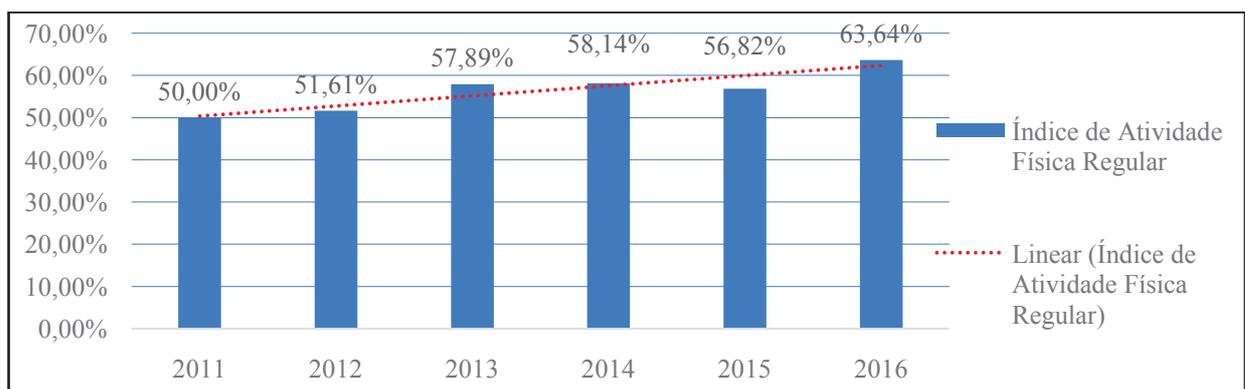


Gráfico 4 - Índice de Massa Corporal Normal - IMCN

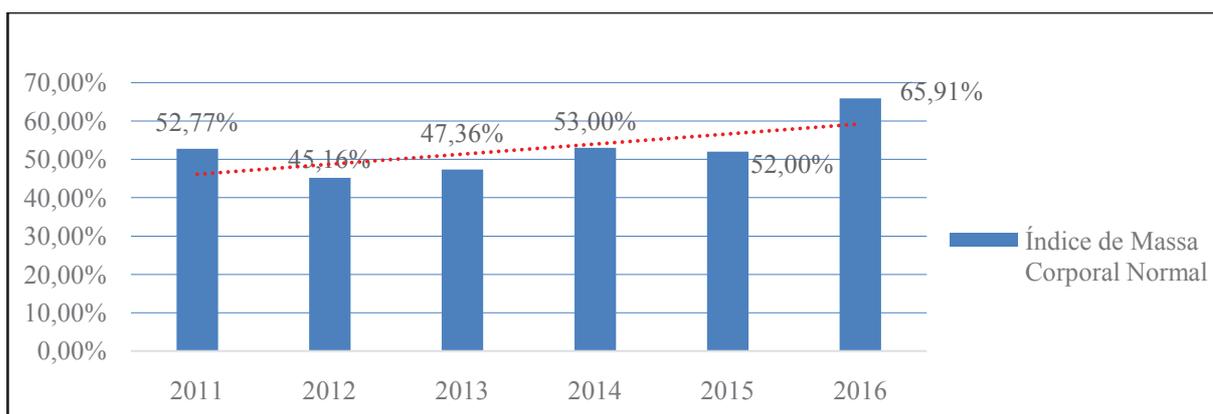


Gráfico 5 – Índice do Nível de Estresse- INE

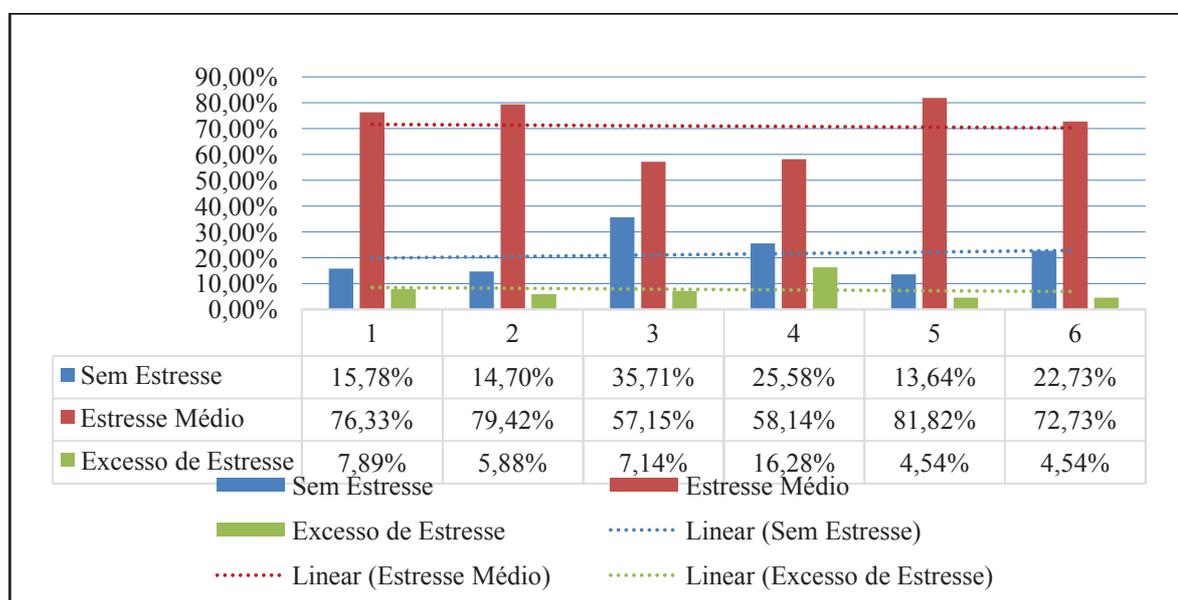
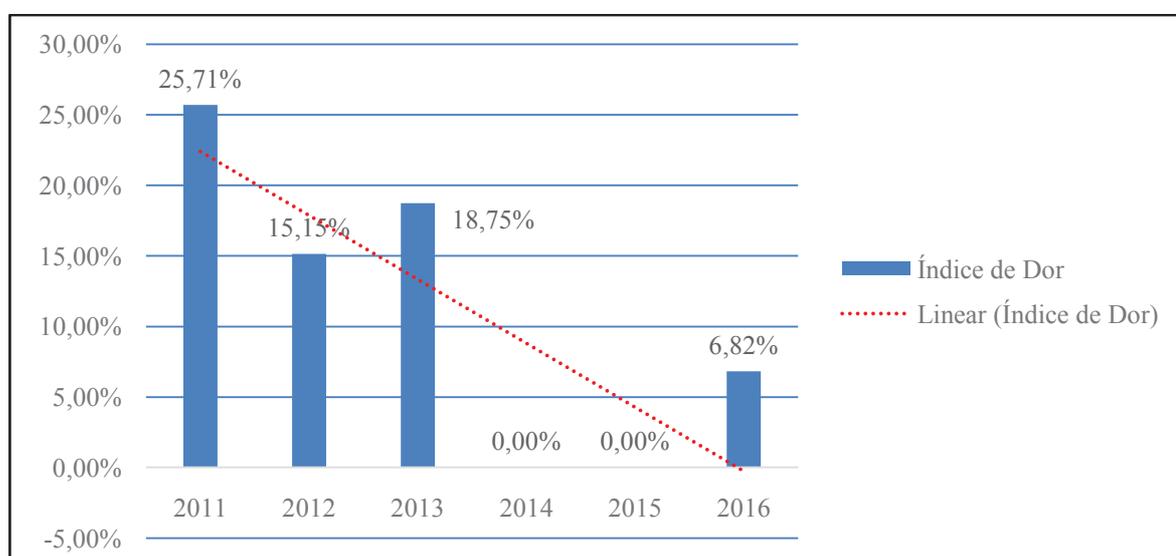


Gráfico 6 – Índice do DOR – ID



Observando os resultados medidos na série histórica, nota-se que todos os índices melhoraram (ID, IMCN, IAFR, INE), isto indica que o trabalho realizado foi importante para a qualidade de vida dos colaboradores do SEBRAE/PI, e conseqüentemente a produtividade no trabalho.

7.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

7.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A demonstração das informações apresentadas são relacionadas ao imobiliário próprio do SEBRAE/PI e não compõem a estrutura do Patrimônio Imobiliário da União.

Tabela 36 – Imobiliário Próprio

Endereço	Ano Aquisição	Destinação	Custo de aquisição	Valor de Mercado R\$ 1,00
Av. Campos Sales, 1046-centro, Teresina/PI	1994	Edificação sede própria	413.532	39.064.668
Rua Rui Barbosa, 762-centro, Teresina/PI	1995	Edificação Centro de Treinamento (*)	82.514	7.130.170
Rua Almirante Gervásio Sampaio, 767-centro, Parnaíba/PI	1996	Edificação Unidade Regional de Parnaíba	200.000	1.100.000
Rua Marcos Parente, 429-centro, Picos/PI	2008	Edificação Unidade Regional de Picos	434.529	880.000
Rua Simplício Mendes, 771-centro, Teresina/PI	2012	Estacionamento	500.000	597.550

Fonte: Unidade de Gestão Administrativa

(*) A construção do centro de treinamento foi iniciada no exercício de 2014 e sua conclusão ocorreu no mês de janeiro de 2017, conforme contrato nº 01/2014 e aditivo nº 022/2015 firmado com a ABM Engenharia, Construções e Incorporações Ltda.

A manutenção das instalações físicas, elétricas, hidráulicas, sanitárias e de aparelhos de ar condicionados é feita com programação prévia e a mão de obra é contratada através de procedimento licitatório, com objetivo de realizar a manutenção preventiva, detectar possíveis falhas, defeitos, etc., sempre no sentido de minimizar e/ou evitar custos desnecessários. Em 2016, o valor gasto com manutenção do Patrimônio Imobiliário foi da ordem de R\$ 948.243,00 (novecentos e quarenta e oito mil, duzentos e quarenta e três reais).

A norma interna que tratará do Controle e Gestão do Patrimônio Imobiliário está em processo de elaboração, com previsão de conclusão no decorrer do exercício de 2017.

7.2.2 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

O SEBRAE/PI, cumprindo o seu objetivo de ampliar e interiorizar cada vez mais as ações, a disseminação das informações e a qualidade do atendimento às Micro e Pequenas Empresas e aos MEI's – Microempreendedores Individuais necessitou realizar a locação de imóveis para viabilizar a instalação e funcionamento das Unidades Regionais de Florianópolis, da Central de Atendimento Empresarial – CENTRAL FÁCIL em Teresina/PI e da Unidade Regional de Bom Jesus em 2016, como também locações para funcionamento de estacionamento e arquivo de documentos na SEDE, além de lojas para exposição de produtos artesanais em Parnaíba.

Tabela 37 - Patrimônio Imobiliário Locado de Terceiros

Contrato Nº	Endereço	Destinação	Valor Anual da Locação	Unidade
010/13	Av. Eurípedes de Aguiar, 419-centro, Floriano/PI	Unidade Regional de Floriano	26.361,00	Floriano
040/13	Av. Eurípedes de Aguiar, 417-centro, Floriano/PI	Auditório da Unidade Reg. Floriano	20.280,00	Floriano
3388/03	Rua Tersandro Paz, 2635 - Piçarra, Teresina/PI	Depósito SEBRAE	94.515,00	Teresina-Sede
004/11	Rua Rui Barbosa, 805-centro, Teresina/PI	Central Fácil de Atendimento	44.613,00	Teresina-Sede
025/11	Rua Rui Barbosa com av. Campos Sales - centro, Teresina/PI	Estacionamento	51.205,00	Teresina-Sede
035/14	Av. Campos Sales, 1041/42 - centro, Teresina/PI	Estacionamento	64.532,00	Teresina-Sede
02199/02	Av. Campos Sales, 857 - centro, Teresina/PI	Arquivo	2.188,00	Teresina-Sede
08458/01	Rua Rui Barbosa, 826 sala 01-centro, Teresina/PI	Arquivo	656,00	Teresina-Sede
L0872-1244/2011-1	Av. Senador Joaquim Pires, 1043-centro, Luiz Correia/PI	02(duas) lojas no shopping amarração	28.335,00	Parnaíba
044/15	Rua Maria Nogueira Diógenes s/n – Aeroporto	Unidade Regional de BOM JESUS	77.000,00	Bom Jesus

Fonte: Unidade de Gestão Administrativa

As despesas com reformas, transformações, manutenções com imóveis locados são contabilizadas como “Despesas Correntes” e assumidas pelo Locatário, sem nenhuma dedução do valor da locação, em conformidade com previsão contratual.

O custo total anual com locações de imóveis de terceiros, no exercício de 2016, foi da ordem de R\$ 409.685,00 (Quatrocentos e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais).

Com objetivo de disciplinar as contratações das locações mencionadas foi implantada a Instrução Normativa nº 003/14-DIREX de 16.04.2014, com objetivo de estabelecer diretrizes para a contratação e/ou renovação de serviços de locações de imóveis de terceiros.

7.3 Gestão da Tecnologia da Informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI PDTI, apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do SEBRAE/PI 2013/2016 foi construído com a finalidade de atualizar e reestruturar as soluções de TI através de projetos prioritários para o processo de negócio do SEBRAE/PI, identificando os níveis de prioridade, complexidade e investimento.

As principais premissas das soluções identificadas no PDTI são as seguintes:

- Atendimento às atuais e futuras demandas do negócio do SEBRAE/PI.
- Escalabilidade: suportar o crescimento do negócio.

- Continuidade: Requisitos de hardware e software com base em avaliações e tendências de mercado.
- Redundância: Elementos críticos devem estar em redundância.
- Especificação técnica detalhada.
- Garantia e Suporte.
- Compatibilidade com especificações abertas do mercado, além do legado atual do SEBRAE/PI.

As principais soluções identificadas no PDTI são as seguintes: Implementação de Rede MPLS/WAN, Aceleração e Performance WAN, Reestruturação de Datacenter, Distribuição de Acesso LAN, EndPoint Security, Solução de proteção de perímetro – Firewall, Balanceamento de Link, Filtro de Conteúdo Web, Rede Wireless, Comunicação Unificada, Storage e Backup, Sistemas de Informação e Outsourcing.

O SEBRAE/PI ainda não possui Comitê Gestor de TI.

Quadro 17 - Principais Sistemas de Informação Existentes

Sistema	Descrição	Funcionalidades	Resp. Técnico	Resp. Negócio	Criticidade
Siacweb	Sistema Integrado de Atendimento	Permite o controle de todos os registros de atendimento ao cliente, participação e promoção de feiras e eventos, capacitações.	Mauro Portela	Carla Nobre	Alta
TOTVs RM	Sistema de Gestão administrativa	Sistema ERP que faz o controle de compras e vendas, almoxarifado, contábil, fiscal, patrimônio, recursos humanos, ponto eletrônico e gestão de pessoas	Juliana Lira	Diogo Chaves/Valéria Moraes/Marilda Moita/Pádua Evelim	Alta
GED SeSuite	Sistema de GED/Workflow	Sistema de Gestão de Documentos, Processos e Workflow.	Diana Moraes	Diana Moraes	Alta
SGE	Sistema de Gestão Estratégica	Sistema que permite a construção, planejamento, orçamento e monitoramento dos projetos.	SEBRAE Nacional	Carlos Jorge	Alta
SME	Sistema de Monitoramento Estratégico	Sistema de Acompanhamento de metas Nacionais	SEBRAE Nacional	Carlos Jorge	Média
Sense	Sistema de Análise de Negócio e Monitoramento de indicadores	Sistema de definição e monitoramento de metas do SEBRAE/PI.	Juliana Lira	Carlos Jorge/Marilda Moita	Média
Service Desk	Sistema de Atendimentos de TI.	Sistema de abertura de chamados, atendimento, encerramento e avaliação de atendimentos realizados pela TI.	Mauro Portela	Juliana Lira	Baixa

SGC	Sistema de Gestão de Credenciados	Permite realizar a seleção, contratação e avaliação de profissionais credenciados para prestar consultoria/instrutoria no SEBRAE.	SEBRAE Nacional	Valéria Moraes	Alta
-----	-----------------------------------	---	-----------------	----------------	------

Quadro 18 - Plano de Capacitação do Pessoal de TI – Capacitações Realizadas.

Data	Evento
10 a 11/05	Gartner Business Intelligence, Analytics & Information Management Summit.
11/07	NPS de Pesquisa de Satisfação de Clientes.
18 a 22/07	TBC - Totvs Business Connect / Formula Visual / Metadados RM
28/11	Oficina GRC – Governança, Gestão de Riscos e Compliance

A força de trabalho da Unidade de Tecnologia da Informação é composta conforme especificado abaixo:

Quadro 19 - Força de Trabalho

Descrição	Quantidade
Empregados – Carreira de TI	03
Empregados – Administração	01
Terceirizado	01
Estagiários	05

Os principais processos de gerenciamento de serviços de TI são os seguintes:

- Atendimento ao Usuário e administração de Software e Hardware – gestão de atendimentos de TI aos usuários internos através de sistema de Service Desk (de acordo com metodologia ITIL) e realização de inventário de ativos de TI.
- Sistemas Corporativos e Banco de Dados – Administração de todos os sistemas corporativos do SEBRAE/PI, em servidores locais, remotos, virtualizados ou físicos, e banco de dados MS SQL Server.
- Serviços de Rede e Telecomunicação – Administração de Redes e Telecom, links MPLS e ADSL, rede local, rede WAN, Rede Wireless, proteção de perímetro - firewall.
- Gestão de Segurança da Informação - Implantação da Política de Segurança da Informação através de regras de uso das soluções de TIC, assim como implantação de soluções de EndPoint Security (antivírus, antispam, filtro de conteúdo web, etc.)
- Gestão de TI - Novas Soluções/Auditoria/Gestão de Projetos – Planejamento e implantação de novas soluções e projetos de TI, sempre de acordo com o planejamento estratégico do SEBRAE/PI.
- Gestão de Mudanças de Tecnologia da Informação – Processo BPM implantado para gestão de mudanças.

Dentro do Planejamento Plurianual do SEBRAE/PI, durante o ano de 2016 foi desenvolvido o projeto de Gestão de Tecnologia da Informação que apresentou os seguintes marcos.

Resultados:

- Melhoria dos Controles de Governança de TI.
- Manutenção Evolutiva e corretiva dos Sistemas Corporativos.
- Implantação do Sistema de Service Desk.
- Administração e Evolução do Parque Tecnológico do SEBRAE/PI.

Alinhamento com o Planejamento: Alinhado ao Objetivo Estratégico local e do Sistema SEBRAE “R3 - Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do SEBRAE e o atendimento dos clientes”.

Soluções implantadas de acordo com o PDTI vigente.

- Valor Orçado: R\$ 1.264.200,00
- Valor Executado: R\$ 1.124.856,05
- Execução realizada de janeiro a dezembro/2016.

Com a intenção de mitigar dependência tecnológica de terceirizados, são adotadas as seguintes medidas:

- Toda a gestão de contratos e projetos é feita por empregados do SEBRAE/PI;
- Todas as soluções de TI adquiridas têm o repasse da tecnologia utilizada para técnicos que fazem parte do quadro de empregados do SEBRAE/PI.
- Em contrato para uso de licença de software existe cláusula informando de, em caso de falência de fornecedor, o código fonte deve ser transferido para o SEBRAE/PI.
- Cumprimento da Política de Segurança da Informação do SEBRAE/PI.

7.3.1 Principais Sistemas de Informações

Os sistemas de informações do SEBRAE/PI são homologados pela Unidade de Tecnologia da Informação e Processos e são implantados de forma a obter um ganho de produtividade nas ações, assim como auxiliar nas tomadas de decisões.

Alguns sistemas são implantados por iniciativa local e outros são utilizados de forma sistêmica no Sistema do SEBRAE.

Todos os sistemas em produção possuem uma gestão direta ou indireta pelo SEBRAE/PI e são implantados e administrados observando sempre o cumprimento de normas que garantam a integridade, segurança, confidencialidade e confiabilidade das informações.

Dessa forma, os sistemas são homologados e seu uso é definido e regulamentado na Política de Segurança da Informação do SEBRAE/PI.

Os sistemas já possuem interface com tecnologia web, facilitando assim sua mobilidade e formas de acesso, assim como os novos sistemas são implantados vislumbrando a integração entre os sistemas, e sempre buscando automatizar cada vez mais os fluxos de trabalho.

Os principais sistemas de informações do SEBRAE/PI são os seguintes:

- Siacweb/SAS - Sistema Integrado de Atendimento SEBRAE: Permite o controle de todos os registros de atendimento ao cliente, participação e promoção de feiras e eventos, capacitações;
- TOTVs RM - Sistema de Gestão administrativa: Sistema ERP que faz o controle de compras e vendas, almoxarifado, contábil, fiscal, patrimônio, recursos humanos, ponto eletrônico e gestão de pessoas;
- GED – SeSuite: Sistema de GED/Workflow Sistema de Gestão de Documentos, Processos e Workflow;
- SGE - Sistema de Gestão Estratégica: Sistema que permite a construção, planejamento, orçamento e monitoramento dos projetos;
- SME - Sistema de Monitoramento Estratégico: Sistema de Acompanhamento de metas Nacionais;
- Sense Sistema de Análise de Negócio e Monitoramento de indicadores Sistema de definição e monitoramento de metas do SEBRAE/PI;
- Service Desk (UTIP Atende) - Sistema de Atendimentos de TI: Sistema de abertura de chamados, atendimento, encerramento e avaliação de atendimentos realizados pela TI;
- SGC - Sistema de Gestão de Credenciados: Permite realizar a seleção, contratação e avaliação de profissionais credenciados para prestar consultoria/instrutoria no SEBRAE.

7.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do SEBRAE/PI 2013/2016 foi construído com a finalidade de atualizar e reestruturar as soluções de TI através de projetos prioritários para o processo de negócio do SEBRAE/PI, identificando os níveis de prioridade, complexidade e investimento. A sua elaboração foi realizada através do levantamento de informações por meio de entrevistas com colaboradores, apresentações, análise de documentação, análise do ambiente atual, discussões técnicas e de líderes, assim como a integração do PDTI com o Planejamento Plurianual do SEBRAE/PI.

A elaboração do PDTI é justificada através dos seguintes fatores:

- Identificar as necessidades de TIC do órgão, alinhada aos seus objetivos estratégicos;
- Focar esforços em ações nas quais os benefícios são maiores ou onde há necessidade;
- Aproveitar melhor os recursos disponíveis;
- Aumentar a inteligência organizacional por meio de aprendizado, revisão e análise contínua do planejamento.

As principais premissas das soluções identificadas no PDTI são as seguintes:

- Atendimento às atuais e futuras demandas do negócio do SEBRAE/PI;
- Escalabilidade: suportar o crescimento do negócio;
- Continuidade: Requisitos de hardware e software com base em avaliações e tendências de mercado;
- Redundância: Elementos críticos devem estar em redundância;
- Especificação técnica detalhada;
- Garantia e Suporte;
- Compatibilidade com especificações abertas do mercado, além do legado atual do SEBRAE/PI.

As principais soluções identificadas no PDTI são as seguintes: Implementação de Rede MPLS/WAN, Aceleração e Performance WAN, Reestruturação de Datacenter, Distribuição de

Acesso LAN, EndPoint Security, Solução de proteção de perímetro – Firewall, Balanceamento de Link, Filtro de Conteúdo Web, Rede Wireless, Comunicação Unificada, Storage e Backup, Sistemas de Informação e Outsourcing.

Dentre as soluções destacadas acima, no ano de 2016 foram mais fortemente trabalhadas as seguintes:

- Implementação de Rede MPLS/WAN – Em 2016 foram atualizados e modernizados todos os links de acesso aos Escritórios Regionais, com tecnologia mais avançada(MPLS) no sentido de melhorar a conexão dos equipamentos e serviços integrados entre a Sede e Escritórios Regionais, assim como garantir a segurança da comunicação estabelecida;
- Aceleração e Performance WAN – Implantação de solução para melhoria de performance da Rede WAN, otimizando os recursos existentes (links), gerando impacto positivo no desempenho da rede de dados, assim como redução de custos na expansão de novos links;
- Solução de proteção de perímetro – Firewall – Expansão da Implantação de nova solução de firewall, mais integrada (Sede e Escritórios Regionais), que permite um monitoramento e segurança maior na Rede de dados do SEBRAE/PI;
- Storage e Backup – Projeto para expansão de solução segura e expansível para armazenamento de dados;
- Sistemas de Informação – Implantação de solução de Bussiness Intelligence, melhoria do sistema de GED/Workflow e implantação de sistema de Service Desk;
- Mapeamento, otimização e automação dos processos administrativos considerados críticos no período;
- Implantação de plataforma de pesquisa de satisfação ao cliente do SEBRAE/PI através de mensagens SMS;
- Implantação de nova interface do Sistema de Atendimento SAS – Sistema de Atendimento SEBRAE.

Durante a execução do PDTI é trabalhada uma tabela de projetos, onde as soluções são identificadas levando em consideração suas respectivas prioridades, complexidade e valores de investimento.

É importante ressaltar que tem sido impactante a crise econômica do país ainda em 2016 e como consequência a alta do dólar, afetando todos os investimentos planejados para o período, visto que a grande maioria dos equipamentos de TI é cotada em dólar.

Mesmo assim, diante de cenários desafiadores e restritivos no ano de 2016, o PDTI do SEBRAE/PI teve com aprox. 90% dos projetos previstos executados e com as soluções implantadas, trazendo assim os resultados esperados conforme o planejado.

7.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

O SEBRAE/PI não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública e a partir de outubro de 2016 iniciou o Programa “Gestão Sustentável – Com a Prática vem a Excelência” com a proposta de implementar ações focadas 03 (três) eixos:

Integração:

- Definição aprovação da Política de Sustentabilidade;

- Estruturação do Plano de Comunicação (Interno e Externo);
- Estruturação do Manual da Sustentabilidade;
- Integração/sensibilização dos funcionários;
- Definição da Política de Acessibilidade.

Ambiental:

- Reciclagem;
- Combate ao desperdício;
- Plante essa idéia;
- Identificação dos impactos ambientais;
- Tratamento dos impactos ambientais.

Social:

- Voluntariado social;
- Política de doação;
- Identificação dos impactos sociais;
- Tratamento dos impactos sociais.

As ações realizadas em 2016 consistiram em:

- Lançamento do programa em novembro/16 e entrega de kits ecológicos com squeeze para todos os empregados, visando a substituição dos copos descartáveis utilizados no dia-a-dia;
- Realização de Diagnóstico para identificação dos desperdícios e controles necessários para a sua gestão (água, energia e matérias de consumo). A partir das informações coletadas serão propostas ações corretivas para controle e redução do desperdício;
- Arrecadação de livros através do Projeto Fome de Leitura doados para comunidades carentes do entorno do Parque Lagoas do Norte em Teresina.

Atualmente o recolhimento dos Resíduos gerados pelo SEBRAE - Sede e a Central de Atendimento Empresarial – CENTRAL FÁCIL é realizado da seguinte forma: são distribuídos “kits” nos diversos pontos estratégicos, identificados como pontos de maior fluxo de “clientes”, como é o caso de corredores, pátios, sem se falar noutros pontos fixos naturais como banheiros e salas de uso geral.

Os “kits” são depósitos, que dispostos individualmente sobre o piso ou agrupados colado na parede através de suporte, abrange a 05 (cinco) tipos de resíduos caracterizados como “papel, vidro, metal, plástico e orgânico”.

Os procedimentos para recolher estes resíduos, consiste na seguinte maneira: os colaboradores que fazem essa coleta, passam pelo menos 03 (três) vezes nos pontos dos depósitos, fazendo a coleta, observando suas características para seus devidos destinos e adequação de descartes. Os resíduos são doados para a ONG “MOVIMENTO EMAÚS TRAPEIROS DE TERESINA” – CNPJ Nº 027.718.366/0001-26, à Rua Jenipapo nº 2399, Loteamento Sol Nascente – Teresina/PI.

7.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Através da aplicação do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores, o SEBRAE/PI capacita os fornecedores de produtos e serviços como forma de garantir eficiência e produtividade, pontualidade nas entregas, menos desperdício e mais qualidade nas entregas e respeito aos critérios de sustentabilidade.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

8. Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2016, não houve ocorrências de determinações e/ou recomendações do TCU ao SEBRAE/PI. Adicionalmente informamos que não existem Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento.

A tratativa de eventuais deliberações junto ao TCU é feita pela Assessoria Jurídica do SEBRAE/PI com assessoramento da Unidade de Auditoria Interna.

8.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2016 foram atendidas todas as solicitações de informações do OCI, foi realizada também reunião de busca conjunta de soluções. O SEBRAE/PI recebeu o Relatório de Auditoria nº: 201601876.

O relatório apresentou em sua sessão de achados de auditorias 04 (quatro) Constatções que geraram um total de 07 (sete recomendações). Deste total 05 foram atendidas e 2 foram parcialmente atendidas. Abaixo os quadros com identificação das recomendações e status de atendimento.

Na estrutura organizacional do SEBRAE/PI a tratativa de recomendações exaradas dos Relatórios de Auditoria do OCI é feita pela Unidade de Auditoria Interna que dispõe de uma Gerente, auxiliado por um Analista Técnico para executar o acompanhamento do cumprimento dos planos de ação. Além desta disso a Assessoria Jurídica do SEBRAE/PI auxilia nas questões normativas pertinentes.

Quadro 20 – Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201601876	1.1.1.1. CONSTATAÇÃO	1 de 2
Descrição da Recomendação		
Adotar normativos referentes aos processos/rotinas de aquisições de bens e serviços de modo a se evitar falhas/irregularidades com fracionamento de despesas, bem como vícios em processos de dispensa de licitação, como montagens, conluio, direcionamento, erros e fraudes, de forma a melhorar o planejamento de licitações e instrução de contratações.		
Justificativa para o não atendimento		
N/A.		
Área Responsável pela Implementação		
Unidade de Auditoria Interna e Unidade de Gestão Administrativa		
Estágio do atendimento		
Foi concluída a elaboração, formalização e implantação do Manual de Aquisições do SEBRAE/PI .		

Quadro 20.1 – Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201601876	1.1.1.1. CONSTATAÇÃO	2 de 2
Descrição da Recomendação		
Apurar responsabilidade pela montagem das pesquisas de preços e favorecimento de fornecedores.		
Justificativa para o não atendimento		
N/A.		
Área Responsável pela Implementação		
Comissão de Apuração instituída pela Portaria nº 47/2016		
Estágio do atendimento		
Apuração concluída, relatório formalizado e ratificado pela Superintendência do SEBRAE/PI.		

Quadro 20.2 – Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201601876	1.2.1.1 CONSTATAÇÃO	1 de 2
Descrição da Recomendação		
Observar o princípio da segregação de funções nas atividades de gestão e de fiscalização de contratos nos processos licitatórios realizados pela Entidade.		
Justificativa para o não atendimento		
N/A		
Área Responsável pela Implementação		
Unidade de Auditoria Interna e Unidade de Gestão Administrativa		
Estágio do atendimento		
Atualmente as contratações observam a segregação de função. Com a implantação do Manual de Aquisições do SEBRAE/PI os processos passam por pontos de revisão tanto no Setor de Compras como na Assessoria Jurídica. Estes dois pontos de controle asseguram a revisão dos processos e evitam falha na segregação.		

Quadro 20.3 – Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201601876	1.2.1.1 CONSTATAÇÃO	2 de 2
Descrição da Recomendação		
Concluir, no prazo de 90 dias, a Instrução Normativa que definirá as responsabilidades de gestão e fiscalização de contratos da Entidade.		
Justificativa para o não atendimento		
O atendimento ainda não foi concluído por que a primeira versão do Normativo não foi aprovado pela Diretoria. Foram solicitadas alterações e revisões. Atualmente a segunda versão está sendo analisada pela Assessoria Jurídica. A previsão e de conclusão da formalização até o dia 30 de março de 2017.		
Área Responsável pela Implementação		
Unidade de Auditoria Interna		
Estágio do atendimento		
Parcialmente atendido. Normativo elaborado e em fase de aprovação.		

Quadro 20.4 – Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201601876	1.2.1.2 CONSTATAÇÃO	1 de 2
Descrição da Recomendação		
Evitar, em futuras licitações do SEBRAE/PI, a inclusão de cláusulas referentes a habilitações em editais de licitação que restringem ou frustrem o seu caráter competitivo. Se ao SEBRAE/PI for indispensável a exigência de cláusula em edital de licitação de forma a não incorrer em possíveis restrições à competitividade, em função das peculiaridades ou complexidade do objeto, recomenda-se apresentar as devidas motivações/justificativas.		
Justificativa para o não atendimento		
N/A		
Área Responsável pela Implementação		
Comissão Permanente de Licitações		
Estágio do atendimento		
Recomendação atendida com a implementação do Manual de Aquisições do SEBRAE/PI foram definidas de forma clara os critérios de formulação das cláusulas de exigências de habilitação nos editais de licitação.		

Quadro 20.5 – Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201601876	1.2.1.2 CONSTATAÇÃO	2 de 2
Descrição da Recomendação		
Nas futuras licitações em que for exigido atestado de capacidade técnico-operacional registrado em conselho de classe, demonstrar que tal exigência é indispensável à garantia do cumprimento dos serviços a ser contratados, em respeito ao princípio da razoabilidade, previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.		
Justificativa para o não atendimento		
N/A		
Área Responsável pela Implementação		
Comissão Permanente de Licitação		
Estágio do atendimento		
Recomendação atendida com a implementação do Manual de Aquisições do SEBRAE/PI foram definidas de forma clara os critérios de formulação das cláusulas de exigências de habilitação nos editais de licitação.		

Quadro 20.6 – Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201601876	4.1.1.1 CONSTATAÇÃO	1 de 1
Descrição da Recomendação		
Implementar, no prazo de 90 dias, controles internos (tais como: manuais, normas e controles informatizados) capazes de conciliar as informações da concessão e prestação de contas de diárias de forma a evitar inconformidades e prevenir possíveis prejuízos.		
Justificativa para o não atendimento		
A Unidade de Gestão Financeira concluiu a elaboração da Minuta do Normativo está aguardando análise e aprovação final da Diretoria do SEBRAE/PI. A previsão para conclusão do normativo e sua implementação é até 31/03/2017		
Área Responsável pela Implementação		
Gerente da Unidade de Gestão Financeira		
Estágio do atendimento		
Plano de ação em andamento, a minuta do normativo que disciplina o processo de concessão e controle de Diárias está em tramitação para aprovação e implementação.		

8.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

No exercício de 2016 não foram identificadas situações que demandassem adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário ou situações que viessem a demandar a instauração de tomada de contas especial.

O SEBRAE/PI possui na Unidade de Auditoria Interna equipe composta por um Gerente e um analista, dotados de recursos suficientes para tratar tais questões. A Unidade possui o auxílio da Assessoria Jurídica do SEBRAE/PI, para eventuais ocorrências. A Assessoria Jurídica conta com 02 Advogados em seus quadros.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O SEBRAE/PI, por sua natureza de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos e desvinculado da entidade da administração pública, não se sujeita à Lei 8.666/1993,

possuindo regulamento próprio de licitações e contratos. Portanto, o referido item não se aplica ao Relatório de Gestão do SEBRAE/PI.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

9. Anexos e Apêndices

9 ANEXOS

- Aprovação Relatório Gestão CDE
- Parecer Conselho Fiscal
- Justificativa sobre Parecer da Auditoria Interna
- Parecer Auditoria Independente
- Balanço Patrimonial
- Demonstrações Financeiras

RESOLUÇÃO CDE nº 002/2017

“Aprova Relatório de Gestão contendo a Prestação de Contas relativa ao Exercício de 2016”.

O Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 21, inciso I, combinado com o art. 13, inciso XI, do Estatuto Social em vigor e,

CONSIDERANDO o Parecer do Conselho Fiscal datado de 17 de fevereiro de 2017, que recomenda a aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2016 por parte dos Senhores Membros do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI,

CONSIDERANDO que a matéria foi discutida, votada e aprovada pela unanimidade dos Senhores Conselheiros presentes à 154ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI, realizada nesta data,

RESOLVE:

- I) Aprovar a Prestação de Contas relativa ao exercício de 2016, constante das seguintes peças: Relatório de Gestão Anual; Balanço Patrimonial; Demonstrativo das Origens e Aplicações de Recursos; Demonstrativo de Resultados do Exercício; Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido; Balanço Patrimonial Comparado; Balanço Financeiro; Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras; Parecer da Auditoria Independente e Parecer do Conselho Fiscal.

Registre-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Teresina, 06 de março de 2017

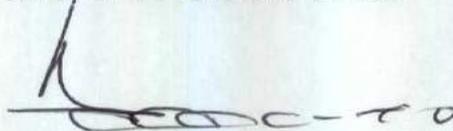


CARLOS AUGUSTO MELO CARNEIRO DA CUNHA
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal do SEBRAE/PI – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí, fundamentados no Relatório da empresa de Auditoria KPMG Auditores Independentes, datado de 03 de fevereiro de 2017, procederam ao exame e verificação dos Balanços Patrimoniais, Demonstrativo de Resultado do Exercício, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração do Fluxo de Caixa, Livros e demais Documentos de Contabilidade, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, constando tudo em perfeita ordem, razão pela qual recomendam a sua aprovação por parte dos Senhores Membros do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI.

Teresina, 17 de fevereiro de 2017



FRANCISCO DE SOUSA NETO
Presidente



PEDRO DE OLIVEIRA BARBOSA
Membro Efetivo



PAULO SÉRGIO MUNIZ NERY
Membro Titular



Justificativa - Parecer da Unidade de Auditoria Interna

Após análise da Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União nº 154 de 19 de outubro de 2016 – DN nº 154/2016 que dispõe acerca cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2016, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 verificamos que a exigência prevista em um dos itens desta DN nº 154/2016 não se aplica ao Sebrae.

A exigência de apresentação de **Parecer da Unidade de Auditoria Interna constante no item I do art. 8º da DN nº 154/2016**, não pode ser exigida deste Serviço Social Autônomo tendo em vista à luz do próprio comando, a exigência refere-se a “Relatórios e Pareceres de Instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão”, o que não é o caso desta Unidade de Auditoria.

Esse fato foi corroborado pelo Tribunal de Contas da União, cuja decisão proferida mediante acórdão 8512/2013 – 1º Câmara, que julgou as contas do Sebrae Nacional do exercício de 2007, retirou a exigência de apresentação do referido parecer pela Unidade de Auditoria do Sebrae.

Teresina, 08 de maio de 2017.

JOSÉ FERNANDES ALMEIDA NETO
Gerente da Unidade de Auditoria Interna do Sebrae/PI



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e aos conselheiros do
SEBRAE/PI - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí
Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do SEBRAE/PI - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí ("SEBRAE/PI" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SEBRAE/PI - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 3 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adriana'.

Adriana Rodrigues Pereira da Silva
Contadora CRC PE-017400/O-8

SEBRAE/PI - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015	Passivo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.973	5.361	Benefícios a empregados de curto prazo	10	406	377
Aplicações financeiras	5	6.982	5.344	Obrigações tributárias	11	539	760
Valores a receber	6	159	129	Contas a pagar a fornecedores e outras	12	748	457
Adiantamentos concedidos		282	229	Obrigações sobre a folha de pagamento	13	1.790	1.505
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	2.374	798	Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	4.052	3.925
Outros créditos	7	719	1.310				
Total do ativo circulante		12.489	13.171	Total do passivo circulante		7.535	7.024
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais	14	12.574	8.787	Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	14	12.522	9.010
Imobilizado	9	16.746	13.240	Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	3.178	2.855
Total do ativo não circulante		29.320	22.027	Total do passivo não circulante		15.700	11.865
				Total do passivo		23.235	18.889
				Patrimônio líquido	15		
				Superávits acumulados		14.374	12.008
				Ajustes de avaliação patrimonial		4.200	4.301
				Total do patrimônio líquido		18.574	16.309
Total do ativo		41.809	35.198	Total do passivo e do patrimônio líquido		41.809	35.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Mário José Lacerda de Melo
 Diretor Superintendente
 SEBRAE-PI


Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
 Diretor Administrativo-Financeiro


Delano Rodrigues Rocha
 Diretor Técnico
 SEBRAE-PI


José de Paiva Vieira Filho
 Contador
 CRC-PI 005367/0-1

SEBRAE/PI - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas			
Receitas com contribuição social (CSO)	16	38.635	40.740
Receitas com contribuição social do Sebrae Nacional (CSN)	16	9.162	16.554
Receitas de empresas beneficiadas	17	1.389	1.883
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros		104	-
Outras receitas operacionais	18	375	1.819
Total das receitas		<u>49.665</u>	<u>60.996</u>
Despesas			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	19	(19.897)	(20.338)
Despesas com serviços profissionais e contratados	20	(18.968)	(27.994)
Custos e despesas de operacionalização	21	(8.210)	(12.629)
Encargos diversos		(518)	(585)
Despesas com programas e convênios		(1.020)	(398)
Despesas com provisões		(18)	(59)
Despesas com depreciação e amortização		(810)	(734)
Total de despesas		<u>(49.441)</u>	<u>(62.737)</u>
Superávit antes do resultado financeiro líquido		<u>224</u>	<u>(1.741)</u>
Receitas financeiras		3.200	2.996
Despesas financeiras		<u>(1.159)</u>	<u>(815)</u>
Resultado financeiro líquido	22	<u>2.041</u>	<u>2.181</u>
Superávit/déficit do exercício		<u><u>2.265</u></u>	<u><u>440</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Márcio José Lacerda de Melo
 Diretor Superintendente
 SEBRAE-PI


Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
 Diretor Administrativo-Financeiro


Delano Rodrigues Rocha
 Diretor Técnico
 SEBRAE-PI


José de Paiva Vieira Filho
 Contador
 CRC-PI 003367/0-1

SEBRAE/PI - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Superávit do exercício	<u>2.265</u>	<u>440</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>2.265</u>	<u>440</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Mário José Lacerda de Melo
 Diretor Superintendente
 SEBRAE-PI


 Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
 Diretor Administrativo-Financeiro

8


Delano Rodrigues Rocha
 Diretor Técnico
 SEBRAE-PI


José de Paiva Vieira Filho
 Contador
 CRC-PI 005367/0-1

SEBRAE/PI - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí

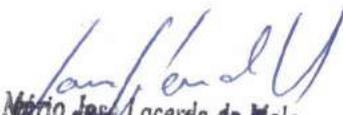
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Ajustes de avaliações patrimoniais	Total Patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2015	11.467	4.402	15.869
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	101	(101)	-
Superávit do exercício	440	-	440
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.008	4.301	16.309
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	101	(101)	-
Superávit do exercício	2.265	-	2.265
Saldo em 31 de dezembro de 2016	14.374	4.200	18.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Mário José Lacerda de Melo
 Diretor Superintendente
 SEBRAE-PI

9


Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
 Diretor Administrativo-Financeiro


Delano Rodrigues Rocha
 Diretor Técnico
 SEBRAE-PI


José de Paiva Vieira Filho
 Contador
 CRC-PI 005367/O-1

SEBRAE/PI - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	2.265	440
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	809	734
Provisão para perdas com clientes	1	-
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	3.512	3.085
Rendimentos de aplicações financeiras não realizadas	(1.420)	(2.173)
	<u>5.167</u>	<u>2.086</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Valores a receber	(31)	24
Numerários vinculados a convênios e programas		261
Adiantamentos concedidos	(53)	(13)
Créditos com o Sistema SEBRAE	(1.576)	(695)
Outros créditos circulantes	591	(1.307)
Depósitos judiciais	(3.787)	(3.251)
Subtotal	<u>(4.856)</u>	<u>(4.981)</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Benefícios a empregados	29	229
Obrigações tributárias	(221)	
Obrigações com convênios e contratos	-	(261)
Contas a pagar a fornecedores e outras	291	357
Obrigações sobre a folha de pagamento	285	71
Obrigações com o Sistema SEBRAE	450	2.248
Subtotal	<u>834</u>	<u>2.644</u>
Caixa utilizado pelas atividades operacionais	<u>1.145</u>	<u>(251)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado	(4.315)	(3.785)
(Aplicações) resgates financeiros	(218)	283
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(4.533)</u>	<u>(3.502)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações obrigações com o Sistema SEBRAE	-	3.017
Amortizações de obrigações com o Sistema SEBRAE	-	(254)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>2.763</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.388)</u>	<u>(990)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.361	6.351
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.973</u>	<u>5.361</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Mário José Lacerda de Melo
 Diretor Superintendente
 SEBRAE-PI


Dejanio Rodrigues Rocha
 Diretor Técnico
 SEBRAE-PI


Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
 Diretor Administrativo-Financeiro


José de Paiva Vieira Filho
 Contador
 CRC-PI 005367/O-1

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O SEBRAE/PI - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí (“SEBRAE/PI” ou “Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos de economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e do fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, da tecnologia e do meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A sede da Entidade está localizada na Av. Campos Sales, nº 1046/Centro 64000-300 - Teresina/PI.

O âmbito de atuação do SEBRAE/PI constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/PI recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional, que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para manutenção de suas atividades e seus projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades, poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Associação Comercial Piauiense
- Associação Industrial do Piauí - AIP
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- Banco do Brasil S.A.
- Caixa Econômica Federal
- Federação do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Piauí - FECOMÉRCIO/PI
- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Piauí - FCDL
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí
- Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI
- Instituto Euvaldo Lodi - IEL/PI

- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PI
- Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR
- Universidade Federal do Piauí - UFPI.

Isenções tributárias

- O SEBRAE/PI é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15, § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).
- Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, § 2º e art. 15, § 2º).
- Em relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.
- A Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa (IN) nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria como as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
- Além do parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª instância de que o art. 47 da referida IN é ilegal e, portanto, não restringe a isenção da COFINS de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.
- Mesmo que a decisão judicial despachada, conforme citado, venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta Administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade, considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados pelo custo atribuído na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Nota Explicativa nº 9), instrumentos financeiros classificados como ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade (Nota Explicativa nº 23).

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Sebrae/PI conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamentos nos próximos exercícios pelo fato de ter suas receitas de CSO/CSN já aprovadas pelo CDN para os exercícios de 2017/2018.

O SEBRAE/PI apresentou um superávit de R\$ 2.265 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 4.954.

Além disso, com a mudança na forma de liberação da CSO pelo SEBRAE Nacional, em que os recursos passaram a ser enviados para o SEBRAE/UF independentemente do grau de execução, os ganhos de eficiência na aplicação serão revertidos para o Patrimônio do SEBRAE/UF como já aconteceu em 2016, quando o PL cresceu 13,88 %.

A Administração reconhece que existe uma incerteza no ambiente econômico externo que pode afetar a captação de receitas próprias obtidas dos clientes e dos Governos Estaduais, mas que não chega a afetar a capacidade operacional do SEBRAE, já que as Receitas Próprias não chegam a 10% das receitas totais. Qualquer redução pode ser complementada pelo ganho de eficiência nas despesas sustentadas pela CSO e até pela utilização de parcela financeira do Patrimônio como já previsto e destacado no orçamento aprovado.

///

A Diretoria Executiva/Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 3 de fevereiro de 2017.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) a provisão para a redução ao valor recuperável do contas a receber (Nota Explicativa nº 6); ii) a revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9); iii) as provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 14); e iv) os ativos, os passivos e as premissas de aposentadoria e os demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 23).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a. *Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego*

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

b. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e suas premissas em bases mensais. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 14).



c. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais que variam entre 1,67% a 50%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 9).

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e das despesas

As receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária (CSO) são relacionadas às transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebidas no mês de sua competência (Nota Explicativa nº 16). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) originadas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - Contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que, por sua vez, repassa os recursos às unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição Social Nacional (CSN) são relacionadas à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriadas a partir da execução dos projetos. (Nota Explicativa nº 16).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem.

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 17).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo

Os custos da transação dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado, conforme incorridos, mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem as rubricas contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem esse grupo contábil. (Nota Explicativa nº 4).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 12).

(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu

valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 9).

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e o comparativo foram apresentadas na Nota Explicativa nº 9.

e. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. (Nota Explicativa nº 9).



f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, sendo provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passe a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e por seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 14).

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 10).

Benefícios pós-emprego

O SEBRAE/PI é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas, exceto pelo risco vinculado à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/PI reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/PI contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 23).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Contas bancárias	84	250
Aplicações financeiras (i)	<u>1.889</u>	<u>5.111</u>
Total	<u>1.973</u>	<u>5.361</u>

- (i) São aplicações financeiras, com disponibilidades imediatas, que atendem aos requisitos de caixa e equivalentes de caixa, cuja posição, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, está demonstrada a seguir:

*SEBRAE/PI - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Piauí
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016*

Banco	Modalidade do fundo	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil	BB Milênio 10	1.889	5.111
Total		1.889	5.111

As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

A taxa de rentabilidade do Banco do Brasil do ano de 2016 foi de 14,3783% (no ano de 2015 foi de 13,1647%).

Bancos	Total de cotas do fundo em 31/12/2016	Cotas SEBRAE/PI	Representatividade SEBRAE/PI no FI (%)	Valor unit. da cota 31/12/2016	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 31/12/2016
Banco do Brasil	241.288.398	238.699	0,09%	7,92	Não	Renda fixa	1.889

5 Aplicações financeiras

Banco	Modalidade do fundo	31/12/2016	31/12/2015
Caixa Econômica Federal	FIF Caixa	6.982	5.344
Total		6.982	5.344

As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

A taxa de rentabilidade da Caixa Econômica Federal no ano de 2016 foi de 14,4593% (no ano de 2015 foi de 12,5159%).

Bancos	Total de cotas do fundo em 31/12/2016	Cotas SEBRAE/PI	Representatividade SEBRAE/PI no FI (%)	Valor unit. da cota 31/12/2016	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 31/12/2016
Caixa Econômica Federal	179.241.088	893.809	0,49	7,82	Não	Renda fixa	6.982

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

6 Valores a receber

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Créditos a receber (i)	-	2
Cheques e cartão (ii)	159	128
(-) Provisão para crédito de liquidação (iii)	-	(1)
Total	159	129

- (i) Créditos a receber referente a operações de venda de produtos, cursos e consultorias.
- (ii) Refêrem-se a cheques e cartões com possibilidades de recebimentos com processos iniciados.
- (iii) Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro a partir de 180 dias de atraso da data de vencimento.

Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	1	111
Constituição	1	63
Baixas	<u>(2)</u>	<u>(173)</u>
Saldo final	<u>-</u>	<u>1</u>

7 Outros créditos a receber

O grupo é formado por créditos diversos relativo à contribuição social a receber do exercício anterior e outros, conforme apresentado a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Créditos de INSS (i)	719	1.284
Outros créditos	<u>-</u>	<u>26</u>
Total	<u>719</u>	<u>1.310</u>

- (i) Valor referente à causa judicial, transitada em julgado, em favor do SEBRAE/PI, na Receita Federal, relativa às contribuições previdenciárias feitas com base no art. 22 da Lei nº 8212/91, referente ao recolhimento de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou da fatura de prestação de serviços próprios, relativos a serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho. A apelação cível nº 2009.40.00.001357-9/PI de numeração 0001333-35.2009.4.01.4000 e nº 2008.40.00.003811-3 foi aceita e transitada em julgado, dando direito ao SEBRAE/PI de utilizar esse crédito por meio de compensação diretamente na GFIP para competências vincendas.

8 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE
- Pessoal-chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas a seguir:

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recursos CSO a receber (i)	2.109	4
Recursos de CSN a receber (ii)	<u>265</u>	<u>794</u>
Total	<u>2.374</u>	<u>798</u>

- (i) Nesta rubrica, são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA relativos aos recursos de "Contribuições Sociais Ordinárias - CSO". O saldo remanescente de CSO registrado em dezembro de 2016 foi recebido no início do exercício de 2017 conforme a IN nº 37/19 do SEBRAE Nacional. Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2014 a 2017 e do orçamento de 2016 do Sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

- (ii) Créditos de CSN a receber mediante comprovação dos gastos com projetos vinculados.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CSN a devolver (i)	3.014	-	3.014	3.163	-	3.163
Outros débitos (ii)	130	-	130	156	130	286
Empréstimos captados (iii)	908	3.178	4.086	606	2.725	3.331
Total	4.052	3.178	7.230	3.925	2.855	6.780

- (i) Nesta rubrica, são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA relativas aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN nº 37-19, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2015, os acertos contábeis no SEBRAE/PI e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e a obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

Em 6 de julho de 2016, o SEBRAE Nacional emitiu nova redação para a IN 37, normativo que trata sobre os critérios e procedimentos da execução orçamentária e financeira no âmbito do Sistema SEBRAE. As alterações estão suportadas pela Nota Técnica UGOC nº 09/2016, de 6 de junho de 2016, aprovada pela Diretoria do SEBRAE Nacional, e que produziu, resumidamente, as seguintes alterações:

1. Eliminação da regra de transferência de recursos CSO aos SEBRAEs estaduais com base na capacidade de execução de gastos (90%) e mediante valores previamente orçados, passando a ser com base nos valores efetivamente arrecadados e transferidos pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional. Essa nova sistemática de repasse passou a valer da data de aprovação da IN 37 em julho de 2016, porém, com referência desde a data-base de janeiro de 2016. Consequentemente, também, passou a ser eliminada, a partir do exercício de 2016, a figura de CSO - Saldo (eventual diferença positiva entre os valores arrecadados e não repassados pelo SEBRAE Nacional aos SEBRAEs regionais, cujos repasses eram condicionados a eventos futuros).
 2. Configuração da obrigação corrente, a partir da vigência da IN 37 alterada em julho de 2016, do SEBRAE Nacional perante aos SEBRAEs regionais de repasse de quaisquer recursos de CSO - Saldo ainda não repassados e derivados de exercícios anteriores.
- (ii) Valores referem-se à aquisição de licenças de uso de *softwares*, as quais foram pagas pelo SEBRAE Nacional e repassadas para cada unidade com seu respectivo valor por meio do Contrato nº 538/14 e da Resolução DIREX nº 1931/2014, a ser pago em 24 parcelas, sem correção e com previsão de término em outubro/2017.
- (iii) Nesta rubrica, são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA relativas aos recursos de empréstimos recebidos mediante antecipação de receitas, com vistas à ampliação da sede e à aquisição de imóvel contíguo à sede localizada à Av. Campos Sales, nº 1.046, Centro, conforme decisão do CDN nº 261/2011 e da Resolução DIREX nº 2.016/11 do SEBRAE Nacional. O SEBRAE/PI pagará em 86 (oitenta e seis) parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com previsão de término em junho de 2021.

Detalhamento dos empréstimos

Fonte	Contrato	Data da assinatura	Juros	Último vencimento
SEBRAE Nacional	086/2014	01/04/2014	100% TJLP a.m.	Jun/2021

*SEBRAE/PI - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Piauí
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016*

Cronograma de pagamento	31/12/2016	31/12/2015
2016	-	606
2017	939	617
2018	939	617
2019	939	617
2020	939	617
2021	330	257
	<u>4.086</u>	<u>3.331</u>

c. Transações de resultado - Receitas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição Social Ordinária (CSO)	38.635	40.740
Contribuição Social Nacional (CSN)	9.162	16.554
Total	<u>47.797</u>	<u>57.294</u>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contempla os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII, do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e o art. 6º do Estatuto Social do SEBRAE/PI, é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva. Demonstramos a seguir os valores acumulados de remuneração do pessoal-chave da Administração:

Descrição	2016	2015
Remuneração	1.300	1.315
Benefícios	158	139
Total	<u>1.458</u>	<u>1.454</u>

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar - SEBRAEPREV estão descritos na Nota Explicativa nº 23.

9 Imobilizado

A seguir, a composição do ativo imobilizado para 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Custo contábil					
Terreno	-	1.343	-	-	1.343
Edificações	1,67 a 2,2%	8.400	-	-	8.400
Obras em andamento	-	4.274	3.985	-	8.260
Móveis e utensílios	10 e 20%	1.600	37	-	1.637
Veículos e acessórios	11 a 27,5%	824	-	-	824
Máquinas/equipamentos	5 e 10%	1.136	83	-	1.219
Equipamentos de informática	6,6 a 50%	2.276	210	-	2.486
Instalações	10%	17	-	-	17
Total do custo		19.871	4.315		24.186
Total da depreciação acumulada		(6.605)	(809)		(7.414)
Provisão p/perdas-veículos		(26)			(26)
Total líquido					
		13.240	3.506		16.746
Saldo em 31/12/2014					Saldo em 31/12/2015
Descrição	Taxa anual de depreciação		Adições	Baixas	
Custo contábil					
Terreno	-	1.343	-	-	1.343
Edificações	1,67 a 2,2%	8.400	-	-	8.400
Obras em andamento	-	946	3.328	-	4.274
Móveis e utensílios	10 e 20%	1.568	32	-	1.600
Veículos e acessórios	11 a 27,5%	700	124	-	824
Máquinas/equipamentos	5 e 10%	1.096	40	-	1.136
Equipamentos de informática	6,6 a 50%	2.015	261	-	2.276
Instalações	10%	17	-	-	17
Total do custo		16.085	3.785		19.870
Total da depreciação acumulada		(5.870)	(734)		(6.604)
Provisão p/perdas-veículos		(26)			(26)
Total líquido		10.189	3.051		13.240

10 Benefícios a empregados de curto prazo

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de benefícios aos empregados:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Encargos sociais a recolher	399	367
Consignações da folha de pagamento	7	10
Total	406	377

11 Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
ISS sobre serviços pessoa jurídica a recolher	115	171
IRRF sobre salários a recolher	230	236
PIS/COFINS/CSLL - Retenção sobre serviço pessoa jurídica a recolher	103	197
INSS retido sobre serviços pessoa jurídica a recolher	42	57
IRRF sobre pessoa jurídica a recolher	29	48
PIS a recolher	19	18
Outros	1	33
Total	539	760

12 Contas a pagar a fornecedores e outros

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	748	456
Outras obrigações	-	1
Total	748	457

13 Obrigações sobre a folha de pagamento

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Férias	1.354	1.138
INSS sobre férias	280	236
FGTS sobre férias	108	91
Salário educação sobre férias	34	28
PIS sobre férias	14	12
Total	1.790	1.505

Correspondem às provisões de férias e aos respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.

14 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A seguir, demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/PI como risco "provável" de perda:

Descrição	Depósitos judiciais		Provisão	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Riscos trabalhistas	19	24	-	-
Riscos cíveis	19	19	18	18
Riscos fiscais	12.536	8.744	12.504	8.992
Total	12.574	8.787	12.522	9.010

A Entidade, fundamentada pelos seus consultores jurídicos, formalizou pedido com as instituições financeiras com as quais mantém recursos aplicados, requerendo, a partir do exercício de 2003, a não retenção do imposto de renda sobre os rendimentos auferidos. Entretanto, em janeiro de 2010, a Entidade, conservadoramente, passou a reconhecer tais retenções dentro do período de sua competência e efetuou provisão para os rendimentos auferidos sobre as aplicações financeiras incidentes, em montante suficiente às exigibilidades correspondentes aos anos ainda não prescritos. Em dezembro de 2015 a Entidade realizou a reversão dessas provisões em razão da decadência, prevista no art. 173 do CTN: "representa a perda do direito da Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal, constituir, através do lançamento, o crédito tributário, em razão do decurso do prazo de 5 anos".

A Entidade vem questionando judicialmente débitos fiscais considerados como devidos pelo INSS relativos ao Processo nº 2004.40.00.07256-0, no montante de R\$ 1.200 (valores históricos),

referente a 5 (cinco) Notificações de Lançamento de Débito (NFLD) do período de 1991 a 2001 de INSS sobre pagamento de autônomos, sobre pagamento de diretores não empregados, INSS construção (obra do prédio) e INSS sobre diárias de empregados superiores a 50% do salário (configuração de salário contribuição). Essas NFLDs foram questionadas administrativamente, sem êxito, e a Entidade ingressou com ação anulatória dos débitos, com pedido de liminar (emissão de certidão negativa), no entanto a ação foi julgada improcedente em 1ª Instância e atualmente encontra-se em fase de apelação (2ª Instância). Os assessores legais da Entidade entendem como remota a perda da Entidade na referida ação.

Em relação às obrigações fiscais - INSS, a partir da competência de abril de 2012 a Entidade passou a recolher o INSS sobre a folha de pagamento e serviços prestados - PF - Parte Empregador, através de depósitos judiciais, Processo nº 2008.4000.003027-3, Secretaria da Receita Federal do Brasil, ajuizando ação, visando a exoneração e a recuperação dos valores pagos a título de contribuição previdenciária. Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade possui provisão no valor de R\$ 12.203 constituída e o mesmo valor em depósitos judiciais.

As provisões foram constituídas com base no relatório da assessoria jurídica do SEBRAE/PI, relativo à data-base de 31 de dezembro de 2016.

O SEBRAE/PI possui os seguintes valores relativos a processos classificados pela assessoria jurídica com probabilidade de perda "possível", os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras em conformidade com o CPC 25:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Riscos trabalhistas	-	140
Riscos cíveis	50	50
Total	50	190

15 Patrimônio líquido

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits/(déficits) acumulados, pelo saldo de reserva de reavaliação, bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Referem-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit (déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pela conta de superávits (déficits) acumulados.

16 Receitas com contribuição social

Descrição	2016	2015
Contribuição Social Ordinária (CSO)	38.635	40.740
Contribuição Social Nacional (CSN)	<u>9.162</u>	<u>16.554</u>
Total	<u>47.797</u>	<u>57.294</u>

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta, são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para o SEBRAE/PI para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/PI (IN nº 37.19).

17 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica, são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2016	2015
Treinamentos	334	401
Consultoria	756	1.016
Feiras/locação de espaços	167	319
Livros e prospectos	5	3
Palestras	15	16
Empretec	<u>112</u>	<u>128</u>
Total	<u>1.389</u>	<u>1.883</u>

São alocadas as receitas provenientes da prestação de serviços para terceiros.

18 Outras receitas operacionais

São registradas as receitas com aluguéis, recuperações e restituições e reversões. Destaca-se no ano de 2016 o Processo nº 2008.40.00.003811-3 do Tribunal Regional Federal da Primeira Região — não incidência das contribuições previdenciárias patronais sobre o adicional de um terço constitucional de férias gozadas, assim como sobre o adicional relativo a férias indenizadas — relativo à recuperação de valores pagos de contribuição previdenciária do período de julho de 2003 a janeiro de 2016 no valor de R\$ 284, a ser compensados na GFIP/SEFIP em períodos posteriores.

**SEBRAE/PI - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Piauí**
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016

Descrição	2016	2015
Recuperação e restituições	337	23
Aluguéis e arrendamentos	9	10
Reversão de provisões	-	122
Receitas exercícios anteriores	-	1.619
Outras	29	45
Total	<u>375</u>	<u>1.819</u>

19 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	2016	2015
Salários	(8.886)	(8.725)
INSS e FGTS salários	(2.843)	(2.881)
Férias	(1.415)	(1.306)
INSS e FGTS férias	(351)	(272)
13º salário	(949)	(911)
INSS e FGTS 13º	(266)	(253)
Assistência médica e odontológica	(1.487)	(1.320)
Auxílios alimentação e transporte	(2.128)	(1.680)
Gratificações	(1.080)	(1.072)
Indenizações trabalhistas	(17)	(1.466)
Outros benefícios sociais	(148)	(120)
Previdência privada	(312)	(312)
Seguro de vida em grupo	(15)	(20)
Total	<u>(19.897)</u>	<u>(20.338)</u>

Nesta rubrica, são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

20 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica, são registradas as despesas de serviços de terceiros (pessoas jurídica e física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender aos projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

Descrição	2016	2015
Advocacia	(460)	(729)
Capacitação e treinamento de pessoal	(70)	(206)
Consultoria	(9.611)	(13.877)
Elaboração e gestão de projetos	(84)	(120)
Estagiários	(780)	(985)
Gastos com manutenção	(438)	(686)
Gastos com publicidade	(1.993)	(4.564)
Gastos com <i>software</i>	(482)	(999)
Instrutoria	(2.091)	(3.119)
Limpeza e conservação	(38)	(87)
Outros serviços contratados	(2.558)	(2.099)
Serviços de apoio administrativo	(13)	(62)
Vigilância	(350)	(461)
Total	<u>(18.968)</u>	<u>(27.994)</u>

21 Custos e despesas de operacionalização

Neste grupo, são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem referentes aos diversos projetos da Entidade.

Descrição	2016	2015
Água e luz	(467)	(507)
Aluguéis	(2.091)	(2.537)
Combustíveis e lubrificantes	(275)	(270)
Contribuições e auxílios	(97)	(382)
Material de uso e consumo	(565)	(887)
Serviço de transmissão de dados em rede	(293)	(184)
Telefonia	(249)	(251)
Custos gerais	(174)	(218)
Diárias	(1.348)	(2.151)
Passagens	(820)	(1.648)
Propaganda	(1.162)	(2.063)
Serviços gráficos	(461)	(1.227)
Outros custos	(208)	(304)
Total	(8.210)	(12.629)

22 Resultado financeiro líquido

A seguir, apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 das receitas e das despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Rendimentos Recursos Ordinários	791	1.427
Rendimentos Recursos Próprios	1.006	746
Variações monetárias ativas	1.403	823
Subtotal	3.200	2.996
Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(37)	(46)
	(1.122)	(769)
Subtotal	(1.159)	(815)
Total receita financeira líquida	2.041	2.181

As receitas financeiras estão representadas, basicamente, por rendimentos decorrentes das aplicações da Entidade em fundos de renda fixa para resguardá-los da desvalorização monetária por conta da inflação, enquanto as despesas financeiras por encargos cobrados por instituições financeiras, tais como juros e taxas bancárias.

23 Benefícios a empregados pós-emprego

23.1 Descrição geral das características do plano

O plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais.

*SEBRAE/PI - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Piauí
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016*

O plano possui as seguintes características:

- Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:
 - Aposentadoria normal
 - Aposentadoria antecipada
 - Aposentadoria por invalidez
 - Pensão por morte
 - Institutos de autoprocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.
- Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:
 - Projeção de contribuição em caso de invalidez
 - Projeção de contribuição em caso de morte.
- O referido plano não inclui:
 - Benefícios de demissão
 - Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões
 - Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos, o SEBRAE/PI contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a ser contabilizadas em suas demonstrações financeiras, a qual concluiu que observada a avaliação atuarial do exercício de 2016 em conformidade com o CPC 33 R1 e verificando a inexistência de passivo atuarial, bem como de benefícios econômicos para o patrocinador, o SEBRAE/PI não necessita de manter provisionamento em 31 de dezembro de 2016 para o Plano de Benefícios SEBRAEPREV referente a benefícios pós-emprego a empregados.

O total de contribuições reconhecidas como despesas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 perfaz o montante demonstrado a seguir:

Contribuições	31/12/2016	31/12/2015
Participantes	386	434
Básica	332	320
Serviços passados	22	21
Voluntárias	32	93
Patrocinador	312	312
Básica	301	301
Benefícios de risco	11	11
Total	698	746

23.2 Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	(43)	(46)
Custos do serviço corrente	(5)	(4)
Custo de juros	(5)	(5)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajuste de experiência	11	8
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de alterações premissas financeiras	(3)	4
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	(45)	(43)

Movimentação no valor justo dos ativos do plano

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	113	93
Receitas de juros	19	14
Ganhos (perdas) sobre ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(8)	(5)
Contribuições do empregador	11	11
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	135	113

Despesa reconhecida no resultado

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Custo do serviço corrente	(5)	(4)
Ganhos (perdas) sobre o ativo	13	(5)
Ganho (perdas) atuariais decorrentes de ajuste de experiência	(13)	8
Efeito do teto do ativo	(5)	(13)
Retorno esperado dos ativos do plano	(5)	(7)

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório são:

Premissas atuarias na data do relatório	31/12/2016	31/12/2015
Taxa real anual de juros	11,16 % a.a.	12,76% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	2,20 % a.a.	2,16% a.a.
Taxa de inflação média anual	4,69 a.a.	5,00 a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,16 % a.a.	12,76% a.a.

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas a seguir:

- Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos - AT-2000M & F Desag 10%
- Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados - AT-2000M & F Desag 10%
- Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos - UP 94 - M & F
- Tábua de entrada em invalidez - Tasa 1927 M&F
- Tábua de morbidez - N/A.

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensível às premissas de mortalidade e à entrada em invalidez descritas anteriormente. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou da entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como razoavelmente possíveis no próximo exercício.

24 Instrumentos financeiros - Gestão de risco

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, as políticas e os processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo destas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).
- Contas a receber.
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimento financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou pela Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Os valores derivados de recebíveis de terceiros possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa

nº 6). Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito é praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	84	250
Aplicações financeiras	4 e 5	8.870	10.455
Contas a receber de clientes	6	159	129
Outros créditos	7	719	1.310
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	2.374	798

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que esta sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2016, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em			
	31/12/2016	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Benefícios a empregados e obrigações fiscais	945	945	-	-
Contas a pagar a fornecedores e outros	748	748	-	-
Obrigações trabalhistas	1.790	1.224	450	116
Obrigações com o Sistema SEBRAE	7.230	539	3.513	3.178

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e seus ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Conforme comentado nas Notas Explicativas nºs 4 e 5, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE, por meio do SEBRAE Nacional, possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários

constantes nas carteiras dos fundos de investimento, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/PI desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros da Entidade que estão sujeitos às oscilações nas taxas Selic, relativos às aplicações financeiras realizadas nos Fundos BB Milênio e CEF Institucional. A Entidade estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2016, as taxas CDI serão de 9,63% respectivamente. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Cenários projetados - Base 31/12/2018				
	Exposição (R\$ mil)	Provável 10,25%	Possível - 25% 12,81%	Remoto - 50% 15,38%
Alta da variação da taxa Selic				
Efeito da variação da taxa Selic	8.870	1.419 14,55%	1.774 18,18%	2.129 21,82%
Cenários projetados - Base 31/12/2017				
	Exposição (R\$ mil)	Provável 9,63%	Possível - 25% 12,04%	Remoto - 50% 14,45%
Alta da variação da taxa Selic				
Efeito da variação da taxa Selic	10.455	1.490 9,65%	1.862 12,07%	2.235 14,48%
Impactos no resultado			31/12/2018	31/12/2017
Cenário possível - Cenário provável Selic			355	373
Cenário remoto - Cenário provável Selic			710	745

25 Cobertura de seguros

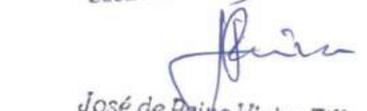
Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 4.920 para sede social (Proposta nº 31419989303996461), R\$ 1.889 para cobertura dos veículos (Apólices nºs 028997, 028655, 031154, 906345-0, 023329, 25607990, 25474362, 873055032 e 93962878) e R\$ 2.454 para responsabilidade civil (Apólice nº 02798201501030000022); não havendo cobertura para lucros cessantes para a Entidade.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do ativo imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico, estão cobertos até 3 de fevereiro de 2017, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 4 e a importância segurada de R\$ 4.920.


Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente
SEBRAE-PI


Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico
SEBRAE-PI


Ollysses Gonçalves Nunes da Moura
Diretor Administrativo-Financeiro


José de Paiva Vieira Filho
Contador
CRC-PI 00536710-1